**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGUÍSTICA GERAL**

GABRIELLA SOUZA OLIVEIRA

**Multilinguismo e ecologia linguística:
Evidências de usos do português falado em Angola**

(Versão Corrigida)

**São Paulo
2021**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGÜÍSTICA GERAL**

GABRIELLA SOUZA OLIVEIRA

**Multilinguismo e ecologia linguística:
Evidências de usos do português falado em Angola**

(Versão Corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Esmeralda Vailati Negrão

**São Paulo
2021**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S48m Souza Oliveira, Gabriella
Multilinguismo e ecologia linguística: Evidências de usos do português falado em Angola / Gabriella Souza Oliveira; orientadora Esmeralda Vailati Negrão - São Paulo, 2021.
158 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Linguística. Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral.

1. Multilinguismo. 2. Ecologia linguística. 3. Português falado em Angola. 4. Línguas bantu. I. Vailati Negrão, Esmeralda, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Gabriella Souza Oliveira

Data da defesa: 05/08/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Esmeralda Vailati Negrão

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 15 / 11 / 2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Código de controle: **H73M - 15JR - SY35 - JNEM**

Documento autorizado às **16:24:16** horas do dia **15/11/2021** (hora e data de Brasília).

por **2696571 - Esmeralda Vailati Negrão**

Autenticado por **2696571 - Esmeralda Vailati Negrão**

Documento válido até **31/01/2023**

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo

<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

FOLHA DE APROVAÇÃO

Souza Oliveira, G. Multilinguismo e ecologia linguística: Evidências de usos do português falado em Angola. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Aprovado em: 05/08/2021

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Esmeralda Vailati Negrão (presidente)

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof.^a Dr.^a Evani Viotti

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof.^a Dr.^a Lílían Teixeira de Sousa

Universidade Federal da Bahia

Julgamento: _____

Prof. Dr. Wellington Santos da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Julgamento: _____

*À Aline Barreto,
para sempre viva em nossos corações*

Agradecimentos

O meu maior agradecimento vai para a professora Esmeralda V. Negrão, pela enorme disposição no trabalho de orientação desta dissertação. Sobretudo, pela boa vontade e interesse em minha formação como linguista e pela constante motivação e inspiração. Com ela aprendi e sigo aprendendo muito, lições valiosas sobre linguística e maneiras de se fazer a pesquisa científica; é uma honra para mim tê-la como orientadora.

Também agradeço às instituições que me proporcionaram a oportunidade de chegar até aqui: à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde realizei a minha graduação em Bacharelado em Linguística, à Universidade de São Paulo (USP), pela formação no âmbito da pós-graduação; à Universidade de Bremen, onde pude realizar um intercâmbio acadêmico em 2017, promovido em virtude da cooperação internacional com a UNICAMP, período de estudo fundamental para o surgimento embrionário de algumas ideias presentes neste trabalho e, finalmente, à Universidade de Helsinki, pelas portas abertas aos alunos da USP, mesmo que virtualmente, durante o difícil período da pandemia de COVID-19, em 2020.

Agradeço às professoras Eeva Sippola (Universidade de Bremen, à época) e Margarida Petter pelos ensinamentos preciosos em relação à área sobre contato linguístico e estudos pós-coloniais. Ao professor Alex Cobinnah, por suas contribuições no exame de qualificação. Agradeço à professora Friederike Lüpke (Universidade de Helsinki) pelo oferecimento da disciplina Multilinguismo, Educação e Desenvolvimento; pelas trocas e compartilhamento de referências que propiciaram a ampliação de meus horizontes sobre questões principalmente relacionadas ao multilinguismo, que resultaram no enriquecimento deste trabalho.

Aos professores da banca de defesa Evani Viotti (USP), Lílían Teixeira de Sousa (UFBA), Wellington Santos da Silva (UFRJ), que prontamente aceitaram o convite, e que contribuíram substancialmente com comentários generosos e análises precisas que puderam melhorar este trabalho.

Aos colegas de pesquisa: em especial à Aline Barreto (*in memoriam*). Ao Wellington, Rosana, Alex, Suelen e Rodrigo, pela rede de apoio e pelas discussões fervorosas sobre os mais diversos temas.

À minha família, em especial a meus pais, Décio e Sônia, não apenas pela torcida e constante incentivo, como também pela oportunidade de estudo e pela credibilidade em meu trabalho, desde sempre.

Também preciso agradecer à minha companheira, Ineh (인애), cuja parceria e confiança faz dessa trajetória mais prazerosa. Pelo apoio, paciência, conforto nas horas mais difíceis, pela disposição em me ouvir falar horas e horas sobre linguística e sobre este tema de pesquisa.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, cuja bolsa de mestrado (processo 88887.342330/2019-00) permitiu que eu me dedicasse integralmente à execução desta pesquisa.

Resumo

Essa dissertação tem como propósito demonstrar evidências em dados linguísticos que atestem a constituição heterogênea de fenômenos linguísticos emergentes, expressos em instâncias comunicativas em um determinado tempo e espaço, em especial, no território hoje reconhecido como Angola. Angola representa um contexto em que o multilinguismo faz parte do cotidiano e assumimos que esta é a condição vital sob a qual as línguas humanas evoluem (Aboh 2015, 2020; Mufwene 2014; Evans 2018). Em virtude desses fatos, reconhecemos que a emergência dos fenômenos linguísticos atestados somente foi possível devido às circunstâncias sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais em que os falantes se encontram, que constituem ecologias próprias, fundamentalmente capazes de propiciar os tipos de interações em que os indivíduos se engajam e que fomentam, assim, a diversidade linguística. Um *corpus* foi elaborado a partir de excertos de fala espontânea então gravados em vídeos e retirados do *Youtube* de canais da TV aberta de Angola, com o intuito de ilustrar a emergência de tais fenômenos. Eles refletem, em última instância, o hibridismo resultante dos processos de competição e seleção de traços, que se dão a partir de um banco de traços linguísticos, ou ainda, *feature pool* (Mufwene 2001), formado durante as interações entre os indivíduos e constituído pelas línguas em contato faladas em Angola, a saber: variedades do português falado e línguas africanas locais de origem bantu.

Palavras-chave: Multilinguismo. Ecologia linguística. Português falado em Angola. Línguas bantu.

Abstract

This dissertation aims to demonstrate evidence in linguistic data that attest the heterogeneous constitution of emerging linguistic phenomena, expressed in communicative instances at a given time and space, especially in the territory recognized today as Angola. Angola represents a context in which multilingualism is part of everyday life and we assume that this is the vital condition under which human languages evolve (Aboh 2015, 2020; Mufwene 2014; Evans 2018). Due to these facts, we recognize that the emergence of the attested linguistic phenomenon were only possible due to the social, historical, economic, political and cultural circumstances in which the speakers find themselves, which constitute fundamental ecologies of their own, capable of providing the types of interactions in which individuals engage and thus foster linguistic diversity. A corpus was elaborated from excerpts of spontaneous speech then recorded in videos and taken from the *Youtube* of open TV channels in Angola, in order to illustrate the emergence of such phenomena. Ultimately, they reflect the hybridity resulting from the processes of competition and selection; which take place from a pool of linguistic features, or *feature pool* (Mufwene 2001), formed during interactions between individuals and constituted by the languages in contact spoken in Angola, namely: varieties of spoken Portuguese and local African languages of Bantu origin.

Key-words: Multilingualism. Language ecology. Portuguese spoken in Angola. Bantu languages.

Lista de Mapas

Mapa 01: Distribuição continental do grupo linguístico nigero-congolês atual, 20

Mapa 02: Mapa moderno de Angola, 22

Mapa 03: O reino do Congo e suas províncias, séculos XVI e XVII, 25

Mapa 04: Composição etnográfica da região no século XVIII, 26

Mapa 05: Mapa do continente africano após a Conferência de Berlim, em 1885, 52

Lista de Figuras

Capítulo 02

Figura 01: Línguas mais faladas em casa, 57

Figura 02: Principais línguas faladas por província, 58

Figura 03: Números absolutos de falantes de mais uma língua por faixa etária nas áreas urbanas, 59

Figura 04: Números absolutos de falantes de mais uma língua por faixa etária em áreas rurais, 60

Figura 05: Capa de “Arte da Lingoa de Angola” (1697), 64

Capítulo 03

Figura 01: Formação de um banco de traços, 87

Capítulo 04

Figura 01: Captura de tela do *software* ELAN, 109

Figura 02: Captura de tela do participante do vídeo 18, 111

Figura 03: Captura de tela da cena do vídeo 18, 111

Figura 04: Captura de tela do participante do vídeo 117, 113

Figura 05: Captura de tela da cena do vídeo 117, 113

Figura 06: Captura de tela da participante do vídeo 229, 116

Figura 07: Captura de tela da cena do vídeo 229, 116

Figura 08: Captura de tela da participante do vídeo 37, 118

Figura 09: Captura de tela da cena do vídeo 37, 118

Figura 10: Captura de tela da cena do vídeo 64, 119

Figura 11: Captura de tela da participante do vídeo 64, 119

Figura 12: Captura de tela da participante do vídeo 235, 120

Figura 13: Captura de tela da cena do vídeo 235, 120

Figura 14: Captura de tela do participante do vídeo 204, 122

Figura 15: Captura de tela do participante do vídeo 204, 122

Figura 16: Captura de tela da reportagem *O Estado de Angola*, 124

Figura 17: Captura de tela da participante da reportagem, 124

Figura 18: Captura de tela do participante do programa *Sexto Sentido*, 126

Sumário

Introdução	11
 Capítulo 01	
1. Breve panorama: A expansão bantu, a região de Angola pré-colonial e os primeiros contatos com os europeus	14
1.1 Partindo do início, uma história de movimentos e contatos	17
1.2 Da composição sociopolítica pré-colonial na região de Angola	22
1.2.1 Parentesco, territorialidades: as relações interétnicas	27
1.2.2 Os <i>kilombos</i>	32
1.3 Do contato inicial com os portugueses	36
1.4 Breves conclusões	41
 Capítulo 02	
2. O multilinguismo da África centro-ocidental e o contexto linguístico colonial de Angola	43
2.1 Das campanhas coloniais à invenção da escrita para as línguas faladas na região Angola	45
2.2 Da padronização à ausência de políticas linguísticas adequadas	53
2.2.1 O registro da situação multilíngue no território angolano	55
2.3 As políticas linguísticas coloniais em Angola	61
2.4 A importância do planejamento: direitos humanos, direitos linguísticos	73
2.5 Breves conclusões	77
 Capítulo 03	
3. A ecologia linguística	80
3.1 Da Ecologia	81
3.1.1 Da competição e seleção de traços linguísticos	85
3.2 Da importância do contato à evolução linguística	90

3.3 Um contraponto ao excepcionalismo	94
3.3.1 Sobre o tratamento do português falado em Angola na literatura	98
3.4 Breves Conclusões	101
 Capítulo 04	
4. Evidências de usos híbridos no português falado em Angola	103
4.1 Do <i>corpus</i> coletado	107
4.1.1 Materiais	107
4.1.1.1 Da estrutura dos programas	108
4.1.2 Métodos de análise	108
4.1.3 O contexto sociolinguístico dos dados	110
4.2 Alguns dos fenômenos observados	111
4.2.1 Dos vídeos da TPA	111
4.2.2 Dos vídeos de outras emissoras	124
4.3 Discussão	128
4.4 Breves Conclusões	140
 Capítulo 05	
5. Considerações finais	142
 Referências	146
ANEXO A	155

Introdução

A presente dissertação representa o resultado de uma pesquisa fundamentalmente interdisciplinar, que se insere dentro de uma proposta mais ampla de investigação, sugerida por Negrão e Viotti (2012), de se fazer uma História Linguística. “Diferentemente da Linguística Histórica, que tem um foco eminentemente linguístico” (:311), essa nova linha de pesquisa, concebida pelas autoras, se ancora na necessária relação entre várias áreas do conhecimento as quais sejam capazes de contemplar investigações sobre fatos não somente da história econômica e social de determinado local e período, como também de fatores geográficos e políticos desses contextos. Essa busca se justifica uma vez que são esses fatos que embasam e fornecem, sobretudo, os meios para o arranjo das mais diversas formas de interação social entre os indivíduos e que, de fato, podem amparar a busca por explicações do conjunto de fenômenos linguísticos particulares que então emergem. É seguindo esse panorama, em vias de “buscar subsídios para reconstruir o tipo de ecologia de contato que se criou entre os falantes de diferentes línguas e do conjunto de traços linguísticos” (Negrão e Viotti 2012:309) que constituem a expressão linguística, em especial, do português falado em Angola, que essa dissertação se faz presente.

Soma-se a essa questão, o fato de que, por muito tempo, “a visão que o mundo ocidental procurou transmitir da África foi a de um continente isolado e bizarro, cuja História foi despertada com a chegada dos europeus” (Nascimento 1985:41). A historiadora e ativista, Beatriz Nascimento (1985), nos lembra que nesta concepção repousa a “ruptura da identidade dos negros e seus descendentes” (:41), sobretudo com relação à trajetória do seu passado africano. Tendo isso em vista, propomos, neste trabalho, uma digressão ao percurso inicial dos povos que hoje compõem a maioria étnica da região de Angola, a saber, os povos bantu, com o intuito de elucidar as trajetórias sócio-históricas e políticas que se desenrolaram bem antes da colonização, em vias de tentar recuperar os elementos linguísticos, sociais, políticos e culturais que forneceram o pano de fundo para a emergência dos fenômenos linguísticos contemporâneos.

Com efeito, no âmbito da História Linguística, o foco da investigação não incide apenas sobre as formas das práticas linguísticas em uso dos falantes da região, mas também sobre todo um conjunto de fatores que propiciaram as interações e a emergência dessas formas, que envolvem os falantes das línguas, bem como suas histórias e as estruturas populacionais socioeconômicas (Mufwene 2001; 2008) e políticas em que estão inseridos. Assim, se faz necessário elucidar, ainda que brevemente, algumas das dinâmicas das trajetórias dos povos bantu que ocorreram muito antes da chegada dos portugueses

no centro-oeste africano, partindo do início da sua dispersão, por volta de 4500 anos antes da era comum, à formação de sociedades tanto hierarquicamente organizadas (ex.: reinos vigorosamente estruturados, orientados pelas linhagens), como também transversais (ex.: centros de concentração de guerreiros não filiados a nenhum reino, os *kilombos*), as quais “estabelecia[m] uma nova centralidade de poder frente às outras instituições de Angola” (Nascimento 1985:43). Essas dinâmicas serão exploradas no capítulo 01.

Um outro ponto a ser tratado sob essa perspectiva epistemológica da História Linguística se ancora no fato de que a atual aparente unidade territorial, identitária e linguística de Angola, ratificada pelos documentos oficiais, revela um quadro complexo que se traduz em uma lista não exaustiva de questões problemáticas do ponto de vista linguístico, como a concepção de um monolinguismo idealizado, que coloca o português padrão em uma posição hegemônica frente às línguas comunais locais; a falta de reconhecimento da existência e da relevância dessas línguas; o próprio processo de nomeação linguística, que oblitera a diversidade das práticas linguísticas locais; e a dificuldade de elaborar políticas linguísticas adequadas que reconheçam essa ecologia multilíngue e que valorizem a diversidade linguística da região. Essas questões serão abordadas no capítulo 02.

Um trabalho dessa natureza só pode ser feito mediante a adoção de teorias linguísticas que não tratam o contato linguístico como ruptura, mas sim, como cerne dos processos de evolução linguística (Mufwene 2001, 2008, 2014), e que encaram o multilinguismo como mecanismo elementar por meio do qual a diversidade e vitalidade linguísticas operam (Aboh 2015, 2020; Lüpke 2016; Mufwene 2014). De fato, não sabemos ao certo a constituição dos repertórios linguísticos dos povos do passado remoto, mas podemos supor, com base em evidências genéticas, e nos fatos socio-históricos, políticos e culturais registrados, que a miscigenação foi o modo principal pelo qual as sociedades bantu se desenvolveram. Sustentamos, desse modo, a hipótese de que as migrações e o contato entre as populações foram fatores fundamentais que contribuíram para o fomento tanto do enriquecimento da diversidade e evolução linguísticas, quanto para o estabelecimento de uma ecologia linguística complexa e dinâmica, atestadas hoje na região.

Em virtude desse cenário, essa dissertação objetiva buscar evidências em dados linguísticos que demonstrem a constituição heterogênea dos fenômenos linguísticos emergentes, expressos em instâncias comunicativas, em determinado tempo e espaço, em especial, em Angola. Procuramos, nos usos espontâneos do português falado em várias regiões de Angola, enunciados que atestassem a mobilização, pelos falantes, dos recursos de seus repertórios linguísticos individuais, que então são

acionados diante de uma necessidade comunicativa. Esses enunciados refletem, em última instância, os processos de competição e seleção de traços linguísticos, que estão ancorados nas estruturas populacionais, socioeconômicas e culturais de determinado contexto em que os falantes se inserem (Mufwene 2001, 2008, 2014). Esses processos operam na criação de uma nova forma ou, ainda, de uma variedade linguística em particular, de caráter eminentemente híbrido, dada à necessidade dos falantes em se comunicar.

Um *corpus* foi formado a partir de excertos de fala gravados em vídeos, retirados do *Youtube*, de canais da TV aberta de Angola, as quais disponibilizam aos interessados não apenas entrevistas e reportagens inteiras com cidadãos angolanos comuns, como também as mais diversas gravações contendo assuntos variados. Objetivamos, assim, com a formação deste *corpus* e posterior análise dos dados, mostrar a emergência de fenômenos linguísticos híbridos, resultantes dos processos de competição e seleção de traços (que ocorrem nos e através dos falantes e que são, enfim, expressos nos enunciados das instâncias comunicativas), a partir de um banco de traços linguísticos, ou ainda, *feature pool* (Mufwene 2001), formado pelas línguas em contato. A proposta teórica que define e embasa os fenômenos citados serão relacionados no capítulo 03.

Para a análise dos dados, para tanto, foi escolhido o método teórico descritivo como instrumento analítico. Este mecanismo nos possibilitou identificar a emergência desses fenômenos, compostos pela mistura de traços e significações tanto da língua portuguesa, quanto das línguas locais de origem bantu faladas na região, e que são evidenciados nos usos espontâneos do português falado pelos cidadãos comuns em várias regiões Angola. Esses fenômenos serão abordados no capítulo 04.

O trabalho, então, está dividido em cinco capítulos, a saber: o capítulo 01 trata brevemente da expansão bantu, explorando a constituição das organizações sociopolíticas das sociedades pré-coloniais da região de Angola aos primeiros contatos com os portugueses; o capítulo 02 toma como ponto de partida o contexto linguístico multilíngue colonial de Angola, enfatizando a ausência de políticas linguísticas adequadas por parte das autoridades, que encaram o multilinguismo como um problema a ser evitado e que relegam às margens as línguas africanas locais; o capítulo 03 articula os pressupostos teóricos, em que procuramos conceituar os termos ecologia e evolução linguística, e que embasam a análise dos fenômenos atestados no capítulo 04. Este por sua vez, apresenta um recorte dos fenômenos linguísticos observados, acompanhados de imagens que contextualizam as cenas enunciativas, partindo do ponto de vista teórico apresentado no capítulo 03; e a dissertação se encerra no capítulo 05, com as considerações finais.

Capítulo 1 – Breve panorama: a expansão bantu, a região de Angola pré-colonial e os primeiros contatos com os europeus

Introdução

Em boa parte da África, como na região onde se situa Angola, no centro-oeste africano, a história é um gênero oral, reconhecida e recontada por historiadores profissionais (cf. Green 2019:xxi), a quem é atribuída a responsabilidade de transmitir os acontecimentos, as tradições, as memórias, as experiências, as narrativas das comunidades. Em muitos casos, contudo, as narrativas dos eventos foram sujeitas a consideráveis manipulações, para fins ideológicos, ou políticos, e, muitas vezes, removidas do contexto original (Thornton 2001:92). Nesse sentido, apesar da vasta literatura, muito do que chega aos dias atuais, sobretudo diante do impacto do colonialismo e do imperialismo cultural (Rodney 1973), muitas vezes, resume os africanos a meros elementos passivos na história, particularmente com relação à expansão colonial (Negrão e Viotti 2014). Evidentemente, essa perspectiva um tanto quanto enviesada ignora precisamente o que era mais importante às várias comunidades da região: o parentesco e a família, o trabalho e a produção, as línguas, as interações sociais, as práticas religiosas, as roupas, comida, as relações e alianças políticas, as mudanças sociais, a arte, a tradição, as próprias histórias (Rodney 1973; Green 2019). Essas características têm um valor próprio e não podem ser eclipsadas pela comparação com a cultura europeia, nem no período antes de 1500, nem nos séculos subsequentes, uma vez que não são fenômenos realmente comparáveis (Rodney 1973).

Se considerarmos, por exemplo, que desde o século XVIII, a história da África no discurso ocidental muitas vezes é classificada como ‘inexistente’ ou associada exclusivamente com a escravidão (Green 2019:266), vemos que há pouco espaço, nessa perspectiva, para discutirmos sobre linguagens, sobre arte ou música; ou sobre mudanças culturais, de práticas religiosas, políticas ou linguísticas. O foco na escravidão pelo ocidente contribuiu para limitar a visão da história da África e dos africanos (Green 2019; Mbembe 2019). Nesse sentido, as histórias africanas pré-coloniais são de grande relevância para que possamos compreender as questões contemporâneas (Green 2019 xxiii); para recontá-las, então, fazendo jus à ótica africana, é preciso encarar as fontes com um olhar crítico, a fim de reconstruir esse passado de uma maneira que desloque a perspectiva colonialista, buscando recuperar as memórias coletivas dos povos da região e atribuir devidamente a agentividade e participação ativa no que concerne o desenvolvimento socioeconômico, linguístico e cultural do

continente, até mesmo durante o período colonial e no comércio com a Europa, incluindo o tráfico de escravizados (Miller 1995; Negrão e Viotti 2014, Green 2019 e outros).

Em virtude desses fatos, é inegável que transformações políticas, econômicas, sociais, linguísticas, estavam ocorrendo muito antes do início da chegada dos europeus. Como bem aponta o filósofo camaronês, Achille Mbembe (2019):

A história cultural do continente não pode ser compreendida fora do paradigma da viagem, da mobilidade e do deslocamento. Aliás, é essa cultura da mobilidade que a colonização se esforçou, na sua época, para congelar através da instituição moderna da fronteira. Lembrar essa história da viagem e das mobilidades é a mesma coisa que falar das misturas, dos amálgamas, das sobreposições (...). Esse era o caso muito antes da colonização (...).

(Mbembe 2019:233)

É seguindo essa proposta que este capítulo se situa: a de contar a história dos povos que hoje vivem na região angolana partindo do início, ainda que sucintamente. A intenção é elucidar algumas das dinâmicas sociopolíticas e linguísticas que ocorreram antes da chegada dos europeus e recompor um breve panorama sobre o desenrolar dessas interações, da sua origem aos primeiros contatos com os colonizadores, em vias de colocar em evidência o papel do contato e dos tipos de interações que proporcionaram o desenvolvimento e a diversidade linguística de onde hoje se situa Angola.

O resultado primordial das evidências demonstra que desde os tempos mais remotos, a migração foi fundamental para a própria evolução humana e para a diversidade linguística (Vansina 2010; Mufwene 2013a, 2014; Grollemund et al. 2015; Evans 2018; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019; Green 2019, e outros). Da necessidade de estabelecer múltiplas alianças estratégicas entre os mais diversos grupos, ancora-se a hipótese de que as variadas redes nas quais os habitantes se engajaram ao longo da história fomentaram a diversidade linguística e propiciaram o uso de práticas multilíngues (Mufwene 2014; Evans 2018). Todas essas trocas transbordam as fronteiras das línguas (Lüpke 2016) e ocorrem sobretudo em uma escala local, configurando, dessarte, ecologias linguísticas¹ próprias (Mufwene 2001, 2008), de cada interação.

A área atualmente conhecida como Angola é habitada desde tempos remotos, e credita-se aos povos sans e khoi o pioneirismo do povoamento deste território (Vansina 1984; Plaza et al. 2004). No entanto, atualmente, a maior parte da composição etnolinguística de Angola é de origem bantu. De acordo com as evidências linguísticas, genéticas e arqueológicas, uma das maiores expansões que

1 O conceito atribuído ao termo será melhor explorado no capítulo 03.

modelaram a paisagem africana atual é a dispersão dos povos bantu, fenômeno que estabelece o ponto de partida do presente capítulo.

Partir da perspectiva da origem ao percurso da trajetória desses povos, os quais compõem a maioria etnolinguística de Angola atualmente, pode nos fornecer pistas sobre a importância das interações e do contato no que concerne a constituição do estágio linguístico atual do centro-oeste africano. Assim, explorar o contexto histórico e as características das relações entre os indivíduos à época pode nos servir como instrumento valioso que nos auxiliará a propor hipóteses sobre o que constituiu a ecologia e o que condicionou a emergência das formas linguísticas modernas².

Assim, este capítulo inicial se divide em três seções maiores, a saber: a seção 1.1 traça brevemente o percurso percorrido pelos povos bantu, explorando, de forma sucinta, sua origem e dispersão; a seção 1.2 caracteriza a constituição de algumas das principais composições sociopolíticas pré-coloniais na região de Angola, ilustrando sobretudo as relações interétnicas, que eram organizadas em comunidades hierárquicas e transversais; e, por último, a seção 1.3 trata do contato inicial com os portugueses³, seguida de uma breve conclusão, na seção 1.4.

² cf. capítulo 04.

³ O desenrolar deste período será examinado no capítulo 02, subsequente.

1.1 Partindo do início, uma história de movimentos e contatos

Há mais de uma hipótese atribuída à região da gênese dos povos de línguas bantu⁴. Uma delas, proposta por Guthrie (1967–1971), confere sua origem mais ao sul, nas regiões próximas ao Zimbábue e adjacentes da atual Zâmbia. Mas esta teoria, hoje, é amplamente rejeitada, uma vez que evidências apresentadas por linguistas, historiadores, geneticistas, dentre outros especialistas, sugerem que a localidade da emergência do que hoje se reconhece como grupo bantu tenha ocorrido entre os rios Benue e Cross, na fronteira entre Nigéria e Camarões (cf. Greenberg 1972; Vansina 2010; Grollemund et al. 2015; Bostoen 2018, e outros). Segundo este ponto de vista, proposto inicialmente por Greenberg (1972) e atualmente entendido como o mais preciso⁵, os povos bantu se deslocaram gradualmente para o sul, colonizando as regiões entre os rios Sanaga e Ogoue, muito antes do ano 1000 da era comum (BCE). Segundo estimativas, a expansão deve ter começado por volta de 4500 anos atrás (Greenberg 1972; Vansina 1984, 2010; Heine e Nurse 2008; Grollemund et al. 2015; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019, e outros).

Segundo movimentos esparsos, não premeditados, não unilaterais e não imediatos (Bostoen 2018; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019), “expansão bantu” é o termo comumente usado para se referir à propagação inicial das línguas bantu e das comunidades que as falavam em partes das atuais África Central, Oriental e Meridional (Bostoen 2018:1). Estudos demonstram que, ao ser comparada a expansões humanas que ocorreram em outras partes do mundo durante todo o Holoceno (período atual da era Cenozoica, iniciado há cerca de 11 mil anos), destaca-se singularmente sobretudo por três aspectos: sua vastidão, sua rapidez e sua orientação, predominantemente longitudinal⁶ (Bostoen 2018:1).

4 Apesar de o início das investigações ter se dado com a observação de características linguísticas próximas, que hoje se reconhecem como *bantu*, esta nomenclatura, atualmente, também é utilizada para nomear povos e aspectos culturais semelhantes. A palavra bantu é composta pela junção do prefixo de classe plural *ba-* com a raiz *-ntu*, e significa ‘pessoas’. O uso desta palavra é atestado entre muitas das diversas línguas do grupo (Fourshey, Gonzales e Saidi 2019).

5 Ver, por exemplo, Grollemund et al. (2015), para uma reconstrução gráfica desta hipótese.

6 De acordo com Bostoen (2018), “em diferentes partes do mundo, a dispersão ao longo das linhas latitudinais acabou sendo mais fácil – isto é, mais rápido – do que ao longo das linhas longitudinais, porque a migração leste-oeste / oeste-leste envolve menos diferenças com relação ao clima, à precipitação, à duração do dia e de doenças de colheitas e de gado; portanto, requer menos adaptação a novos habitats. Com seu eixo predominantemente longitudinal, a Expansão Bantu vai contra uma tendência universal”. Do original: “in different parts of the world, spread along latitudinal lines has turned out to be easier—that is, faster—than along longitudinal lines, because east-west/west-east migration involves less differences in climate, rainfall, day length, and diseases of crops and livestock and thus requires less adaptation to new habitats. With its predominantly longitudinal axis, the Bantu Expansion runs counter to a universal tendency” (:3).

Em conjunto com dados arqueológicos, a diversidade interna dentro da família de línguas bantu sugere que uma fase inicial de fragmentação lenta e expansão em pequenas distâncias foi seguida por uma segunda fase de rápida dispersão em grande escala (Grollemund et al. 2015; Bostoen 2018). Segundo essas evidências, e de simulações partindo de dados de mais de 400 línguas do grupo bantu atuais (cf. Grollemund et al. 2015), a dispersão foi determinada, em grande medida, devido à presença de densas florestas equatoriais à noroeste da África Central, que serviram como barreiras naturais forçando a rota migrante a seguir por entre os corredores de savanas entre elas (Grollemund et al. 2015; Bostoen 2018).

Assim, os povos que deram origem à expansão teriam se separado gradualmente de seus parentes mais próximos, os pertencentes ao subgrupo bantoides do Sul do grupo benué-congolês (cf. *Mapa 1* abaixo), na fronteira entre o sudeste da Nigéria e o oeste de Camarões, área de intensa diversidade linguística (Bostoen 2018:3). Os indícios sugerem que se dividiram em duas direções: enquanto um grupo distinto migrou em direção ao sul, um ramo dessa comunidade teria seguido no sentido leste pelas bordas da floresta (Vasina 2010, Grollemund et al. 2015). Estudos genéticos como os de Grollemund et al. (2015) e Plaza et al. (2004) também indicam que nesta separação em dois grupos maiores, à medida que se expandiam dos arredores de Camarões e da Nigéria em direção a sul e leste, interagiam e se aglutinavam com outras populações nativas da África, povos autóctones caçadores coletores como “pigmeus” e outros de origens san, que habitavam boa parte do continente (Vansina 1984:143) nesta época; todas as línguas faladas por esses caçadores e coletores desapareceram e a maioria de suas populações foi absorvida pelos povos bantu (Vansina 1984:143). Dos povos sans, hoje, fazem parte diversas etnias, entre elas a khoisan, e eles se encontram apenas em pequenas partes do sul da África, incluindo o sul de Angola e o deserto do Kalahari (Plaza et al. 2004).

Progressivamente, adaptando suas estratégias de produção de alimentos aos novos nichos ecológicos e acumulando conhecimento e tecnologia⁷, por volta de 500 BCE (Vansina 1984; Grollemund et al. 2015), já formavam assentamentos maiores que os de famílias caçadoras coletoras. Essas novas configurações propiciaram a criação de novos tipos de organização social, baseadas principalmente na agricultura, no pastoreio de animais e na manipulação de instrumentos, como ferro, aço, bronze e

7 De acordo com o estudo de Grollemund et al. (2015), esse acúmulo se deu muito provavelmente de esforços resultantes por “tentativa e erro”: “nossos resultados curiosamente parecem se encaixar com estudos modernos que sugerem que a inovação humana tem menos a ver com pensar muito até que a solução certa venha à mente (a lâmpada se acendendo em nossas mentes), e mais com o acúmulo gradual de conhecimento e tecnologia principalmente resultante de ‘tentativa e erro’”, do original: “our results curiously seem to fit with modern studies that suggest that human innovation has less to do with thinking hard until the right solution comes to mind (the lightbulb switching on in our minds), than with the slow accumulation of knowledge and technology principally resulting from “trial and error” (cf:4).

cerâmica (Vansina 1984, 2004; Green 2019), e foram capazes de abarcar as diferenças entre as comunidades locais. Estudos recentes constataam “que a distribuição atual das populações falantes de línguas bantu é em grande parte uma consequência do movimento de pessoas, e não apenas uma difusão da língua”⁸. Isso nos revela que o contato e a interação social foram os fatores primordiais não apenas para o sucesso da dispersão, como também para o resultado da difusão e diversificação de línguas, culturas, tecnologias e que representou o mecanismo fundamental para a emergência de inovações.

A força das interações sociais, em um mundo caracterizado pela mobilidade, significa que o pertencimento tinha de ser concebido de outras formas que não dependessem apenas do núcleo familiar ou do local de nascimento (Miller 1995; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019). Assim, dada a necessidade, os bantu desenvolveram diversos meios e métodos eficazes para transmitir conhecimento, através das gerações e em novas regiões, à medida que as expansões avançavam ao longo dos séculos. Imagens visuais e narrativas orais se tornaram mecanismos particularmente importantes na comunicação (Vansina 2004; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019) e na transmissão das tradições, e descrevem a interação intercultural, o encontro, a troca e os hibridismos presentes nas sociedades nilo saariana, afro-asiática, khoisan, batwa e bantu, uma vez que suas comunidades mantinham relações regulares (Green 2019; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019:242). Esse mosaico intercultural atesta que não foram processos unilaterais, mas sim complexos, multifacetados e sobrepostos.

Em decorrência disso, o termo *bantu*, não pode ser reduzido a um único grupo homogêneo. Contrário a concepções que propõem agrupamentos como universais (cf. Greenberg 1963), os povos de línguas bantu não devem ser encarados como discretos e únicos, uma vez que exibem sobreposições e fronteiras difusas (Heine; Nurse 2008:2). Em seu trabalho de agrupamento das famílias linguísticas, ainda em 1967, o próprio Guthrie afirma:

Existem tipos de línguas bem definidas dentro da família [bantu], mas, ao mesmo tempo, é quase impossível colocar fronteiras linguísticas em torno de grupos de línguas sem a introdução de alguns princípios arbitrários. Aqui e ali, a definição de uma fronteira linguística pode ocorrer entre línguas adjacentes, mas em grande parte, a proximidade da relação linguística pode ser diretamente correlacionada com a proximidade geográfica.⁹

(1967–1971:11)

8 Do original: “the current distribution of Bantu-speaking populations has been found to largely be a consequence of the movement of people rather than a diffusion of language alone” (Bostoen 2018:9).

9 Do original: “there are well defined types of language within the family, but at the same time it is almost impossible to place linguistic boundaries around groups of languages without the introduction of some arbitrary principles. Here and there a well defined linguistic frontier seems to occur between adjacent languages, but over much of the area closeness of linguistic relationship can be directly correlated with geographical proximity”.

Dessa forma, o termo é caracterizado com base em aspectos linguísticos, étnicos, culturais, geográficos, ou ainda, biológicos, os quais são dependentes do período, do lugar da comunidade, das evidências e das perspectivas dos pesquisadores que investigam o passado bantu. É útil pensá-lo como um paradigma conceitual que abrange sociedades com práticas variadas que são comumente discutidas em conjunto, mas que, ao mesmo tempo, contempla tradições heterogêneas (Fourshey, Gonzales e Saidi 2019:36).

Hoje, na África, seguindo a classificação de Guthrie (1967–1971), são reconhecidas quatro principais famílias linguísticas: Nilo-Saariana, Afro-Asiática, Khoisan e Nígero-Congoleza, esta última da qual fazem parte as línguas bantu. Desconsiderando a diáspora transatlântica, os povos e falantes de línguas bantu atualmente se localizam em pelo menos 25 países africanos desde Camarões até a África do Sul, a mais de 9.000km de distância.

Mapa 01: Distribuição continental do grupo linguístico Nígero-congolês atual

Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc.

São aproximadamente 300 milhões de falantes (Bostoen 2018:2) que se localizam principalmente nos atuais países, em ordem alfabética: Angola, Botsuana, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Comores, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maiote, Moçambique, Namíbia, República do Congo, Ruanda, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue e há um pequeno número ao norte da Somália (Nurse e Philippson 2003, Fourshey, Gonzales e Saidi 2019), como ilustrado no *Mapa 01* acima.

Por mais que nas primeiras fases de formação e consolidação das expansões e identidades bantu as comunidades fossem pequenas, elas cresceram com o passar do tempo, em boa parte devido à agricultura (Bostoen 2018) e ao sedentarismo (Vansina 1984), mas também porque foram bem-sucedidas na incorporação de forasteiros. A leste, centro, sul e centro-oeste da África, as alianças externas eram construídas em virtude de se fortalecer os vínculos sociais e políticos (Miller 1995; Vansina 2010; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019). Havia a crença de que os estrangeiros podiam, potencialmente, aumentar o conhecimento ou contribuir para o desenvolvimento social de maneira importante, empreendendo a noção de “pertencimento” como algo “coletivo” (Rodney 1973; Fourshey, Gonzales e Saidi 2019:235). Essa noção é crucial para compreender a agentividade dos africanos com relação ao período colonial e abertura sociopolítica inicial no que tange à chegada dos portugueses no continente, como se deu no reino do Congo, por exemplo, descrita na seção seguinte.

Nesse sentido, as interações se fundavam em relações que cruzavam fronteiras étnicas, culturais, econômicas, familiares e linguísticas. Em diferentes contextos históricos, essas comunidades, originalmente de pequena escala (Evans 2018), reinventaram os seus valores para atender às novas necessidades (Fourshey, Gonzales e Saidi 2019:236), reafirmando, acomodando, retendo, resignificando, criando, inovando e assim constituindo suas multifacetadas culturas. Assume-se que este é um dos maiores conjunto de migrações humanas – em escala e duração no tempo – em todo o mundo.

1.2 Da composição sociopolítica pré-colonial na região de Angola

Esta seção tem como objetivo elucidar algumas das principais dinâmicas sociolinguísticas que se desenvolveram após o assentamento das comunidades bantu na atual região angolana e proximidades, com o intuito de identificar os fatores sociais e históricos que foram responsáveis pela composição étnica, social e linguística de Angola atualmente.

Mapa 02: mapa moderno de Angola

Fonte: Nações Unidas (2008).

Angola, assim como muitos países africanos, cresceu de um conglomerado de pessoas e grupos, cada qual com suas distintas culturas e tradições, como, em partes, demonstrado na seção anterior. Muito antes do contato com os portugueses, as comunidades das línguas bantu então se

assentaram e estabeleceram uma economia agrícola na maior parte desse território (Rodney 1973; Meijer, G. e Birmingham, D. 2004; Vansina 2010 e outros).

Os indícios também revelam que, por volta dos séculos V–XV, antes da chegada dos europeus, a região era governada por reis que controlavam a “arte religiosa de fazer chuva” e a “arte mágica da fundição de ferro”¹⁰ e que certas características religiosas provavelmente eram comuns aos agricultores de toda a região: “a feitiçaria, os rituais de fecundidade dirigidos pelo senhor da terra, a importância dos espíritos locais e de ancestrais, o respeito tributado aos adivinhos e curandeiros” (Vansina 2010:633). A reconstituição de uma série de termos comprova que tudo isso já existia muito antes, nas comunidades das quais se originaram os povos bantu (Vansina 2010:633).

O reino do qual Angola recebeu o seu nome era inicialmente governado pela dinastia Ngola, cuja fortaleza rochosa ficava acima do vale do rio Kwanza (Birmingham 2015:vii). Ngola era o título que simbolizava a centralização do poder do reino Ndongo (Miller 1995). Foi descrito pela primeira vez para o ocidente por uma das primeiras missões jesuítas ali estabelecidas, na década de 1560, (Birmingham 2015:vii-viii), mas, provavelmente, já existia bem antes desta data (Thornton 2001:23). O reino Ndongo era composto principalmente por povos mbundu (Miller 1995), ou “ambundu”. Consideram-se que estes eram e ainda são falantes da nomeada língua kimbundu¹¹.

O vizinho ao norte do Ndongo era o governante de um reino maior e mais poderoso situado ao sul do estuário do Rio Congo, o reino do Congo. Era densamente povoado, com uma estrutura social bem definida que consistia em uma nobreza, em homens livres e outros escravizados, sobretudo cativos de guerras; um governo centrado, sistematicamente hierarquizado e que possuía sua própria “moeda”, o *nzimbu*¹² (Miller 1995; Inverno, 2010; Vansina 2010; Green 2019). Os primeiros vestígios deste reino

10 Do original: “In medieval times the region was ruled by kings who controlled the religious art of rain-making and the magic art of iron-smelting” (Birmingham 2015, prefácio).

11 Apesar de surgirem estudos posteriores com a intenção de descrever o kimbundu (cf. Cannecatim 1804; Oliveira 1862; Chatelain 1888–9, entre outros), investigações sobre a situação linguística *em uso* da época são escassas; os indícios sugerem que tanto os mbundu quanto os outros povos da região eram multilíngues e estavam em constante contato e interação, constituindo, dessa forma, uma identidade diversa e que provavelmente era marcada por uma fluidez quanto ao uso do amplo repertório linguístico existente. O próprio Chatelain (1888–9:XII), no século XIX, atribui a configuração do kimbundu como sendo diversa: “(...) cremos dever constituir um grupo kimbundu o qual abrangeria, além do kimbundu propriamente dito, os dialectos dos Quissamas (Akua-Kisama), dos Libolos (Akua-Lubolo), dos Masongos (Ma-Songo), dos Jingas (Akua-Ngola ou Ndongo) e dos Bondos (Akua-Mbondo)”. E acrescenta: “o dialeto do Jingas seria o kimbundu mais puro, o que se falava na antiga corte da Angola ou Ndongo” (cf. Chatelain p. XII), claramente partindo de uma perspectiva estritamente essencialista, que se embasava na centralidade e poder dos reinos Ngondo e Matamba como referências para tal afirmação.

12 *Nzimbu* eram conchas, pescadas por mulheres na região do Ndongo (Green 2019:244), que possuíam um valor não apenas monetário, mas também sagrado nos reinos da região. A sua importância era tamanha que também serviam como moeda de troca. Elas eram usadas no Reino do Congo para pagamentos sociais, como a riqueza das noivas, para impostos políticos, multas judiciais (Birmingham 2015:vii) e, posteriormente, para pagamento de cativos: “em 1642, por exemplo, cada cativo em Luanda custava 15.000 mil-réis, ou 30 cofos de *nzimbu*”. Do original: “In 1642, for

remontam a meados do século XV (Thornton 2001:106), mas os indícios sugerem que o reino do Congo já existia por volta dos séculos XIII ou XIV (:107).

Um dos mais bem-sucedidos e diversos centros comerciais da região se desenvolveu na cidade de M'banza Kongo, ou São Salvador, considerada a capital do Reino do Congo no interior da província Mpemba, em torno da qual ele se desenvolveu (Thornton 2001; Birmingham 2015). Possuía uma população estimada de 100.000 pessoas (Inverno 2010; Birmingham 2015). Contudo, esses polos densamente povoados eram uma exceção, já que por todo o território havia grandes extensões rurais não habitadas por humanos.

A extensa esfera de influência do Reino do Congo incluía não apenas as seis províncias do reino, Mpemba, Nsumdi, Mpangu, Mbata, Mbamba e Soyo (Thornton 2001:102)¹³, mas também outros reinos de línguas bantu, como o Ndongo e Matamba, que eventualmente pagavam tributo a ele (Miller 1995, Inverno 2010), ainda que fossem relativamente independentes (Thornton 2001:112). Em termos econômicos, a região era um centro de produção de ferro e aço (Thornton 2001, Green 2019), reconhecida também pela produção de tecidos e roupas, e pela abundância de salinas e minas de ferro (Miller 1995; Green 2019). As principais rotas de comércio local convergiam em M'banza Kongo, como ilustra Vansina (2010):

(...) de Luanda lhe vinham os *nzimbu*; do baixo Zaire chegavam o sal marinho e outros produtos locais (peixes, cerâmicas, cestos); do lago Malebo provinham a rafia e outros artigos da região, especialmente cerâmicas; uma quarta rota servia ao transporte de cobre do Mbamba, e talvez de cobre e chumbo obtidos ao norte das cataratas do rio; finalmente, outra estrada trazia artigos de Matamba (...).

(:652)

Do ponto de vista linguístico, Inverno (2010) observa que “a língua kikongo era a língua majoritária da população” nas imediações do Reino do Congo, mesmo fazendo a ressalva de que “é provável que outras línguas bantu também fossem faladas, especialmente entre os escravizados dos reinos inimigos” (Inverno 2010:86)¹⁴. No entanto, para além destas fronteiras pontuais de nomeação de

instance, each captive in Luanda cost 15,000 milreis, or 30 cofos of *nzimbu*” (Green 2019:245); cf. Green (2019) para uma descrição pormenorizada do uso e importância de *nzimbu* como valor de troca em grande parte da região do oeste africano neste período.

13 Thornton (2001), entretanto, salienta que é muito pouco provável que o reino tivesse uma organização tão bem delimitada: “it seems unlikely that Kong had such a neatly organized space; the six-province scheme is just as likely to be a multiple of three of which the Kongo were found”. De acordo com o historiador, o estabelecimento de tal organização se deu em virtude de tentar caracterizar o reino aos moldes europeus (do original: “to make Kongo fit into the emerging understanding that Europeans of the day had of Africa”) (:192).

14 Do original: “Kikongo was the language of the bulk of the population but it is likely that other related Bantu languages were also spoken, especially among the slaves taken from neighboring enemy kingdoms” (Inverno 2010:86).

Segundo os vestígios, as fronteiras etnolinguísticas tendiam a acompanhar os principais cursos de água; a exceção era a parte ocidental, onde as montanhas a leste da ilha de Luanda forneciam uma fronteira natural que separava os mbundu dos congo; “os mbundu estavam, de um modo geral, confinados à região banhada pelo rio Kwanza” (Miller 1995:40).

De acordo com o estudo levantado pelo historiador Miller (1995), sobre a história e a organização política dos mbundu, a tradição etnológica esboça as distinções que os próprios mbundu do século dezesseis faziam entre si: os grupos principais incluíam os lenge, os ndongo, os songo, os mbondo, os pendé, os hungu, e os libolo (Miller 1995:40). No geral, as divisões eram maiores do que são hoje. O agrupamento ocidental na região da cidade de Luanda, por exemplo, resultou da concentração dos mbundu e de outros africanos de outras partes de Angola (Miller 1995; Thornton 2001; Vansina 2010; Birmingham 2015). As fontes orais indicam que os mbundu passaram a identificar a si próprios como “akwaluanda” ou “ambundu” para se distinguirem, a eles e à sua língua, dos seus parentes do interior (Miller 1995:39).

Em virtude desses fatos, é preciso olharmos atentamente para a maneira como as comunidades então se organizavam, levando em conta as relações, a organização e os modelos de estratificação social, para compreendermos de que modo esse contexto forneceu o pano de fundo para o desenvolvimento cultural e linguístico atual dos diversos povos que habitavam e ainda habitam a região.

1.2.1 Parentesco, territorialidades: as relações interétnicas

Antes do século XV, o princípio predominante das relações sociais em boa parte das comunidades africanas era baseado na família e no parentesco associado ao comunalismo (Rodney 1973). Todo membro de uma comunidade tinha a sua posição bem definida em relação aos seus parentes maternos e paternos, ainda que algumas funções se sobrepusessem (Miller 1995). A maioria das sociedades eram matrilineares e a terra, o maior meio de produção, pertencia a grupos, tais como famílias ou clãs, os quais possuíam governantes responsáveis tanto por ela quanto pelo próprio grupo (Rodney 1973). Em teoria, este padrão indicava que os pertencentes ao grupo de qualquer comunidade eram diretamente descendentes do primeiro representante que tinha se instalado em determinado lugar (Rodney 1973; Miller 1995). Da mesma forma, a mão de obra que trabalhava na terra era geralmente recrutada em nome do grupo. Um único grupo cultivava seus próprios terrenos e também estaria disponível para

compartilhar certas atividades agrícolas conjuntas com outros membros; caças anuais e pescas também eram organizadas pela comunidade (Rodney 1973). O princípio de organização social de diversas comunidades africanas era eminentemente coletivo, que priorizava as necessidades do grupo como um todo em detrimento das vontades individuais, um padrão imediatamente oposto ao imposto pela ideologia imperialista europeia durante e após a colonização.

Assim como a geografia delimitou a rota das primeiras expansões bantu, os primeiros séculos do milênio passado viram os assentamentos e centros populacionais da região centro ocidental da África se intensificarem em áreas geograficamente ricas, perto de rios e seus afluentes, de recursos naturais abundantes ou, ainda, que serviam de rotas para o comércio (Miller 1995; Thornton 2001; Costa e Silva 2002; Green 2019), como salientado na seção anterior. As salinas da Baixa de Cassanje, situadas hoje em Malanje, ou da Samba, em Luanda, assim como os depósitos de minério de ferro, serviram como ponto de partida para a reunião de povoamentos que mais tarde se tornariam grandes reinos, como Congo, Ndongo, Matamba ou do império Lunda (Miller 1995). As formações rochosas, como grandes pedras e montanhas, serviam como fortalezas naturais (Childs 1960; Thornton 2001). Um exemplo pode ser atestado pela proeminência da rainha D. Verónica I, governante do reino da Matamba e do Ndongo durante meados do século XVI. A rainha se tornou reconhecida pelas substanciais minas de prata e outros minerais em seu território e por ter estabelecido sua capital estrategicamente perto das minas de ferro do vale do rio Nzongeji, afluente do Lucala (Costa e Silva 2002; Fonseca 2014). O acesso aos recursos naturais foi então fundamental para a proveniência de elementos que se fizeram necessários quanto ao desencadeamento da complexidade social, fornecendo insumos para o desenvolvimento tecnológico, econômico e, mais tarde, comercial. Os pioneiros do domínio das técnicas de fundição do ferro, úteis para forjar armas e instrumentos agrícolas parece ter sido o povo samba, do reino da Matamba¹⁶ (Miller 1995); nos mitos de origem, o rei ferreiro Samba Ngola Mussuri utilizou o conhecimento da metalurgia para vencer os exércitos do congo e se impor sobre os vizinhos (Miller 1995; Fonseca 2014).

Neste sentido, as minas de ferro em conjunto com as nascentes de rios e as salinas, presentes em boa parte do território na região, refletem a importância das riquezas naturais quanto à consolidação da concentração de poder nos diversos reinos. Como Costa e Silva (2002) bem elucida:

16 A literatura sugere que os Samba originais atualmente não existem mais como grupo étnico identificável, mas seus herdeiros ainda levam os símbolos que representam algumas linhagens mbundu, como o *ngola* (ver adiante). Além disso, há uma hipótese que a origem do nome 'Matamba', o reino do povo Samba, seria o resultado de variações fonéticas entre as línguas nomeadas kikongo e kimbundu, entre *tsamba* e *samba* (acrescidos do prefixo bantu de plural *ma-*, comum para designar grupos étnicos) (Miller 1995:65). Isso demonstra, em partes, a variedade etnolinguística que compunha o cenário sociolinguístico da época.

A necessidade de controlar e proteger recursos escassos, como jazidas de ferro e cobre ou depósitos de sal, contra a cobiça alheia, de regular o afluxo de gente de fora, de disciplinar os mercados, de estabelecer novo tipo de contrato entre pessoas e grupos sem vínculos de sangue e antepassados comuns — todos esses fatores contribuíram para robustecer o poder daqueles que se arrogavam a faculdade de controlar as forças por trás da natureza, de atrair as chuvas, de promover a fecundidade, de comandar os guerreiros

(Costa e Silva 2002:312)

Assim, surgem chefes que posteriormente se declaram legítimos pela conquista daquela terra e, por consequência, merecedores do título de ‘rei’. Desenvolveram-se, a partir de então, vários tipos de estruturas políticas que legitimariam o controle sobre a comunidade, sobre a terra e seus insumos, e sobre o comércio da região. “Quanto maior fosse o número de indivíduos, livres e escravos, que um rei tivesse sob seu domínio, maiores a sua autoridade e o seu prestígio” (Costa e Silva 2002:312).

Um dos modelos sociopolíticos mais consagrados desenvolvidos ali foi o modelo pautado na terra, que “defluía dos ancestrais e tomava forma nos clãs ou nas linhagens” (Costa e Silva 2002:312). Este modelo se consolidou de tal maneira que ainda hoje é praticado. As linhagens, representadas pelo parentesco, eram simbolizadas por insígnias que estabeleciam o vínculo genealógico entre os que a integravam e os que primeiro tinham ocupado determinada área de terra ou a haviam cedido a outros (Miller 1995; Costa e Silva 2002), e assim se tornaram atemporais. O Ngola, como a insígnia representante do reino Ndongo, assumia a forma de objetos de ferro (pl. *jingola*) (cf. Miller 1995:58) e difundiu-se rapidamente entre as linhagens mbundu como forma de poder, a qual conferia a seu guardião a capacidade de resolver conflitos através do acesso ao mundo espiritual e assim centralizar o poder no grupo familiar (Miller 1995). A adoção do símbolo Ngola, tais como o de outras, como *lunda*, dos reinos Songo/Pende/Côkwe/Lunda, ou *vunga*, do Libolo (cf. Miller 1995), permitiu, por um lado, estabelecer o particularismo e localismo centrado nas linhagens e, por outro, transcender o nível da organização linhageira através do desenvolvimento de estruturas políticas centralizadas a partir de uma escala maior de autonomia das linhagens.

A reconfiguração das hierarquias políticas, dessa forma, não precisava mais se prender unicamente à terra. Os nomes dos reis passaram a corresponder não a indivíduos, mas a posições políticas e estirpes dentro dessas posições que usariam como título o mesmo nome, representado pela mesma insígnia (Miller 1995; Costa e Silva 2002), uma vez que: “Dentro de cada [insígnia] contavam-se vários ramos ligados entre si por um sistema de parentesco simbólico e perpétuo, cujas hierarquias podiam favorecer a ampliação e a centralização da autoridade no cabeça do mais antigo segmento do

clã” (Costa e Silva 2002:319). Assim, o aumento de mobilidade física foi, provavelmente, acompanhado pelo aumento dos índices de cisão das linhagens, uma vez que as técnicas de divisão dos *jingola* forneciam meios fáceis de legitimar a criação de novos grupos (Miller 1995).

Neste sentido, esse parentesco, representado pelas insígnias, assumia uma característica perpétua, que se traduzia em laços que não se apagavam no tempo: ao assumir a chefia de uma linhagem, quem o fazia se transformava no seu antecessor, tomando seu nome e assumindo seu parentesco. Com exceção do *vunga*, “que dispunha apenas de autoridade temporária delegada pelo rei naquele que designava para tal função” (Miller 1995:94)¹⁷, herdavam-se, deste modo, a posição familiar e a identidade social antecessoras, que agora se estendiam ao grupo do qual o novo chefe era representante (Costa e Silva 2002). “As linhagens podiam quebrar alianças existentes, baseadas exclusivamente na contiguidade geográfica, para formar novos laços que refletiam interesses econômicos ou outras relações que não encontravam expressão formal sob os antigos sistemas”, reitera Miller (1995:65).

Esta composição linhageira era aliada ao sistema de matrimônios cruzados entre as várias linhagens; estreitavam-se, desse modo, os vínculos e corrigia-se a tendência à fragmentação das insígnias. Assim, “cada indivíduo ligava-se a mais de um horizonte familiar” (Costa e Silva 2002:320). Os “casamentos”¹⁸ das sociedades matrilineares dos mbundu uniam títulos políticos “masculinos” às linhagens “maternas”: eram elas que designavam quais seriam os próximos a ocuparem a posição de “filho”, ou quem receberia a posse do título (Miller 1995:18); a linhagem da mãe também viria a determinar para onde os jovens iriam depois de nascidos. Quanto aos mais velhos, eram conhecidos como “*makota*”, sg. “*kota*” e atuavam como “guardiões e conselheiros em relação ao portador do título” (Miller 1995:18). Esse padrão denunciava a tensão entre o princípio de considerar a descendência e herança através das mulheres e o fato de deixar a maior parte das formas de autoridade nas mãos dos homens.

As mulheres, assim como nas comunidades bantu em geral, desempenhavam um papel fundamental com relação à direção dos movimentos e à dispersão das linhagens do grupo. Era recorrente, entre as comunidades da região, o estabelecimento de um princípio que se pautava na saída tanto das meninas quanto dos meninos das linhagens de origem: “os membros de cada linhagem

17 “Os reis hango [do Libolo] concediam estes títulos por sua própria iniciativa, geralmente através da apresentação de determinado símbolo que indicava o mandato de quem o recebia, e estas nomeações duravam apenas até serem revogadas ou até à morte do indivíduo detentor do título. Nessa altura, a insígnia da nomeação voltava para o seu senhor em vez de ficar com os herdeiros” (cf. Miller 1995:94).

18 Podemos entender “casamento” como a representação da união entre duas linhagens.

nasciam e cresciam longe da aldeia da sua própria linhagem, mas voltavam a ela quando eram mais velhos” (Miller 1995:43). As meninas saíam assim que se casavam e iam morar no território do marido; os rapazes, por sua vez, voltavam para o seu grupo de parentesco materno após a puberdade. Por vezes, os rapazes, assim que se casavam, passavam anos trabalhando para o pai da esposa, enquanto os muitos jovens que se casavam com filhas da mesma filiação formavam grupos para ajudar uns aos outros no trabalho da terra (Rodney 1973). As dinâmicas foram melhor descritas por Miller (1995):

Geralmente, [as meninas] nasciam na aldeia da linhagem dos seus pais, ficavam ali até o casamento e depois iam viver com os parentes do marido. A maioria das mulheres nunca chegava a viver na aldeia da sua própria linhagem antes de atingir a velhice (...). Os rapazes também cresciam entre os parentes do seu pai mas, pouco depois da puberdade, tendiam a voltar diretamente para o seu próprio grupo de parentesco, na aldeia dos irmãos da sua mãe, onde permaneciam para o resto da vida como parte do núcleo de homens ligados por via matrilinear. As mulheres viúvas ou divorciadas, irmãs dos homens da geração mais velha, muitas vezes voltavam para residir com os seus irmãos

(:43-44)

Destes movimentos emergia, como efeito, o reforço da identidade linhageira do grupo, ao reunir num único local os mais velhos membros vivos. É preciso salientar que “cada estágio diferia do seu predecessor na adição de um ou vários novos elementos e na mudança de papéis dos antigos títulos e símbolos” (Miller 1995:277), e aqueles que voltavam traziam elementos de outra linhagem. Dessa forma, não somente movimentos físicos aconteciam, como também eram propiciados, a partir dessas novas uniões, o deslocamento, a transmissão e o sincretismo não apenas de novas ideias, artes, tecnologias e inovações, como também dos repertórios linguísticos individuais, para os novos grupos e locais dos quais os membros passavam a fazer parte. O contato, assim, contribuía fundamentalmente para o aumento constante da diversidade cultural e linguística que passaria a constituir a nova formação linhageira.

Outros modelos que também se baseavam na terra e na perpetuação do poder pelo parentesco, mas que se diferenciavam quanto à proveniência de poder (representadas, por exemplo, por entidades sobrenaturais entendidas como guardiãs das águas e da terra¹⁹), igualmente foram atestados na região. Isso reforça a noção de que as estruturas políticas vinculadas à ancestralidade e ligadas por parentesco e linearidade, reforçadas pelo uso das insígnias, apesar de complexas e virtuosas, eram limitantes: a necessária correspondência entre as posições geográficas e a hidrografia do território não garantia

19 cf. Costa e Silva (2002) para mais detalhes sobre esta e outras representações semelhantes.

muita flexibilidade aos títulos como meios de expansão; somado a isso, a estrutura hierarquizada impunha e moldava as funções de seus membros no seio das dinâmicas sociais.

Em virtude da necessidade de ultrapassar essas limitações, outros tipos de relações alternativas surgiam, as quais atravessavam as fronteiras erguidas pelos grupos de filiação linhageira e uniam os indivíduos transversalmente. Havia uma associação de mestres caçadores (*yibinda*, singular *kibinda*, em kimbundu) que estabelecia laços pessoais entre “todos os considerados caçadores profissionais independentemente do seu estatuto de linhagem” (cf. Miller 1995:51), a qual incluía igualmente os songo, pende, imbangala, côkwe e lunda, e que viria a compor os impérios de Luba e Lunda (Costa e Silva 2002:328). Mas, essas relações transversais iam “desde acordos bastante informais e *ad hoc*, entre estranhos que se viam lançados na prossecução comum de objectivos de âmbito limitado, até vários tipos de sociedades secretas institucionalizadas e de grande alcance” (Miller 1995:49; ver também Costa e Silva 2002 para uma descrição sobre alguns tipos de sociedades secretas). Segundo os historiadores, algumas delas foram tão efêmeras que seria impossível reconstituí-las. Uma das mais preponderantes dentre elas, e que daremos um destaque maior na próxima seção, também representou um modelo alternativo à configuração hierárquica linhageira, sem a qual provavelmente as campanhas imperialistas europeias não teriam tido tanto sucesso: a formação dos *kilombos*.

1.2.2 Os *kilombos*

Do desenvolvimento político dos povos ovimbundu²⁰, no século XVII, que viviam ao sul do *Kwanza* no planalto de Benguela, resultou a emergência dos *kilombos*^{21,22}. Este modelo será aqui enfocado por dois motivos: o primeiro se justifica dado o interesse em colocar em evidência arranjos sociais nos quais o contato agia de forma visceral, sendo o principal mecanismo constituinte da organização sociopolítica. Não tendo como fundamento as linhagens e, muito menos, o vínculo por

20 Os povos ovimbundu são classificados como falantes de umbundu. Novamente é preciso pontuar que esta classificação não é necessariamente transparente.

21 Os *kilombos* também foram atestados como forma de organização social entre os côkwe. Algumas fontes, também linguísticas, sugerem que tenham surgido de uma combinação de instituições entre os ovimbundu/côkwe [luba]/lwenda. (cf. Miller 1995:160).

22 A palavra *kilombo* ganhou alguns significados ao longo dos anos. Alguns a resumem como sendo a ‘capital do reino dos Jagas’, ou ainda ‘campo de guerra’ (Childs 1960); outros a interpretam como derivada da raiz *-lumbo*, que significa, tanto em kimbundu, umbundu e em kikongo, “*muro*”, dada a sua estrutura física, “um espaço protegido por cercas, a um campo de guerreiros” (Costa e Silva 2002:328). Outros ainda, como Miller, propõem uma derivação mais direta: *kilombo* viria da raiz, em umbundu, *-lombo*, que significa “*circuncisão*” ou “*sangue*”. E relembra que, no século XIX, um grupo falantes de umbundu, que habitava os arredores de Benguela, chamava *kilombo* o seu campo de circuncisão (cf. Miller 1995).

parentesco, os *kilombos* se organizavam partindo do princípio de que qualquer pessoa de qualquer etnia, falante de qualquer língua, poderia fazer parte do grupo (Childs 1960; Miller 1995). Apesar de terem sido reconhecidos primeiramente como uma organização iniciática masculina dos ovimbundu (Costa e Silva 2002), à medida que foram ganhando força, se espalharam pelo território da região. Para se tornar membro, era preciso passar por rituais de iniciação e seguir as “leis” *yijila* (sg. *kijila*²³) que “afastavam [os membros] do seio protetor do seu grupo de filiação natal e, simultaneamente, uniam fortemente os iniciados entre si, como guerreiros num regimento de super-homens, tornados invulneráveis às armas dos seus inimigos” (Miller 1995:160). Segundo as tradições orais, as cerimônias continham atividades que serviriam para “preservar o estatuto como o mais temido e o mais respeitado governante em Angola” (Miller 1995:161). Segundo Miller, foram equivocadamente chamados por *jagas* (“cruéis”, “irracionais”, “não humanos”, cf. Miller 1995:158) pelos colonizadores, em oposição aos *sobas*, que seriam considerados os legítimos chefes locais (Childs 1960; Miller 1995; Green 2019).

Childs (1960), citando o trabalho feito por Antônio de Oliveira de Cadornega, na obra *História Geral das Guerras Angolanas*, ainda no século XVII, descreve as atividades dos membros dos *kilombos* da seguinte maneira:

(...) [as] mulheres eram proibidas, sob pena de morte, de dar à luz no quilombo (...). Elas podiam ir para o confinamento e trazer seus filhos para o quilombo mais tarde. Diz-se que o canibalismo é um costume dos Jaga Cassanji, mas não de todo o grupo (...). Eles removem dois dentes superiores e, às vezes, dois inferiores. Eles não adoram ídolos (como outros povos de Angola), mas reverenciam muito seus quicullos, ou seja, os ossos de seus ancestrais, que também carregam em procissão; em seus túmulos, derramam vinho e sangue de animais; e eles consultam seus espíritos por meio de Xingilles (cf. Umbundu, oku singilla, para induzir a possessão de espíritos).²⁴

(Childs 1960:276)

23 É curioso como esta palavra aparece como sendo a usada para representar as tais leis dos *kilombos* (principalmente por Cavazzi e provavelmente por portugueses que vieram depois dele, cf. Miller 1995:157), mas é considerada uma palavra do kimbundu (cf. Chatelain 1888–9). A ambivalência ocorre uma vez que as práticas dos *kilombos* são atestadas como oriundas principalmente dos povos ovimbundu (os quais “culturalmente, estão muito mais distantes dos Ambundos do que estes dos Congos (Costa e Silva 2002:327-8)”) e dos cõkwe/luba (ver nota 13 acima), povos considerados como não falantes de kimbundu. Segundo a gramática elaborada por Chatelain (1888–9), o prefixo “*ki-*” representa “língua” e “*-jila*” viria da raiz *iza*, do verbo *vir* (cf. p.92); ou ainda, por derivação nominal, “*-jila*” significaria *jejuar*, e *kijila*, *preceito de jejum* (cf. p.120), em kimbundu. A forma umbundu da palavra é “*ocisila*” (Miller 1995:157), que significa *pacto* (segundo informantes falantes de umbundu e de dicionários *online*; cf. <https://glosbe.com/umb/pt>, consultado em 15/04/2021).

24 Do original: “Their women were forbidden on pain of death to give birth within the quilombo (...). They might go away for confinement and could bring their children to the quilombo later. Cannibalism is said to be a custom of Jaga Cassanji, but not of the whole group (...). They remove two upper teeth, and sometimes, two lower. They do not worship idols (as do other peoples of Angola), but greatly revere their quicullos, i.e. the bones of their ancestors, which they also carry in procession; on their graves they pour wine and the blood of animals; and they consult their spirits through Xingilles (cf. Umbundu, oku singilla, to induce spirit possession)”.

Por essas e outras práticas (também por não aderirem à tradição linhageira), eram, muitas vezes, considerados “não humanos” tanto pelos portugueses, quanto por seus conterrâneos africanos, principalmente por aqueles que seguiam os pressupostos das linhagens (Miller 1995).

A segunda motivação para o destaque na caracterização dos *kilombos* se ampara na relevância do seu desenvolvimento, o qual, ao longo dos anos, se tornou tão proeminente que passou a representar uma instituição altamente militarizada, sem a qual muito provavelmente o imperialismo europeu não teria sido bem-sucedido. Os membros dos *kilombos*, os Imbangalas, se consideravam povos independentes e realizavam alianças a depender da necessidade e interesse, já que “tinham um forte incentivo para capturar escravos a fim de serem utilizados no âmbito de rituais que envolviam sacrifícios humanos e, também, para substituir os guerreiros que tombavam nas suas contínuas guerras, [desenvolvendo] tácticas militares especializadas, adaptadas a esses propósitos” (Miller 1995:180). E isso não foi diferente ao interagirem com os europeus, os quais “lutaram contra o Ngola com os Jagas”²⁵ (Kent 1965:165). Quando percebiam que as alianças não estavam sendo, para eles, produtivas, rompiam e seguiam seu percurso. Em virtude disso, desenvolveram um caráter particularmente ambivalente, pelo qual também seriam reconhecidos como “local de fuga de escravos” (Kent 1965), não apenas em Angola, mas similarmente nas Américas, constituindo uma fonte constante de contato entre diversas etnias e práticas linguísticas também além-mar. No Brasil, alguns *kilombos* ainda resistem ao tempo e permanecem ativos, outros ressignificaram sua composição atual e funcionam como sítios arqueológicos, como o Quilombo dos Palmares, reconhecido como Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) do país, desde 1985²⁶.

Na sua fase de maturidade, o *kilombo* demonstrou ser capaz de derrotar os reinos mbundu mais prósperos. Suas conquistas englobaram o “então reino de Angola/Ndongo (representado pelo *ngola*), catorze *sobas* da província do Bondo, metade das províncias de Matamba sob o comando da rainha Jinga²⁷, as províncias dos Ganguelas e dos Songos, o rei de Muzumbu Acaluna ‘na baía do rio

25 Do original: “fought against the Ngola with Jaga auxiliaries”.

26 A homologação do tombamento em âmbito federal se deu em 20 de novembro de 1985, Dia Nacional da Consciência Negra, e publicada no Diário Oficial da União em 31 de janeiro de 1986. Além do tombamento, o bem ainda foi declarado Monumento Nacional por meio do Decreto nº 95.855, de 21 de março de 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil (cf. Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada – Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL 2017:17)

27 Quando se apoderou de Matamba, Nzinga gozava do título Tembanza, principal sacerdotisa dos guerreiros dos *kilombos*, e cumpria com rigor as leis *yijila* (Miller 1995). Como rainha de Matamba, Jinga (conhecida também por variações, tais como Nzinga, Zinga, Ginga) continuou comandando grupos dos *kilombos* e cumprindo as determinações das *yijila*, até o seu batismo ao cristianismo em 1656 (Miller 1995). Sob seu reinado, o *kilombo* da Matamba foi tão

Cunene' e a província de Hila (Huila)''²⁸. Há evidências do aparecimento dos *kilombos* a norte do Kwanza, consistindo numa mistura dos títulos perpétuos Lunda, de posições originadas entre os ovimbundu, e de um culto guerreiro desenvolvido no reino do Kulembe (Miller 1995:159). Segundo Miller (1995):

Sob a pressão dos grandes estados a oeste, [alguns] titulares Lunda (...) fundiram-se com o kilombo em algum momento do século dezasseis, para constituir poderosos bandos de guerreiros de grande mobilidade, conhecidos por Imbangala, que se espalharam pela região dos Mbundu após 1610 e acabaram por se estabelecer, fundando um novo conjunto de estados Mbundu que incluíam todos os principais poderes políticos da região após 1650: Kalandula, Kabuku ka Ndonga, Matamba, Holo, Kasanje, Mwa Ndonje, e outros (cf. :149).

Nota-se que as instituições dos *kilombos* eram numerosas pelo território e à medida que iam se expandindo, incorporavam muitos dos seus cativos nas suas forças de combate, os quais incluíam povos de distintas etnias, não apenas dos ambundu, ovimbundu e côkwe, como também “vários povos negros não-bantu (...) muitos dos quais falam línguas coissãs” (Costa e Silva 2002:328), consequentemente se tornando um grupo altamente miscigenado, heterogêneo e linguisticamente diverso.

O impacto dos *Imbangala* e dos *kilombos*, assim como o conflito entre as estruturas do parentesco e os sucessivos poderes centralizadores, ultrapassam largamente os domínios dos grandes reinos do Ndongo e Matamba, e escancaram a natureza híbrida das interações que extrapolavam as fronteiras linguísticas dos povos falantes de kimbundu, umbundu ou côkwe. Como nos lembra Miller (1995),

A maioria dos esquemas de classificação etnográfica limitam-se a distinguir todo o conjunto de povos Mbundu das igualmente grandes categorias dos Kongo no norte, dos Côkwe/Lwena no leste, e vários grupos de Ovimbundu a sul. Estas distinções assentam basicamente em diferenças linguísticas, uma vez que os linguistas têm podido identificar o kikongo, o kicokwe e o umbundu como línguas diferenciadas do kimbundu, embora o kimbundu e o kikongo pareçam estar mais estreitamente relacionados do que qualquer das outras. Línguas que revelam características quer do kikongo quer do kimbundu (como as dos Hungu, Ndembu e Soso) apagam a hipotética linha divisória entre estes dois grupos. Da mesma forma, os dialectos kimbundu que apresentam uma similar natureza de transição (Xinje e Minungo) podem cobrir o fosso entre os Mbundu orientais e os seus vizinhos Cokwe/Lwena. Uma ausência quase total de informação concreta sobre os dialectos Kimbundu falados a sul do Kwanza obscurece a natureza da fronteira linguística nessa

suntuoso que seu poder se estendeu para inúmeras províncias. As evidências demonstram que, durante o período colonial, seu *kilombo* representou um forte centro de resistência (Heywood 2019).

28 Do original: “His conquests are listed as follows: the former Kingdom of Angola, fourteen sovas of the Province of Bondo, half of those of Queen Jinga, the Provinces of the Ganguelas and of the Songos, the King of Muzumbu Acalunda ' of the other shore of the River Cunene', and the Province of Hila (Huila)” (Childs 1960:275).

zona, mas há algumas indicações de que ela se situa próximo do rio Longa, uma vez que a variante de Kimbundu falada no Libolo se torna ininteligível a sul dessa linha.

(:38)

Vemos, assim, que, para além dos limites etnolinguísticos, as instituições transversais uniram os povos de Angola sobretudo alternativamente às fronteiras sociais erguidas pelos grupos de filiação matrilinear dominantes, reunindo em grupos povos heterogêneos de distintas etnias, práticas e repertórios linguísticos. É evidente que o contato e o multilinguismo funcionavam como mecanismos por meio dos quais as interações e, por conseguinte, as línguas se constituíam. Assim, já no século XVII, a composição etnolinguística do centro-oeste africano passava por uma série de reformulações advindas de migrações e reações, devido em grande parte às incursões dos guerreiros dos *kilombos* (Childs 1960:277).

1.3 Do contato inicial com os portugueses

O século XV não foi apenas a época da expansão europeia, mas da expansão das redes, do comércio, das produções e da manifestação de poder em organizações mais complexas pelo mundo todo (Green 2019: 57). Da segunda metade do século XV até todo o século XVI, os portugueses foram a presença europeia dominante na costa africana e no comércio de escravos (Negrão e Viotti 2014:140). Tinham como objetivo a busca por outras fontes de comércio²⁹, pela expansão dos seus domínios territoriais, pela obtenção do ouro na Costa da Guiné, por diferentes rotas para o comércio com a Índia e com a China e por especiarias orientais (Inverno 2010, Green 2019).

Inverno (2010) salienta que, “ao chegarem às regiões a sul da Costa do Ouro, em busca da rota marítima para a Índia em 1484”, vieram prontos para guerrear, mas “encontraram uma constelação de reinos poderosos” (:86), assim como demonstrado na seção anterior. O primeiro contato foi com o reino do Congo (Childs 1960; Miller 1995; Thornton 2001; Inverno 2010; Negrão e Viotti 2014, Birmingham 2015 e outros). Ali logo perceberam que uma aliança com um tão poderoso reino poderia ser de grande ajuda com relação à exploração de outras partes da África Central. Em outras palavras, “diplomacia e a cooperação institucional tinham mais a oferecer que a guerra e a conquista” (Inverno 2010:86). Do ponto de vista dos africanos, alguns acreditavam que os europeus eram uma espécie de deuses trazidos pelas águas (cf. Green 2019) ou que estes podiam contribuir com os seus costumes. Assim, um acordo

²⁹ cf. Green (2019) para uma descrição pormenorizada do comércio e da relação com as partes mais ao norte da costa africana ocidental.

bilateral logo foi estabelecido entre os dois impérios, durante o reinado do rei João II de Portugal (c. 1481-1495) e de João I do Congo (c. ?-1509) (Inverno 2010:86): o reino do Congo receberia os missionários Portugueses, os conselheiros políticos e trabalhadores especializados (como padeiros, professores, médicos etc.)³⁰ e Portugal teria “a oportunidade”³¹ de espalhar a fé católica e de adquirir cativos, assim como diversos bens e artefatos de cobre, ferro (Vansina 2010; Green 2019) e marfim (Russel-Wood 1998-2000 apud Inverno 2010)³².

Devido à presença minimamente significativa dos portugueses na região, em razão do reduzido número de europeus no território africano – se comparado à população nativa –, e o fato de que não tinham jurisdição sobre as políticas dos reinos, segundo Inverno (2010), a influência de uso do que era reconhecido como língua portuguesa ficou restrita às classes dominantes, especialmente aos títulos de nobreza: “evidentemente, muitas palavras portuguesas entraram no Kikongo por empréstimo (cf. Bal 1975, 1979; Marins 1958), mas é improvável que o português tenha sido amplamente utilizado em todo o reino, em contextos diferentes da correspondência oficial entre os reis portugueses e congoleses e entre estes últimos e seus governadores provinciais, muitos dos quais eram filhos mestiços de portugueses”³³ (Inverno 2010:89). E complementa dizendo que as línguas usadas pelas classes mais baixas não foram documentadas, mas que o contexto sócio-histórico do Congo nos sugere que possivelmente elas continuaram a ser usadas, uma vez que essas classes tinham pouco contato com os portugueses (:89).

30 Negrão e Viotti (2014b), citando Heywood & Thornton (2007), elucidam que em virtude da presença institucional dos portugueses no reino do Congo, “escolas eram criadas para ensinar mais de 1.000 membros de famílias nobres, enquanto alguns outros notáveis foram enviados para estudar em Portugal” (do original: “schools were set up to teach more than 1,000 members of the noble families, while some other notables were sent to study in Portugal”, cf. Negrão e Viotti 2014b:141). De acordo com Inverno (2010), “os próprios missionários tinham muito pouco contato com a população em geral, pois sua função principal era ajudar a criar um clero local, ou, se o fizessem, adotavam as línguas africanas”; do original: “the missionaries themselves either had very little contact with the general population as their main function was to help create a local clergy, or, if they did, they adopted African languages” (:89). Todavia, as evidências indicam a existência de escolas portuguesas não apenas entre a nobreza, mas também em vilarejos ao sudeste do reino do Congo, por volta de 1584 (Negrão e Viotti 2014b:142).

31 Aspas minhas.

32 Um questionamento importante é levantado por Negrão e Viotti (2014b): a fim de estabelecer essas relações diplomáticas, de que maneira eles se comunicavam? Uma vez que os relatos históricos, muitas vezes, não se atentam às perspectivas dos usos linguísticos, apenas podemos conjecturar que seja provável que havia intérpretes entre eles (Inverno 2010; Negrão e Viotti 2014b; Mufwene 2020), ou ainda, que formas inovadoras das interações emergiam, diante às necessidades comunicativas. Essa questão dos intérpretes é de suma importância, uma vez que, como elucidam as autoras, “os portugueses levaram alguns africanos de volta a Lisboa para que aprendessem português, e alguns europeus, saíram da África por diversos motivos, acabaram aprendendo as línguas locais e foram posteriormente recrutados para mediar as transações entre os governantes europeus e africanos” (Negrão e Viotti 2014b:141).

33 Do original: “of course, many Portuguese loan words entered Kikongo (cf. Bal 1975, 1979; Marins 1958), but it is unlikely that Portuguese was ever widely used throughout the kingdom in contexts other than official correspondence between the Portuguese and Congolese kings and between the latter and their provincial governors, many of whom were the mixed-race children of the Portuguese”.

Ademais, Negrão e Viotti (2014b) nos lembram de que é muito provável que entre os falantes de português, assim como entre os falantes de qualquer uma das línguas africanas com as quais os europeus mantiveram contato, havia muito pouca homogeneidade linguística (:139). Segundo as autoras, nos séculos XV e XVI, as línguas europeias nacionais modernas estavam apenas começando a emergir como ‘línguas’ como conhecemos hoje:

Os limites entre elas ainda não eram bem definidos. E as pessoas precisavam se comunicar: guerras, doenças e fome na Europa causaram constantes migrações de pessoas de diferentes origens e diferentes línguas; o comércio e o progresso também fizeram com que as pessoas se deslocassem para vender seus produtos, para construir novas cidades (...). As fronteiras entre o português e o castelhano, por exemplo, não eram tão claras como hoje. Essas duas línguas se tornaram ainda mais próximas de 1580 a 1640, quando os reinos de Portugal e Espanha foram unidos sob um único rei. Nesse período, a interação entre os povos das duas nações, incluindo exploradores, marinheiros e colonos, era mais constante, o que aproximava ainda mais as duas línguas.³⁴

(:139)

Elas também nos chamam a atenção para a suposição de que seja muito provável que o contato linguístico, do ponto de vista europeu, não tenha sido menos intenso e menos difundido a bordo dos navios que navegavam o Atlântico naquela época, uma vez que: “as tripulações dos navios provavelmente incluíam marinheiros vindos de diferentes lugares da Europa [e do mundo] (...). Esses indivíduos, habituados a uma ecologia de vívido contato linguístico (...) representam possivelmente os primeiros agentes de contato entre as línguas europeias e as línguas da África Ocidental e Central” (:139). Assim, fica evidente que os primeiros a chegarem à costa africana estavam habituados a serem expostos a diferentes repertórios linguísticos e a uma intensa ecologia linguística, estabelecida pelo contato, e que sequer usavam uma variedade padrão do que mais tarde veio a se consolidar como ‘língua portuguesa’ em Portugal.

Os contatos posteriormente se expandiram aos reinos do Ndongo e Benguela, em meados do século XVI (Miller 2002; Negrão e Viotti 2014), possivelmente motivados pela próspera expansão do tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil, o qual estava oficialmente sob o poder do reino de Portugal, pelo empreendimento bem-sucedido das *plantations* de açúcar tanto no Brasil quanto em São

34 Do original: “The boundaries between them were still very unclear. And people needed to communicate: Wars, disease, and famine in Europe caused constant migrations of people from different origins and different languages; commerce and progress also made people dislocate to sell their products, to build new towns (...). The boundaries between Portuguese and Castilian, for example, were not as clear then as they are today. These two languages became even closer from 1580 to 1640, when the kingdoms of Portugal and Spain were united under one king. During this period, the interaction between the people of both nations, including explorers, sailors, and settlers was more constant, which approximated both languages even more”.

Tomé (Inverno 2010), e pela invasão dos Imbangalas (“jagas”) em Mbanza Congo, em 1569 (Inverno 2010:91), marcando a mudança da base comercial portuguesa do reino do Congo para o Ndongo.

O reino do Ndongo era conhecido pelos portugueses pelo menos desde 1504 (Inverno 2010:90), mas os primeiros contatos oficiais com o reino veio de um pedido do próprio rei Ngola, primeiro em 1520 e depois em 1561 (Inverno 2010:91), interessado em se converter ao cristianismo e trazer missionários ao seu território. Segundo a historiadora Linda Heywood (2019), esta foi uma iniciativa das próprias autoridades locais: “ao saberem que os reis de seu poderoso vizinho Congo haviam aberto suas terras para estrangeiros do outro lado do oceano, os governantes de Ndongo enviaram seus próprios emissários a Portugal para solicitar missionários a partir de 1518 a 1556” (:27).

Assim:

“uma missão portuguesa foi finalmente enviada para Ndongo em 22 de dezembro de 1559, sob instruções da regente dona Catarina, de ir a Ndongo para começar o trabalho missionário naquela região. A delegação, que contava com quatro missionários jesuítas, fez uma parada em São Tomé para apanhar portugueses que tinham conhecimento de Ndongo, e chegou à foz do rio Kwanza em 3 de maio de 1560. Dois membros ambundos do grupo que tinham ido a Portugal com os emissários originais foram imediatamente enviados ao interior para avisar o rei Ndongo da chegada da delegação”

(Heywood 2019:28)

Mas, assim que o embaixador português chegou ao reino em Kabasa, Ngola mudou de ideia (Inverno 2010:91)³⁵. Ao contrário da relativa diplomacia encontrada no reino do Congo, a relação com o Ndongo foi diametralmente oposta, uma vez que ali, os Europeus eram considerados uma ameaça (Miller 1995:82). Os representantes da linhagem Ngola (como o *Ngola a Kiluanje*), tendo instalado suas capitais muito próximas às minas de sal e aos depósitos de ferro, “resistiram tenazmente a todos os avanços portugueses em direção a estas áreas” (Miller 1995:76).

Antes da chegada dos portugueses, o Ngola era, sem dúvida, a pessoa mais poderosa em um reino mantido unido pelas linhagens e pagamentos de tributo por parte de entidades políticas menos poderosas, mas autônomas; também, os líderes locais estabeleciam uma confiança sobrenatural nos sacerdotes religiosos e conselheiros dos reinos; segundo Heywood (2019), muitos deles eram figuras públicas que dirigiam as principais cerimônias religiosas durante as secas ou a guerra, ao mesmo tempo que oficiavam os nascimentos, rituais de batismo, doenças e óbitos. Nesse sentido, as relações políticas

35 Inverno (2010) sugere que a atitude do Ngola tenha sido influenciada pelos comerciantes afro-portugueses que viviam em São Tomé sob seu comando, “who were not willing to give their tax-free supply of slaves” (:91).

que os portugueses desejavam com o Ndongo poderiam diminuir a poderosa posição política que o rei mantinha em relação aos líderes das outras províncias.

Devido a esse contexto, a presença portuguesa onde hoje se reconhece como Angola esteve, em grande medida, “confinada a uma posição avançada à beira-mar, que tinham estabelecido em Luanda em 1575” (Miller 1995:83). Essa situação permaneceu relativamente constante dentre os anos que se seguiram à colonização até meados do século XVII, dada à prosperidade com a colônia brasileira e o bem-sucedido empreendimento do tráfico negreiro: “com a intensificação do tráfico de escravos ao longo do século XVIII, Luanda era tudo o que importava”³⁶ (Inverno 2010:97).

Apesar das diferenças entre as circunstâncias históricas em que se forjaram as relações entre portugueses e africanos no Congo e em Angola, nas duas regiões, o contato entre pessoas oriundas de culturas diferentes e falantes de línguas diferentes foi bastante intenso. Essa proximidade permitiu a constituição de uma nova ecologia de traços culturais e linguísticos, estabelecida por indivíduos de ambas origens europeia e africana. Essa nova ecologia afetou tanto a África como também Portugal e, consequentemente, o Brasil (Negrão e Viotti 2014: 144).

Um outro exemplo da emergência sincrética advinda do contato se mostra aparente no surgimento de cultos religiosos híbridos. De acordo com Negrão e Viotti (2014), o contato com o cristianismo em Angola se iniciou anteriormente, entre as relações entre os mbundu e os congos, antes de Portugal se decidir pela conquista da região angolana. Posteriormente, as missões jesuítas portuguesas que vieram a Angola ajudaram a difundir a fé cristã, gerando práticas religiosas que combinavam os ritos católicos e africanos³⁷. Assim, a relação entre os europeus e os povos da África Centro Ocidental entre os séculos que se seguiram à colonização portuguesa convergiu não apenas em uma simbiose cultural de características africanas e europeias (Negrão e Viotti 2014:141), tendo como participação ativa a agência dos povos africanos, como também resultou em um hibridismo religioso e linguístico, os quais seguem em curso e podem ser atestados ainda hoje, tanto na África como nas Américas.

36 Do original: “with the intensification of the slave trade throughout the 18th century, Luanda was all that mattered”.

37 Citando Heywood e Thornton (2007), as autoras relatam ainda que “os jesuítas que trabalhavam na zona de Luanda contaram com a ajuda de um intérprete, um português bilingue nascido em São Tomé, que traduziu as orações cristãs para o kimbundu, constituindo ‘a base para o tipo de fusão linguística de tradições que aconteceram no início do Congo e que formariam o que seria necessário para o ensino jesuíta’” (2014:143). Também Inverno (2010) ressalta as atitudes por parte da coroa portuguesa de se padronizar o kimbundu à época: “kimbundu was also the official language of missionary work, as shown by the fact that ‘slaves exported from Luanda, whatever their origins, learned some kimbundu and were baptized in this language before their embarkation (Vansina 2001 apud Inverno 2010:97) – ver capítulo 02 subsequente para uma discussão mais detalhada sobre este item.

Vansina (2002) nos lembra que durante o século XVIII, os portugueses chamavam o kimbundu de “*lengoa geral*: a língua geral do país” (:xii). Contudo, apesar da proximidade entre as práticas linguísticas de origens principalmente bantu, essa atitude de nomeação unificada, que posteriormente moldou a percepção linguística europeia sobre os africanos, sob esse atributo absoluto, tem o potencial de reduzir a diversidade linguística da época dos povos que ali habitavam – e dos seus atuais descendentes – a um único nome, que não capta a heterogeneidade linguística da região³⁸. Este aspecto será abordado no capítulo seguinte.

1.4 Breves Conclusões

Este capítulo buscou traçar um percurso dos principais elementos social-históricos que provavelmente forneceram os ingredientes para a composição linguística dos povos que hoje são chamados e reconhecidos como angolanos. Muito antes da chegada dos Europeus, os habitantes que coabitavam a região já se articulavam em complexas dinâmicas sociais, econômicas, geopolíticas e linguísticas que se interagiam mutualmente, ultrapassando as fronteiras etnolinguísticas. As evidências nos revelam que elas tampouco se moveram em uma única direção. Os desdobramentos da expansão, do sedentarismo, das práticas agrícolas e pastoris, das trocas comerciais e do espírito de coletividade dos povos bantu convergiram em um corolário miscelânico de práticas altamente multifacetadas e heterogêneas, que ainda hoje se sustentam.

Do período posterior à sedentarização, a organização histórica da região pode assim ser vista como um certo número de conjuntos de interações que se enquadram primordialmente em genealogias de linhagens e outras instituições transversais, como os *kilombos*. Por um lado, essas organizações sociais evidenciam as relações estruturais entre linhagens existentes e agrupamentos alternativos que nelas não se encaixavam, ao mesmo tempo em que revelam aspectos dos processos de cisões que levaram a novos rearranjos tanto dos grupos de filiação, em genealogias políticas eminentemente diversas na sua composição, quanto de polos de força e resistência, principalmente durante o período colonial e transatlântico, similarmente altamente miscigenados. Elas fornecem um testemunho concreto da estruturação e evolução social dos povos da região.

38 Miller (1995) sugere que existiu um “dialetto pan-kimbundu da zona oriental, conhecido por Ambaquista, [que] teve a sua origem no crescimento de uma comunidade Luso-Mbundu de comerciantes, junto ao presídio português de Ambaca, no médio Lukala, durante os séculos dezassete e dezoito; (...) com influências de Português, espalhou-se como língua comercial através de grande parte da área oriental Mbundu durante o século XIX” (:39), e que seria usado ainda no século XX. Não podemos nos esquecer, no entanto, que uma rica ecologia linguística esteve sempre presente na região, apesar das tentativas de se nomear pontualmente essas novas variedades que emergiam.

As relações iniciais entre os portugueses e os africanos do reino do Congo foram particularmente interessantes, pois desencadearam uma grande transformação cultural tanto na África como na Europa, que, do ponto de vista do contacto linguístico, é emblemática (Negrão e Viotti 2014: 142). Na África, portugueses e africanos contribuíram para o desenvolvimento de uma nova cultura formada por elementos e valores tanto europeus quanto africanos, todos reinterpretados de acordo com os olhares dos povos que viveram aquele momento particular da expansão colonial portuguesa. A relevância de fatos como estes passa praticamente despercebida em obras tradicionais que veem a história das relações iniciais entre a Europa e a África unicamente da perspectiva do empreendimento comercial de escravizados. Do ponto de vista de estudos mais recentes, os eventos descritos acima indicam o surgimento de uma nova cultura que não pode ser entendida como uma simples combinação de elementos europeus e africanos. É, antes, uma cultura inovadora, que emerge a partir de reinterpretações de conceitos éticos, religiosos, culturais e linguísticos, adaptados então aos seus próprios interesses e necessidades (Negrão e Viotti 2014:142).

Devemos nos atentar para as fontes escritas as quais, apesar de abundantes, são em certa medida problemáticas, uma vez que trazem um ponto de vista ocidental dos séculos dezesseis e dezessete e que moldaram o pensamento atual. Muitos dos colonos, especialmente missionários, eram hostis às ideias e práticas africanas, o que os fazia representar muitas vezes, preconceituosamente, as tradições africanas. Contudo, estes primeiros registros sobreviveram com a vantagem de terem testemunhado essas práticas em primeira mão. Para entendermos como surgem e como se configuram as variedades de práticas linguísticas modernas é preciso olhar para o passado e nos apoiarmos em contribuições interdisciplinares. É impossível sequer pensar em homogeneidade quando consideramos qualquer tipo de interação linguística, uma vez que a natureza dos repertórios linguísticos eram e ainda são inerentemente heterogêneos. As suas fronteiras não coincidem necessariamente com os limites oficiais ou com as normas, ou com as línguas oficiais do Estado atual. Estas questões serão exploradas nos capítulos seguintes.

Capítulo 02 – O multilinguismo da África centro-ocidental e o contexto linguístico colonial de Angola

Introdução

Como visto no capítulo anterior, o panorama do contexto multilíngue e contemporâneo da África centro ocidental é reflexo de um longo e vasto percurso pelo qual os povos do continente passaram. Esses acontecimentos não só provocaram transformações sociais e econômicas como também dispuseram grupos linguísticos distintos em constante contato, interação e disputa, modificando a forma, função e *status* das práticas linguísticas dentro e fora de comunidades específicas.

Da expansão dos povos bantu derivam comunidades inteiras que se espalharam gradualmente pelo território. Durante milênios, povos geograficamente próximos, interagindo entre si, contribuíram para a constante alteração de padrões territoriais, econômicos, socioculturais e linguísticos na região. Contudo, não apenas os movimentos migratórios, as organizações e relações sociais, o comércio intra e intercontinentais, o contato, o agrupamento e a mistura de comunidades diversas lapidaram o cenário que atualmente se reconhece como África, como também os posteriores deslocamentos compulsórios gerados pela empresa colonial mercantil e escravista, a invenção e padronização da escrita, por vezes forçadas em culturas inerentemente orais, a exploração industrial dos recursos naturais e dos povos, o imperialismo cultural, as missões religiosas e as ondas migratórias do período pós-colonial também contribuíram para dar forma ao complexo desenho multifacetado do continente. Esse não é um padrão exclusivo da África e muito menos uniforme no continente; todavia, o entrelaçamento desses elementos produz um mosaico de hábitos similares dali reconhecíveis, que se somam às consequências da investida colonial europeia durante cinco séculos – ainda hoje operantes (Mbembe 2019).

No centro-oeste africano, reinos hierarquicamente poderosos e tradicionalmente estruturados, que coexistiam com as diversas organizações sociais transversais e comunidades etnolinguísticas distintas foram encontradas pelos colonizadores, como apontado no capítulo 01. Em contrapartida, os membros das comunidades africanas passaram a ser vistos como uma massa homogênea; em muitos casos, prevaleceu a necessidade dos impérios europeus em estabelecer uma imagem unificada que pudesse ser contrastada com o ambiente urbano colonialista (Lüpke 2020). Na mesma medida, conceituam-se assim as práticas linguísticas ali faladas. Rotulam-se padrões linguísticos emergentes da

campanha imperialista, e que por sua vez fazem parte de um inventário europeu de organização e de comunicação social idealizado dessas sociedades, partindo de um ponto de vista nacionalista (Ameka 2016; Makoni e Meinhof 2003; Makoni e Pennycook 2006; Lüpke 2020). A maior parte dos nomes dados aos grupos étnicos encapsulam uma perspectiva estrangeira de comunidades extremamente heterogêneas e multilíngues. Em virtude desse cenário, essas caracterizações devem ser entendidas como “tradições inventadas”, criações (Ranger 1983 apud Lüpke 2020; Makoni e Pennycook 2006) categóricas que, ao menos em um primeiro momento, falham em capturar as complexas realidades e identidades ali coexistentes.

Dessarte, um modelo etnolinguístico baseado tão somente na associação de um grupo a uma determinada língua não retrata adequadamente a socialização e uso das línguas em geral, em especial as do território africano. Essa maneira de imaginar identidades remonta ao período de penetração imperialista no interior da África e à posterior divisão em territórios coloniais, formalizada na Conferência de Berlim (1884–1885), na qual a maior parte das fronteiras contemporâneas foi então delimitada. Esse período coincide com o auge do nacionalismo político e linguístico do século XIX, em que as comunidades etnolinguísticas da Europa estavam sendo consolidadas e as línguas serviam como símbolo máximo das etnias propostas (Lüpke 2020) e da representação dos modernos Estados-nação. As fronteiras linguísticas, assim, não coincidem necessariamente com os limites oficiais ou com as normas, ou mesmo com os limites dos então Estados em formação.

A linguística, como ciência, surge nesse contexto, contaminada por esses ideais, e fomentada a se comprometer a tentar preservar vernáculos em declínio da Europa. Desse esforço, resulta a proposta de árvores linguísticas monoparentais inspiradas em uma visão “pura” de língua (Mufwene 2007). Neste sentido, o objetivo desse capítulo é elucidar que grande parte das investidas políticas coloniais obliteraram as práticas linguísticas africanas locais, uma vez que tentaram, e ainda o fazem, a todo custo, legitimar e colocar em um lugar de prestígio unicamente a língua indo-europeia da colônia. Para tanto, esse capítulo se divide em 5 seções, tomando como ponto de partida, em 2.1, o início das campanhas coloniais e a invenção da escrita para as línguas faladas na região de Angola; a seção 2.2 trata da padronização e da ausência de políticas linguísticas adequadas por parte das autoridades, que assumem que o multilinguismo seria antes um problema a ser evitado, e que relegam às margens as línguas africanas locais; a seção 2.3 se refere ao legado dessas políticas excludentes; e a seção 2.4 reforça a importância de haver um planejamento linguístico adequado. O capítulo termina em 2.5, com breves conclusões.

2.1 Das campanhas coloniais à invenção da escrita para as línguas faladas na região Angola

Selecionar um ponto de partida para falar sobre qualquer história é sempre um procedimento motivado, embasado por algum interesse, ora pessoal, ora institucional. Assim também não foi diferente com os primeiros processos de documentação das línguas faladas. Um exemplo desta prática foram as técnicas iniciais usadas no leste africano com o intuito de transcrever o swahili, por volta do século XV:

O swahili foi inicialmente escrito em árabe por volta do século XV. A escrita árabe foi posteriormente substituída pela escrita romana. “Quando a escrita romana foi introduzida, no início do domínio colonial europeu, enfrentou pouca resistência da escrita árabe, exceto na África arabófona, onde uma tradição de escrita mais antiga e mais difundida, apoiada pelo Estado, garantiu a continuação da alfabetização em árabe. Na maioria das outras línguas afro-islâmicas, incluindo fulfulde, hausa, kanuri, mandinka, nupe, songhai e kiswahili, a escrita árabe tem dado lugar à escrita romana” (Mazrui and Mazrui 1998: 73). Outro tipo de escrita que tem sido usado na escrita de línguas africanas é o alfabeto silábico para vai, uma língua falada na Libéria (África Ocidental).³⁹

(Makoni e Meinhof 2003:4)

As comunidades de língua bantu que tinham contato próximo com muçulmanos e com as tradições intelectuais islâmicas muitas vezes adotaram a prática da alfabetização, ainda que o registro escrito não tivesse primazia sobre a oralidade como meio para transmitir as tradições culturais e sociais (Fourshey, Gonzales, Saidi 2019:77). Todavia, a introdução de sistemas de escrita para as diferentes práticas e tradições linguísticas africanas nem sempre se deu por meio de um processo pacífico.

Longe de ser uma maneira de transcrever literalmente a oralidade dessas práticas, em alguns locais foi, sobretudo, um processo ligado à invenção de formas simplificadas e/ou padronizadas de versões discursivas sob uma perspectiva determinada, por um lado excluindo vocabulário, expressões idiomáticas, repetições (Ameka 2016), e, por outro, alterando o *status* social dessas línguas. Isso teve

39 Do original: “Swahili was initially written in an Arabic script around the 15th Century. The Arabic script was subsequently replaced by Roman script. ‘When the Roman script was introduced at the inception of European colonial rule, it faced little resistance from the Arabic script, except in Arabophone Africa, where a longer and more widespread tradition of writing, buttressed by the state, ensured the continuation of literacy in the Arabic script. In most other Afro-Islamic languages, including Fulfulde, Hausa, Kanuri, Mandinka, Nupe, Songhai and Kiswahili, the Arabic script has been giving way to the Roman script’ (Mazrui and Mazrui 1998: 73). Another type of script which has been used in the writing of African languages is the syllabic alphabet for Vai, a language spoken in Liberia (West Africa)”, cf. Makoni e Meinhof (2003:4).

um grande impacto quanto à formação da imagem sociolinguística que se desenvolveu sobre território africano (Makoni e Meinhof 2003).

Do colonialismo europeu a partir do século XV no centro-oeste africano, observam-se dois desdobramentos evidentes: a imposição das línguas coloniais nas comunidades nativas e a redefinição do papel das práticas linguísticas africanas locais. Culturas inerentemente orais, pluricêntricas e multilíngues viram, em uma codificação idealizada, e romanizada, a redução de suas práticas linguísticas (Makoni e Meinhof 2003; Makoni e Pennycook 2006; Ameka 2016; Lüpke 2020): a padronização (e concomitante criação) por meio da escrita (Lüpke 2020) teve como uma das principais precursoras atividades missionárias e coloniais (Makoni e Meinhof 2003; Heywood 2019) europeias, as quais introduziram gramáticas e descrições linguísticas atravessadas pela escrita latina, pelo alfabeto românico e por conceituações gramaticais eurocentradas. Inicialmente, com o intuito de criar populações letradas que fossem capazes de ler as escrituras religiosas nas próprias línguas europeias (Lüpke 2020), as autoridades adotaram diversas atitudes linguísticas (Makoni e Meinhof 2003), que foram preponderantes para a instalação de uma necessidade de letramento em lugares onde a oralidade se bastava.

No caso da colonização portuguesa na região onde se formou o Estado hoje reconhecido como Angola, esse objetivo sustentou não apenas as ações descritivas, de treinamento, tradução e interpretação das práticas locais por missionários, intérpretes, linguistas e outros colonos interessados, como também fomentou a criação de instituições e escolas no seio dos reinos, como o que aconteceu inicialmente com o reino do Congo⁴⁰, ainda no século XVI (Heywood 2002; Negrão e Viotti 2014). Como apontado no capítulo anterior, nestes primeiros contatos, houve uma curiosidade e interesse por parte do reino do Congo pela cultura portuguesa e, assim, as autoridades congoleas se mostraram abertas para essa nova inserção cultural, enviando suas crianças a Portugal para aprenderem a ler, escrever e para se tornarem cristãs (Negrão e Viotti 2014:142). Ao que consta, ao retornarem ao reino, essas crianças, agora letradas, foram encarregadas de divulgar o que aprenderam na Europa aos habitantes do reino (Negrão e Viotti 2014; Heywood 2019). Uma escola foi fundada, e os sobas então batizados, o que propiciou o surgimento de um novo sistema de cooperação mútua entre africanos e europeus e uma nova cultura miscigenada.

40 Até mesmo o termo ‘Congo’ à época, não era uma convenção usual entre os locais. Seu uso, hoje amplamente empregado na literatura, cresceu das referências portuguesas dadas para a autoridade política da região, com a qual os europeus mantinham relações diplomáticas, e que se estendeu para fazer menção à população dali (Miller 2002:40); como consequência, o termo também serviu para dar um nome convencionalizado às práticas linguísticas usadas pelos povos da região (kikongo).

Sabe-se que os portugueses e suas missões jesuítas, apesar de já terem conhecimentos sobre outros reinos, ainda não haviam chegado mais ao sul, no reino do Ndongo, como visto no capítulo anterior. Esta primeira aproximação foi embasada, sobretudo, em desconfianças. Inicialmente, apesar de suspeitar de seus motivos, o rei do reino Ndongo à época (*Ndami a Ngola*) “deu permissão ao grupo para começar o trabalho missionário em Kabasa e selecionou entre quinze e vinte de seus filhos e de seus principais conselheiros para serem os primeiros discípulos estrangeiros” (Heywood 2019:29). Os jesuítas abriram uma escola ali também; contudo essa boa recepção não durou. Com a morte de Ndami a Ngola, seu filho, Ngola Kiluanje tomou o poder em Ndongo e se voltou contra os portugueses, desconfiado e “convencido de que os verdadeiros objetivos do grupo eram espionar a sua terra” (Heywood 2019:30), expulsando boa parte da comitiva e aprisionando alguns, como o próprio capitão Dias de Novais, personagem crucial com relação à posterior colonização militar de Ndongo. Assim, ao contrário do ambiente receptivo que os portugueses encontraram no reino do Congo, ao chegarem em Ndongo, com seus planos religiosos e políticos, os colonizadores instauraram um dilema para os governantes locais. Sob o pretexto de uma “missão civilizadora”, as campanhas militares portuguesas, junto às investidas religiosas dos missionários jesuítas, tinham o potencial de minar o poder espiritual e legal do rei e de seus conselheiros (Heywood 2019:29).

Em 1574, o rei do Congo concedeu aos portugueses permissão para construir uma pequena colônia na ilha de Luanda, região submissa ao Congo. A primeira coisa que fizeram foi construir uma igreja provisória na ilha: “como suspeitava Ngola Kiluanje, a verdadeira intenção dos portugueses era conquistar Ndongo e integrá-lo ao império português. Os missionários jesuítas sustentavam a conquista, dando bênçãos às suas ações militares e civis” (Heywood 2019:31). Conforme os registros, a frota chegou ao porto de Luanda em fevereiro de 1575, ano que se tornaria o marco do início da colonização portuguesa em Angola. Decididos a completar não só a conquista militar de Ndongo, mas também sua conversão religiosa ao cristianismo católico, os comandantes portugueses faziam com que todos os rituais religiosos fossem realizados em público, como forma de atrair a população local (Heywood 2019): “seus primeiros alvos seriam a elite de Ndongo, seguida pelos feiticeiros, sacerdotes (gangas) e crianças” (:37), os principais pilares do reino.

Segundo Heywood, o processo de conversão era semelhante ao de um cortejo amoroso, com muitos presentes, atenção, privilégios e, em alguns casos, o direito de empunhar o ‘arco real, uma marca de realza que conferia legitimidade como descendente da linhagem real portuguesa (2019:37). Os jesuítas, assim, concentraram boa parte de seus esforços em enfraquecer a fé do povo nos sacerdotes

locais, trantando-os como “feiticeiros que falavam com o diabo” (Heywood 2019:39). Nas regiões conquistadas pelos portugueses, eles foram forçados à conversão (Heywood 2019:39).

Assim, principalmente com o intuito de mapear o território e controlar os locais para a conversão, os portugueses valeram-se dos serviços dos missionários e de seus conhecimentos sobre as descrições linguísticas para se apropriarem das práticas linguísticas da região. De acordo com Makoni e Severo (2015), seguindo um modelo instaurado pelo padroado, que se empenhava em reproduzir a organização das instituições políticas portuguesas, as missões religiosas visavam à adaptação de línguas orais às línguas escritas para transpor aos africanos a religião católica em suas práticas linguísticas. Desse modo, a missionarização católica dedicou-se ao processo de invenção de línguas pontuais para fins de conversão e dominação ideológica dos povos locais (Makoni e Pennycook 2006), passando pela sobreposição de práticas linguísticas particulares e etnias diversas, criando fronteiras etnolinguísticas onde antes os limites não existiam (Makoni e Severo 2015).

Os séculos XVI e XVII em Angola foram marcados pelas intensas campanhas militares portuguesas e pela exorbitante exploração de insumos e pessoas, principalmente com a intenção de fomentar a empresa escravista, que fornecia escravizados para a produção colonial na América: “já por volta de 1575 e depois novamente a partir do século XVII, a exportação oficial de Luanda rondava alegadamente os 10.000 escravos por ano” (Heintze 2007 apud Makoni e Severo 2015:42). A Igreja Católica, como instituição religiosa, missionária e de ensino, foi um dos empreendimentos coloniais que mais produziu restrição à liberdade cultural e linguística dos locais, uma vez que, além de ser responsável pela indexação de fronteiras entre línguas nativas, centrando-as em comunidades étnicas específicas, também se opôs à proliferação de santuários, devoções e peregrinações rurais locais, especificando a veneração em alguns poucos santuários específicos (Oliveira 2018). Citando Hobsbawm (2015), Oliveira (2018) acrescenta: “Esta centralização dos rituais e devoções, instituída antes que se estabelecesse um cristianismo popular africano que a reclamasse, acarretou uma restrição, não um estímulo, à imaginação dos lavradores africanos” (:241).

Se, por um lado, essas línguas agora criadas, inventadas – tanto pelos europeus tanto pelos próprios africanos –, então materializadas na escrita, contribuíram para o engessamento da fluidez da tradição das línguas orais, por outro, criaram objetos registrados que fomentaram uma quantidade imensa de conflitos coloniais (Ameka 2016) e serviram de base para estudos posteriores. Assim, o Estado colonial em formação e o mapeamento das práticas etnolinguísticas dos povos locais foram

fortemente influenciados por uma visão eurocentrada recheada por um fundamentalismo católico (Meijer e Birmingham 2004), os quais pautaram boa parte das pesquisas posteriores sobre a região.

Essa tensão entre o imposto e o orgânico, de cima para baixo e de baixo para cima, atuou de forma decisiva no processo de mapeamento etnolinguístico. Dialeto heterogêneos que antes viviam em um contínuo agora passam a ser indexados por marcadores identitários (Makoni e Severo 2015; Lüpke 2020) específicos e uniformes, um processo de homogeneização ampliado pelas formas reduzidas de escrita (Makoni e Meinhof 2003). Quando harmonizada com normas, a escrita é capaz de criar fronteiras entre as línguas por meio de escolhas ortográficas: essa prática é uma das principais formas de demarcação de uma língua, em contraste à realidade osmótica da oralidade (Mufwenw 2001; Lüpke 2020). Em Angola, o aparelho colonial, com suas categorias etnolinguísticas e a incorporação do letramento, teria sido mais ostensivo e violento a partir do século XIX, com a independência e a proibição da escravidão no Brasil e o estabelecimento do comércio inglês com a bacia do Congo (Makoni e Severo 2015:42). Concomitantemente, é neste momento que acontece o processo de partilha da África pelas potências europeias, formalizado na conferência de Berlim (ver Mapa 1 abaixo).

Há uma concepção falaciosa de que a padronização seria pré-requisito para o letramento (Ameka 2016). Uma das razões para essa visão é a de que por meio do padrão algumas formas e propriedades do uso linguístico podem ou não ser prescritas pela escrita no sistema linguístico, mas esta é somente mais uma maneira normativa de barrar as expressões coloquiais da fala. A padronização congela as formas e não acomoda as mudanças linguísticas em tempo real (Ameka 2016:73).

Os falantes geralmente fazem distinções das versões que usam no dia a dia entre as suas redes comunicativas e entre versões-padrão das práticas linguísticas, normalmente associadas à educação formal (Makoni e Meinhof 2003). No caso de Angola, estas versões padrão são parte do legado colonial, ainda nos contextos pós-coloniais.

Exemplos da não-homogeneidade discursiva dentro de uma mesma comunidade podem ser encontrados em diversos lugares na África, como observado, por exemplo, com os usos de ewe, por Ameka (2016) abaixo:

(...) A variação entre os dialetos de ewe é enorme, de modo que grupos de vilas com apenas dois ou três quilômetros de distância usam variedades distintas (ver, por exemplo, Ameka, 2001). Esses dialetos locais podem ser agrupados geograficamente em dialetos do sul com grupos de variedades como Anlo e Tongu; dialetos centrais, incluindo os falados em lugares como Ho, Kpedze e Dodome; e dialetos do norte, cobrindo variedades faladas em Peki, Hohoe, Gblede, Ve, Anfoe e Kpando, em Gana e Kpalime e Tomegbe no Togo (Afeli, 1978; Ansre, 2000). Os dialetos do norte e do centro são coletivamente chamados de ewedomegbe, ou seja, dialetos ewe do

interior (ocidental) (Westermann, 1930:191). Além disso, há um dialeto ewe padrão projetado por missionários do século XIX, um híbrido baseado no dialeto anlo junto com características incorporadas dos dialetos do interior (Ansre, 1971). Assim, o ewe padrão “não corresponde, em última instância, a nenhum dialeto particular. Os falantes tendem a usá-lo em ocasiões públicas e outras formais, e reverterem para um dialeto coloquial no cotidiano” (Clements, 1972: 21) (...).⁴¹

(Ameka 2016:76)

A tensão não somente entre os diferentes ambientes sociais mas também dentro de casa fica evidente, uma vez que além dessas divergências há também regulações como quando uma variedade em particular é proibida de ser usada em casa. Particularmente em comunidades minoritárias, os educadores podem insistir no uso de línguas locais, proibindo o uso das outras (Ameka 2016). A motivação para tal prescrição é a manutenção e transmissão linguística de uma determinada forma. Por outro lado, professores e examinadores geralmente adotam atitudes puristas em relação ao uso das formas padronizadas na escola, muitas vezes, sem reconhecer as formas dialetais coloquiais (Ameka 2016). Esta questão será abordada na seção seguinte.

Nesse sentido, o registro inadequado das múltiplas e heterogêneas formas das práticas linguísticas usado pelas comunidades, iniciado pela missionarização e disseminado amplamente de maneira legítima pelas autoridades coloniais, está intimamente ligado ao poder político do qual derivam importantes consequências sociais (Lüpke 2020), como estigma e preconceito sobre essas comunidades, seus membros, hábitos e idioletos. O debate acerca do número de línguas faladas, na África, reflete, assim, a natureza problemática do próprio conceito de “língua”, principalmente quando usado no contexto sociolinguístico e multilíngue africano. Evidências de uso do português falado em Angola serão abordados no capítulo 04.

Um outro ponto a ser considerado como consequência da vivência em comunidades inseridas em ambientes pluriétnicos e multilíngues é a ausência de delimitações evidentes dos membros da comunidade entre língua e práticas culturais e religiosas. É possível que alguém se considere falante de determinada língua nomeada mesmo sem dominá-la, principalmente em contextos nos quais dominam

41 Tradução do original: “(...) Dialect variation among the Ewe lects is enormous, so that groups of villages only two or three kilometres apart use distinct varieties (see e.g. Ameka, 2001). These local dialects may be grouped geographically into southern dialects with clusters of varieties such as Anlo and Tongu; central dialects, comprising lects spoken in places like Ho, Kpedze and Dodome; and northern dialects, covering varieties spoken in Peki, Hohoe, Gblede, Ve, Anfoe and Kpando, in Ghana and Kpalime and Tomegbe in Togo (Afeli, 1978; Ansre, 2000). The northern and central dialects collectively are indigenously called Ewedomegbe, i.e. (western) interior Ewe dialects (Westermann, 1930: 191). In addition, there is a standard Ewe dialect designed by 19th century missionaries, a hybrid based on the Anlo dialect together with features incorporated from the inland dialects (Ansre, 1971). Thus, standard Ewe ‘does not correspond in all aspects with any single dialect. Speakers tend to use it for public and other formal occasions, and revert to a colloquial dialect for day-to-day purposes’ (Clements, 1972:21) (...)” (Ameka 2016:76).

as práticas culturais relacionadas. Isso pode estar atrelado, em alguns casos, a casamentos interétnicos ou a usos religiosos, por exemplo, que se distinguem com relação às práticas linguísticas usadas e a predominante da comunidade. Sob esse ponto de vista, não apenas o processo de nomeação linguístico, mas a distinção entre língua materna, nativa/não-nativa passam a ser obscurecidas; estes aspectos nos revelam que essas são categorias frágeis, que não conseguem captar a organicidade de uso das práticas linguísticas locais.

Na literatura especializada da área, usualmente há dois tipos de mapas que são usados para falar sobre as línguas locais africanas (Makoni e Meinhof 2003). O primeiro tem suas origens no final do século XIX, oriundo da famosa Conferência de Berlim (1884–1885), evento que ficou conhecido como Partilha da África, em que decisões das potências europeias definiram artificialmente as fronteiras territoriais africanas modernas, fragmentando o continente de acordo com interesses econômicos mercantis.

Mapa 05: Mapa do continente africano após a Conferência de Berlim, em 1885

Fonte: The Map Archive.

A figura acima nos mostra como os cruzamentos foram delineados a partir do ponto de vista unilateral dos países colonizadores, sobrepondo realidades multiétnicas africanas, para fins de dominação territorial, cultural e linguística (Makoni e Severo 2015; Ameka 2016; Oliveira 2018; Lüpke 2020).

O outro tipo de cartografia mais utilizada é o de mapeamento linguístico com base na nomeação e enumeração das línguas. Listas organizadas em ordem se comprometem em dispor as línguas em termos de números de “falantes nativos” ou de “falantes fluentes”. Por exemplo, o

Ethnologue, criado pelo Summer Institute of Linguistics (SIL)⁴², estima que entre 2.100 a 3.000 línguas registradas são faladas em todo o continente africano (Eberhard et al. 2020). Na Gâmbia, de menor demarcação territorial da África subsaariana e uma população de aproximadamente 1.2 milhões de pessoas, estabelecem-se 11 línguas distintas, segundo a mesma fonte. O país mais linguisticamente diverso do continente seria a Nigéria, com 525 línguas oficialmente reconhecidas. Como bem apontam Makoni e Meinhof, citando Fardon e Furiss (1994): “(...) cada revisão desse mapa tende a aumentar o número de línguas nomeadas localizados no espaço virtual do diagrama. Notoriamente, este tipo de mapa não se encaixa com os mapas coloniais tampouco com os mapas nacionais”⁴³(Makoni e Meinhof 2003:3).

Desse modo, assim como afirmam Makoni e Pennycook (2006), a noção de “línguas nativas” africanas é então criada e reforçada por um discurso colonial e estrangeiro, que exclui as múltiplas ecologias coexistentes e as diversas práticas multilíngues. Nas categorizações mais tradicionais, o multilinguismo praticado nas comunidades é visto somente como uma forma plural de vários monolinguismos entre sistemas linguísticos bem delimitados e devidamente coordenados, e não como um relacionamento vivo entre eles.

2.2 Da padronização à ausência de políticas linguísticas adequadas

A padronização possui um caráter ambivalente. Se, por um lado, a standardização pela escrita é vista como a fonte de autoridade que regula e normatiza o funcionamento dos padrões linguísticos, e a própria noção de se estabelecer uma determinada variedade como oficial, usada nos domínios do governo, negócios ou educação formal, portanto, imbuída de prestígio, já é uma maneira de prescrever o uso da língua (Ameka 2016:82), por outro, para além do comprometimento de uniformizar certos usos, a padronização também pode ser capaz de legitimar, dar proeminência às práticas linguísticas e às identidades a elas atreladas. Um ideário a partir do qual os falantes podem reinventar e se apropriar (Makoni e Severo 2015:99).

Em virtude de manifestar o desejo de preservar o que é considerada a forma “pura” ou “verdadeira” da língua, a prescrição, advinda da padronização, institui “um tipo de código [geneticamente] ancestral que não deve ser adulterado por elementos externos como empréstimos

42 O SIL, fundado em 1934, é uma iniciativa particular motivada por interesses de norte-americanos evangélicos.

43 Do original: “(...) each revision of this map tends to add to the number of named languages located in the virtual space of the diagram. Notoriously, this map fits ill with either the colonial or national maps” (Makoni e Meinhof 2003:3).

lexicais ou empréstimos traduzidos” (Ameka 2016:74). Essa ideia está atrelada sobretudo ao ideal de manutenção de sistemas linguísticos vistos como homogêneos, “íntactos” e independentes, uma falácia ainda hoje disseminada. Dessa forma, dados oficiais, como Censos, pecam em não considerar o multilinguismo como regra, prática amplamente habitual e intimamente arraigada na vida social africana (Lüpke 2020), não apenas no nível social, mas também individual. Assim, influências interidioletais são por vezes negligenciadas, um estigma que resulta no apagamento da complexidade da língua em uso e do funcionamento inerente da transmissão linguística.

As políticas linguísticas nos países da África Sub-saariana são descritas como fragmentadas, inconsistentes e por vezes não-documentadas (Anchimbe 2013:3). Se, por um lado, a discursivização étnica remonta às categorias coloniais usadas para rotular os grupos, diversificando os iguais e homogeneizando os diferentes (Makoni e Severo 2015:44), por outro, a escolha e a promoção de uma língua local em detrimento de outras tantas são questões muito sensíveis, as quais as autoridades evitam devidamente abordar. Apenas o fato de uma só língua nomeada ser selecionada em meio a tantas é um mecanismo que impõe uma hierarquia capaz de afetar a vida dos cidadãos e a harmonia da comunidade como um todo. Como resultado, as ações de políticas linguísticas mais evidentes são atribuídas somente às línguas consideradas oficiais (Anchimbe 2013), que “coincidem” muitas vezes com as do (ex-)colonizador.

Exemplos de atitudes advindas das próprias autoridades governamentais africanas que obliteram as múltiplas identidades das comunidades não faltam. Por exemplo, na Nigéria, como aponta Adegbiya (2007 apud Anchimbe 2013), a questão linguística é tão comumente explosiva e conflituosa que dificilmente detalhes linguísticos são registrados em documentos oficiais. Citando Bamgbose (2001), Anchimbe (2013:53) ressalta que isso é observado na maioria dos países da África: raramente são documentadas as políticas linguísticas, ou ainda pior, dificilmente criam-se políticas que olhem para este lugar pluricêntrico. Os efeitos dessa falta de agência, por sua vez, são devastadores e podem ser constatados em diversos domínios, tanto na oficialização linguística em contextos governamentais, de administração pública, quanto na imposição de determinada variante como meio de instrução formal nas escolas. Em um estudo da situação linguística em Camarões, por exemplo, Kouega (2007 citado em Anchimbe 2013:53) constata que as políticas linguísticas do país não estão publicadas em nenhuma fonte específica; é preciso inferir essa informação em documentos dispersos como na Constituição, nos jornais oficiais e em número diverso de decretos governamentais. Em Gana, em 2014, o Ethnologue (Lewis et al. 2014 apud Ameka 2016) contabilizou 81 línguas no território, mas constava somente 68

delas no mapa linguístico oficial. A língua de maior prestígio é o *Ghanaian English*, a única língua nomeada considerada nacional oficial. Apesar disso, há um esforço de reconhecer o país minitante como exposto a uma situação linguística trilingue, pelo menos em domínios considerados funcionais (Dakubu 1997 citado em Ameka 2016:74); ainda assim, há diversas outras práticas linguísticas, por exemplo a nomeada Hausa, reconhecida como “língua franca” nas comunidades e também em programas radiofônicos e na televisão aberta, mas que não são nem mesmo citadas em programas oficiais de letramento (Ameka 2016:75). Isso impacta diretamente não somente em como os membros da comunidade respondem ao *status* línguas nacionais, como também na maneira como estabelecem as relações linguísticas uns com os outros. A situação em Angola não é diferente.

2.2.1 O registro da situação multilíngue no território angolano

No território que hoje se reconhece como Angola, a nomeação dos povos e suas práticas linguísticas também é um assunto delicado e polêmico, e que, como já colocado, remonta ao período colonial. Clement Doke, em 1938, em um artigo sobre os primeiros registros das línguas bantu na região, encontra uma citação⁴⁴ digna de nota, de 1591, sobre “a língua dos povos de Angola”:

A língua do povo angolano é uma só com a do povo do Congo, porque, como já vos dissemos, ambos são um só Reino. A única diferença entre eles é, como é comum acontecer entre duas nações que fazem fronteira uma com a outra, como entre portugueses e castelhanos, ou melhor, entre venezianos e calabreses, que pronunciam as suas palavras de maneira diferente, e se as pronunciam de várias maneiras, embora seja tudo uma língua, eles dificilmente se entendem.⁴⁵

(Doke 1938:142)

Esse excerto nos demonstra a maneira essencialista de associar um dos reinos mais proeminentes da região a apenas uma língua, prática que fundamentou as primeiras tentativas de categorizar as línguas locais, partindo de um ponto de vista não africano.

44 Doke a registra de uma reimpressão de 1745, sobre anotações do italiano Philippe Pigafetta, “um matemático proeminente” (1938:142), em que cita uma lista de palavras faladas no reino do Congo, compiladas inicialmente pelo português Odoardo Lopez, em 1588. De acordo com Doke, Lopez “viajou para Luanda em 1578 no navio St. Anthony, que pertencia a seu tio, com mercadoria”, tradução do original: “sailed to Loanda in 1578 in the ship St. Anthony, belonging to an uncle, with merchandise” (nota 30:142).

45 Tradução do original: “the language of the people of Angola is all one with that of the people of Congo, because, as we told you before, they are both but one Kingdom. The only difference between them is, as commonly it is between two nations that border one upon another, as for example between the Portuguese and the Castilians, or rather between the Venetians and the Calabrians, who pronouncing their words in a different manner, and uttering them in several sorts, although it be all one speech, yet do they very hardly understand one another” (Doke 1938:142).

Segundo Birmigham (2015), até mesmo o nome do país ‘Angola’, e de seus vizinhos, não foi sempre um consenso; “geograficamente, o vizinho ao sul do país, Namíbia, foi conhecido por cerca de cem anos como Sudoeste da África. Na fronteira oriental, Zâmbia já foi chamada de Rodésia do Norte e Katanga foi brevemente conhecida como Shaba. O território ao norte de Angola passou por ainda mais mudanças de nome – Estado Livre, Congo Belga, Congo-Kinshasa, Zaire, mais recentemente RDC” (Birmigham 2015:ix). O historiador atribui esta “confusão” (:ix) aos diferentes nomes dos grupos que ali vivem. Com efeito, ao trazerem essa perspectiva essencialista à indexação dos povos, historiadores, linguistas e outros especialistas malogram em resumir em uma única nomenclatura hábitos culturais, étnicos e linguísticos, que, embora por vezes possam se assemelhar, são distintos. Nesta mesma edição, o próprio autor assume tal equívoco, fazendo a devida ressalva: “eu, indevidamente, chamei as pessoas do centro que falam kimbundu de ‘kimbundu’ em vez de usar o mais correto ‘mbundu’”, dada a diversidade linguística dentro desta categoria étnica; e segue: “como qualquer outro historiador de Angola, tive grande dificuldade em encontrar um termo para designar os africanos com maior ou menor grau de cultura portuguesa”⁴⁶ (Birmigham 2015:ix).

Com efeito, na região fazem parte línguas nomeadas pertencentes tanto ao grupo bantu, como umbundu, kimbundu, cômwe, kikongo, ngangela, kwanyama, nyaneka, muhumbi, fiote, luvale, quanto de origens não bantu, como as da família khoisan e vatwa, que coabitam com a língua portuguesa, a única considerada oficial do país. Dados do Ethnologue de 2020, por exemplo, listam por volta de 47 línguas nomeadas no território; outras mencionam a existência de dez grupos étnicos de origem bantu e de mais de 90 subgrupos distribuídos geograficamente (Makoni e Severo 2015:45). Contudo, talvez o parâmetro mais confiável seja dados do Glottlog, um trabalho colaborativo entre diversos linguistas do mundo todo, organizados em um *site*⁴⁷, em que 218 línguas nomeadas são listadas para as línguas bantu do centro-oeste africano, das quais 54 estão localizadas no território angolano. Logo se percebe que não há um consenso com relação à quantidade e à categorização da rica ecologia linguística que existe no país. Deve-se considerar que estes números são apenas uma estimativa e não traduzem efetivamente as práticas linguísticas dos povos da região.

Em virtude destas frágeis e pouco consistentes classificações, autores como Makoni e Severo (2015) sugerem que estas marcações sejam encaradas como tentativas falhas de nomear identidades etnolinguísticas heterogêneas, as quais, no contexto da empreitada colonial, operaram, e ainda operam,

46 Do original: “I have, improperly, called the Kimbundu-speaking people of the centre ‘Kimbundu’ rather than using the more correct ‘Mbundu’. Like every other historian of Angola I had great difficulty finding a term to use for Africans with a greater or lesser degree of Portuguese culture”.

47 Ver: <https://glottolog.org/resource/language/id/cent2260> (acesso em outubro de 2021).

“fragmentando, racializando as línguas e ‘linguistificando’ as etnias, legitimando um discurso com efeitos sobre políticas públicas, como as políticas linguísticas educacionais” (2015:45). A diversidade étnica e linguística passa, então, a ser encarada como um “problema”, um obstáculo para as autoridades quanto à construção de um ideário angolano nacional, centrados nos modelos nacionalistas de Estado-nação.

Em Angola, o levantamento linguístico do Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2014, é tão precário que destina apenas uma breve seção com dados estatísticos gerais para exemplificar a realidade multilíngue. O próprio Censo é escrito somente em português. Em um dos gráficos, sobre as variantes mais faladas dentro do meio familiar, apenas onze “línguas” são delimitadas, enquanto as outras são colocadas em um mesmo marcador, e ainda, no singular, “*outra língua*”, como pode ser visto abaixo.

Figura 01: Línguas mais faladas em casa

Fonte: INE (2014).

O gráfico acima nos mostra a tentativa de categorizar as variantes em uma pirâmide hierárquica composta por línguas “étnicas” na base, faladas por uma suposta comunidade homogênea etnolinguística, e pela única considerada oficial, “coincidentalmente” a do (ex)colonizador, no topo. É preciso também considerar que estes dados não questionam a natureza do que se considera língua, e de que, apesar de o povoamento do país prevalecer nas zonas rurais, a pesquisa do Censo de 2014 (INE) priorizou dados oriundos dos cidadãos de áreas urbanas.

Um outro gráfico do documento, ilustrado abaixo, evidencia a delimitação de um panorama ideal da distribuição das línguas por província. Os dados dessa cartografia têm como parâmetro a

demarcação territorial, mas ignoram as várias outras práticas linguísticas, que vão muito além de apenas estas oito línguas nomeadas, apagando a complexidade linguística em uso da região.

Figura 02: Principais línguas faladas por província

Fonte: INE (2014).

Este mapa ilustra a tentativa de relacionar uma língua nomeada por macrorregião. Contudo, ele é mais um exemplo da negligência de políticas oficiais que falham em apontar a fluidez das fronteiras linguísticas, as quais, na realidade, são escorregadias e nada tão bem delimitadas (Makoni e Severo 2015; Lüpke, 2020). Como já colocado, o multilinguismo em Angola, assim como em muitas das sociedades africanas, não consiste em um conjunto de monolinguismos entrecostados, ou de línguas nomeadas, pontuais, rigidamente separadas, mas sim, em uma combinação fluida e adaptativa dos idioletos coexistentes em constante interação, de usos múltiplos e confluentes. A situação multilíngue é intimamente marcada tanto na vida social quanto a nível individual de cada falante (ver capítulo 04 adiante).

Da contagem oficial (INE), a população residente em Angola, em 2014, era de 25.789.024 habitantes, dos quais 16.153.987 seriam residentes de áreas urbanas e 9.635.037 de áreas rurais. É importante pontuar que, segundo o documento, no total, cerca de 105.000 pessoas atuaram no processo

de recolha dos dados, e que “muitas vezes se recorreu aos guias locais para apoio na localização e identificação dos limites e áreas geográficas, como as aldeias” (INE 2014:20).

Talvez o dado linguístico exposto mais curioso seja a distinção do número de pessoas que se consideram falantes “de mais de uma língua”, dentre as onze elencadas (cf. Figura 1), por faixa etária e entre as áreas urbana e rural, como pode ser visto nos gráficos abaixo. A pesquisa levantou um total de 9.020.404 de falantes de “mais de uma língua” em todo o território, sendo 5.539.833 nas áreas urbanas e 3.480.571 nas áreas rurais.

Figura 03: Números absolutos de falantes de mais uma língua por faixa etária nas áreas urbanas

Figura 04: Números absolutos de falantes de mais uma língua por faixa etária em áreas rurais⁴⁸

Interessante notar destes dados que a população mais jovem é a que mais responde positivamente a práticas multilíngues. No meio rural, as crianças entre 5 e 9 anos correspondem à maior porcentagem do total de dados recolhidos (13%). Isso significa que, ainda que não haja a delimitação do que se considere “língua”, ou nem mesmo o mapeamento, por parte das autoridades oficiais, da maneira como este multilinguismo operaria, estes dados nos evidenciam que esses falantes estão inseridos em uma ecologia altamente plural e linguisticamente complexa; ademais, é possível inferir que, principalmente a geração mais nova, reconhece o uso de práticas heterogêneas e que para ela ainda não há o estigma de usos diversos, dentre os mais distintos padrões linguísticos. Assim, estes falantes legitimam o uso de práticas multilíngues sem que isso seja considerado um problema. Nas áreas urbanas, os números também nos revelam a existência de uma ecologia proeminente intensamente diversificada, principalmente entre os jovens. A depender de políticas e de tentativas de elevar, e não de minar tais práticas, esse contexto poderia se refletir também no resultado das gerações mais velhas.

Mais uma vez, é preciso ponderar certas questões metodológicas e o consequente resultado da coleta dos dados, uma vez que não sabemos qual foi exatamente a metodologia usada, quais as regiões

⁴⁸ Os valores foram retirados do Censo feito pelo INE (2014), mas a compilação e a organização dos dados nos gráficos, reunindo estas informações, são de minha autoria.

rurais especificamente foram selecionadas, o que foi considerado como língua durante o levantamento da pesquisa e quais são elas, se foram levados em consideração os contextos atribuídos ao uso dessas práticas, ou ainda, se esses falantes tiveram ou não acesso ao ensino formal – para um resultado mais transparente.

2.3 As políticas linguísticas coloniais em Angola

A presença dos colonizadores portugueses na África, sobretudo em Angola, trouxe como consequências não só o rearranjo geográfico e sociopolítico, como também desencadeou novas questões identitárias e linguísticas. Se, por um lado, o imperialismo português e as missões jesuíticas, somadas às políticas linguísticas adotadas colocam em xeque as delimitações espaciais antes ali estabelecidas enquanto ofuscam, de certa maneira, o protagonismo do jogo de poder praticado entre os reinos africanos e seus membros, por outro, a interação entre os povos e as diferentes línguas em contato fornecem os ingredientes para o surgimento de novas práticas linguísticas.

Como já colocado, enquanto colônia, o multilinguismo africano era visto como um empecilho, sob a ótica da formação dos Estados nacionais europeus – que se baseava num ideal totalizante e único (um território, um reino, uma língua, uma nação) enquanto refutava a realidade multiétnica e multilíngue das sociedades do continente (Makoni e Pennycook 2006; Makoni e Severo 2015; Ameka 2016 e outros). Para os missionários, linguistas e agentes coloniais, o critério linguístico foi tomado como diferenciador de grupos étnicos, impondo nomes a grupos que antes conviviam sem distinções.

Assim como nos outros países da colonização portuguesa, em Angola, o português desempenha o papel de ser o principal instrumento de controle, na tentativa de homogeneizar um povo e estabelecer a proeminência do império europeu no território africano (Oliveira 2018). A disseminação do português foi contundentemente realizada e reiterada por meios legais, o que produziu efeitos não somente sobre a proliferação da língua, mas também sobre a maneira como as línguas africanas nativas passam a ser valorizadas. Dessa maneira, o português converte-se em uma representação linguística de êxito econômico, dos planos mais altos de educação formal, e da notoriedade social, ostentando um significado simbólico de prestígio (Makoni e Pennycook 2006; Severo 2015).

Não obstante, embora tenha sido a língua nomeada usada pelos colonizadores, não foi somente o português a língua a representar a colônia angolana. Principalmente a partir do século XIX, dado o interesse mais efetivo da investida colonial no território, era preciso selecionar, dentre as

diversas práticas africanas locais, uma que pudesse representar aquela falada pelos povos do então território angolano – dentro de uma perspectiva monolíngue, essencialista, de se estabelecer idealmente uma língua que simbolizasse uma nação. Esta seleção se embasou na designação de uma língua nomeada que colocasse “em funcionamento a própria lógica metropolitana naquela área” (Lima 2017:110), que pudesse ser usada como parâmetro para registro ortográfico, e que tinha como referência idealmente a “língua geral do antigo reino de Angola” e do “moderno distrito de Luanda” (Chatelain 1988–1889:XI), sendo representada pela língua nomeada kimbundu.

Uma série de aparatos linguísticos ajudaram a formalizar essas práticas, as quais partiam de um modelo de grafia ocidental, romanizado e latino. Tem-se, assim, a produção das primeiras ortografias, gramáticas e listas de palavras de línguas africanas feitas sobre as colônias portuguesas. A iniciação de práticas letradas entre os povos locais foi introduzida inicialmente pela esfera religiosa, como observado na seção 2.2 acima, “com o objetivo fundamental de comunicar com os povos indígenas e convertê-los à fé católica” (Fernandes 2015:44), utilizando uma tecnologia que visava padronizar e reduplicar esses textos nas práticas linguísticas locais (Severo 2014).

As práticas missionárias introduziram a escolarização e a instrução, legitimando pedagogicamente os letramentos em comunidades orais. Em contrapartida, enfraqueceram o papel da oralidade em detrimento do prestígio das novas práticas letradas europeias (Severo 2014). Um reflexo dessa imposição religiosa se mostra vivo até hoje, uma vez que o catolicismo é a principal religião praticada em Angola, com aproximadamente 41% da população de adeptos (INE 2014).

A empreitada jesuítica possibilitou a emergência de um tipo linguístico específico, os “Cristianletos” (*Cristian-lects*) (Makoni e Severo 2015:114), um conjunto de práticas linguísticas usadas como instrumento de dominação dos povos locais através da “invenção, descrição e nomeação das suas línguas” e de “traduções de uma série de gêneros textuais europeus para as línguas locais”, um olhar sobre os colonizados como “exóticos” e “incivilizados” (Makoni e Severo 2015:114), visão que prevaleceu por muitos séculos adiante. Relatos dos missionários sobre “a obra e as cenas” se tornaram um gênero literário estabelecido ao final do século XIX, ao lado dos escritos sobre exploração e de viagem (Comaroff 1991 apud Makoni e Severo, 2015:114).

Com efeito, os primeiros registros gramaticais das práticas linguísticas africanas são de autoria de jesuítas e capuchinhos, ainda no século XVI: “a primeira referência a uma obra numa língua africana é um catecismo em Português-Quicongo, publicado em Évora cerca de 1556, por frei Gaspar da Conceição, O.F.M., denominado ‘*Cartilha da Doutrina Christã em lingoa do Congo*’” (Fernandes

2015:45). Segundo o autor, o objetivo da cartilha era o ensino da doutrina católica aos locais, contudo, não se conhecem outras menções a esta obra para além de um relato sobre uma ordem do rei de Portugal, à época, D. João III (1502–1557). No século XVII, impresso em Lisboa em 1624, o primeiro livro conhecido em uma língua africana seria o catecismo de Marcos Jorge (1524–1571) e Inácio Martins (1531–1598), traduzido para o que hoje se nomeia como kikongo, por Mateus Cardoso (1584–1625) (Fernandes 2015:45). Sob o título, *Doutrina Christã. (...) De nouo traduzida na lingoa do Reyno de Congo*, “Mateus Cardoso assume-se como o principal tradutor com a ajuda de alguns falantes nativos congueses” (:45). Em 1642, é publicado em Lisboa o *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé*, pelo missionário jesuíta italiano a serviço do Padroado no reino de Ndongo, Francesco Pacconio (1589–1641) (Fernandes 2015:48), e se tratava de um catecismo católico com as orações cristãs mais frequentes, “como o sinal da cruz (“*quiximbuête quia sãta Cruz*”), o “Padre nosso”, a “Ave Maria” (...), uma exposição da doutrina cristã em 14 diálogos entre um discípulo (perguntas) e o seu mestre (respostas), e, por fim, uma “Ladainha de Nossa Senhora” em Latim” (:48); Depois do prólogo, apresentam-se 10 regras sobre as como ler e pronunciar a “língua de Angola”⁴⁹, sob o título: “Advertencias para se ler a lingua de Angola (p. [XIV]–[XIX])” (Fernandes 2015:48).

A primeira gramática de uma língua bantu foi escrita em latim, em Roma em 1659, e reeditada mais de 200 anos depois em Luanda em 1886, em uma tradução portuguesa com o título *Regras para, mais facil intelligencia do difficil idioma do Congo, reduzidas á forma de grammatica por Fr. Jacintho Brusciotto*, pelo bispo de Angola e Congo (1884–1891) António Tomás da Silva Leitão e Castro (1848–1901) (Fernandes 2015:48). No Brasil, foram produzidas gramáticas das chamadas Línguas Gerais, muitas vezes conceituadas como sendo línguas usadas como mediação entre os jesuítas e os povos, ou uma língua comum estabelecida entre os falantes de diferentes origens. A *Arte de grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* (1595), escrita por Padre Anchieta e a *Arte de grammatica da lingua brasílica* (1621), por Luiz Figueira (Severo 2014), tomam como base um ideal de língua uniforme que pudesse ser adequada às normas da gramática portuguesa e latina.

A segunda gramática de uma língua bantu foi redigida no Brasil e publicada em Lisboa no fim do século XVII, em 1697: *Arte da Lingoa de Angola oeferecida a Virgem Senhora Nossa do Rosario*,

49 É preciso lembrar que nesta época o que era considerado ‘Angola’ não se refere à mesma demarcação territorial atual: “No século XVII, ‘Angola’ significava a parte noroeste da atual República de Angola e a parte sudoeste da República Democrática do Congo, isto é, o Reino dos Ngola, que era habitado pelos ambundos (Mbundu)” (Fernandes 2015:48).

Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos, creditada a Pedro Dias, “com a supervisão de Miguel Cardoso, S.J. (1659–1721), nascido em Angola” (Fernandes 2015:55).

Figura 05: Capa de “Arte da Lingoa de Angola” (1697)

A obra toma como fonte o catecismo *Gentio de Angola* de Pacconio e Couto (Lisboa 1642), e é influenciada pelas “Advertencias para se ler a lingua de Angola”, daquela obra, que cita por duas vezes (Fernandes 2015:55). Contudo, “Dias não se limita e reproduzir o que havia sido escrito pelos seus precursores, mas apresenta novas análises e conclusões” (Fernandes 2015:55). É preciso salientar que alguns estudos recentes demonstram que seja provável que este documento não tenha sido escrito somente por Pedro Dias, mas sim em conjunto com outros jesuítas da Companhia de Jesus (Lima 2017:111). Esta é uma das obras, em contexto missionário e colonial, mais estudadas atualmente (Fernandes 2015:55). Sobre a descrição linguística, o(s) autor(es) nunca se refere(m) especificamente ao kimbundu, mas sempre à “*lingua dos Ambundos*”, “*lingua de Angola*”, “*lingua angolana*”, “*lingua ambunda*” (Dias 1697). Alguns investigadores atualmente iriam dizer que se trata do kimbundu do século XVII falado no Brasil (Fernandes 2015:57), tomando como ideal uma prática linguística homogênea que pudesse ser condensada em um nome. Todavia, o mesmo autor também nos lembra que:

nos últimos tempos um grupo de bantuístas liderados por Jean-Pierre Angenot e Vatomene Kukanda, estão estudando os 9 dialetos do Quimbundo (Mbaka, Ntemo, Puna, Jinga, Kadi, Mbamba, Sendé, Dembo e Lwangu) e concluíram que a língua da Arte de Dias é uma variante dialetal, isto é, o subdialeto Kahenda do Mbaka, dialeto do Quimbundo, falado nos subúrbios da missão jesuítica de

Cahenda, que ficava perto de Ambaca, hoje localizada na província do Cuanza-Norte de Angola, de onde seria natural Miguel Cardoso, que supervisionou a obra (ANGENOT, KEMPF e KUKANDA, 2011, p. 233).

(Fernandes 2015:57)

Estes novos estudos potencialmente podem vir a reafirmar a perspectiva adotada neste trabalho de que não se trata, ou se tratava, de um uso homogêneo de uma única língua nomeada “kimbundu”, mas de uma variante, evidenciando usos linguísticos orgânicos e híbridos também à época. Não podemos deixar de reconhecer que esses documentos, e outras cartilhas e catecismos com as orações mais frequentes, são praticamente os primeiros documentos escritos das práticas linguísticas do período, e, assim, possuem uma importante relevância linguística e histórica; em alguns casos, eles são o único registro de línguas, muitas vezes, já desaparecidas (Fernandes 2015:44).

Com a intensificação do tráfico de escravizados durante os séculos XVII–XVIII, e a prosperidade da exploração da colônia brasileira, o efetivo domínio português sobre Angola restringia-se a Luanda (Inverno 2010:97), situação que, ao que indicam os registros, permaneceu relativamente similar até o século XIX. O tráfico de escravizados dominou quase por completo os negócios por vários séculos, em especial por necessidade de fomentar o projeto mercantilista no Brasil. Estima-se que entre 1492 e 1866, mais de 12 milhões de pessoas cruzaram o Oceano Atlântico como cativos (Green 2019:267). Dentre estes, mais de 4 milhões foram levados da África diretamente para o Brasil, os quais saíam principalmente dos portos de Luanda e Benguela (ver Miller 2002, Apêndice I:65, para uma expressão numérica mais precisa, separada por anos e séculos), e que eram transportados tanto por empresas europeias licenciadas, como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, a *Royal African Company* (Companhia Real Africana) e a *Compagnie Française des Indes Occidentales*, quanto por empresas privadas (Green 2019:247)⁵⁰.

Segundo Heywood (2002), a sociedade de oficiais portugueses nascidos na metrópole em Angola e Benguela do século XVIII emergiu em grande parte por causa da contínua superioridade demográfica da população africana (:93). Um Censo de 1776 da população da colônia (do Reino de Angola e do Reino de Benguela) estimou a repartição demográfica da população, mostrando uma população total de brancos de apenas 1.700, enquanto que o resto da população era composta por 435.637 africanos livres, 45.510 africanos escravizados e 637 mulatos (:93).

50 Há uma base de dados *online* detalhada sobre o comércio escravo transatlântico, feita por historiadores e compilada ao longo de muitos anos. Ela visa fornecer uma visão minuciosa das viagens dos navios negreiros, dos manuscritos, dos escravizados, das estimativas, além de reunir algumas imagens e outras informações (Green 2019:267). Disponível em: www.slavevoyages.org (acesso em outubro 2021).

Inverno (2010:99) aponta que, mesmo pouco expressiva, durante todo o século XVIII, houve uma relativa resistência da crescente “africanização” dos colonos portugueses em Angola, como consequência de políticas nacionalistas forçadas por Marquês de Pombal, o primeiro ministro do império português à época (de 1750 a 1777). Por exemplo, em 1760, foi ordenado o fechamento de uma escola jesuíta, uma vez que ele a considerou responsável pela difusão do kimbundu e não do português (:99). Ainda assim, segundo Heywood (2002), devido à superioridade demográfica da população africana e a tradição das culturas bantu de se adaptarem ao longo do tempo, absorvendo elementos de fora, a cultura que surgiu na colônia era uma “Afro-Lusitana”, com elementos africanos mais dominantes em muitas áreas (:94).

No século XIX, com a independência do Brasil e da pressão Britânica (que culmina com o Ultimatum Inglês⁵¹, em 1890), a coroa portuguesa se viu forçada a focar nas colônias africanas pela primeira vez. Estabeleceu-se, então, que estas seriam províncias vinculadas à Portugal, posteriormente divididas em conselhos, e suas leis teriam que seguir as da metrópole (Inverno 2010:102): “o plano era assegurar o norte, construindo fortes ao longo da costa de Ambriz ao Congo, para reforçar a conexão entre Luanda e Benguela e para explorar a costa e o interior” (Inverno 2010:102). No entanto, segundo a autora, ainda no século XIX a população nos centros administrados pelos portugueses era extremamente limitada (de 250.000 a 300.000), especialmente a de brancos (de 1000 a 2000 no total); assim, o sucesso deste plano dependia da ampliação do número de colonos. De acordo com a autora, isso só foi possível em Moçâmedes, Porto Alexandre e na Baía dos Tigres, devido à chegada de colonizadores vindos de Pernambuco e Algarve (Padrão 1998 citado em Inverno 2010:103).

Linguisticamente, há referências na literatura da existência de um uso de uma “língua mista” dentre a população que trabalhava para os portugueses em Moçâmedes: “oriundos na maior parte, de diversas regiões a norte e leste do Cuanza, este grupo heterogêneo de pessoas desenvolveu uma

51 Refere-se a um memorando da Coroa Britânica enviado aos portugueses em 11 de janeiro de 1890. Nesse documento, os ingleses exigiam a retirada das tropas portuguesas de Mashona e Matabeleland (mais tarde Rodésia) e da região Shire-Nyasa (Malawi) onde os interesses portugueses e britânicos se sobrepunham na África (cf. Coelho 2014:1).

identidade quimbari^{52,53} distinta, baseada na língua kimbundu⁵⁴ e numa cultura sincrética, afro-portuguesa” (Dias 1998 citado em Inverno 2010:104).

O século XIX trouxe mudanças sociolinguísticas significativas no território da colônia angolana, caracterizadas por investidas militares portuguesas mais contundentes para o interior (Inverno 2010:106), pela abertura religiosa cristã e pela introdução de um ensino formal sistematizado, pautado em políticas que pela primeira vez visavam a regularizar os usos do português, principalmente. Nesta época, o poder da Igreja católica diminuiu consideravelmente, com o fim do *padroado* português ainda no século XVIII (Makoni e Severo 2015), “o que significava que o compromisso de evangelização não estava mais sob regência dos interesses da coroa portuguesa, mas de interesses particulares” (:43). De acordo com os autores,

(...) a perda de poder da Igreja no cenário português, juntamente com a assinatura de um acordo entre Londres e Lisboa (1891), contribuíram para a presença de missões protestantes em Angola (Berbeiros, 2011). Essas missões eram amplamente diversificadas, pois não tinham uma autoridade que centralizasse o poder, provinham de diferentes países e partilhavam tradições religiosas distintas (...). Um dos traços principais da evangelização protestante foi, pela via educacional, a promoção das línguas locais, especialmente pela instauração do código escrito para algumas delas. Tal prática de invenção e legitimação de uma dada diversidade linguística em Angola foi fomentada pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL)⁵⁵ (...).

(Makoni e Severo 2015:43)

Estes acontecimentos fizeram com que Portugal adotasse novas investidas com a colônia angolana, respaldadas por um sentimento categoricamente mais patriótico, que tinha como alicerce uma ideologia de caráter nacionalista, explicitamente racista, assentada na sobrevalorização do homem branco europeu como superior, e, na subestimação do negro africano e das suas práticas linguísticas; esta perspectiva serviu de argumentação para atrair a fixação de outros colonos portugueses em Angola (Inverno 2010) e se espalhou nos posteriores estudos sobre os padrões linguísticos dos povos da região.

52 A autora também nos relembra que o termo *quimbari* é usualmente registrado na literatura para se referir aos africanos “culturalmente assimilados” (Inverno 2010:104, nota 15) em outras partes de Angola, e não apenas àqueles em Moçâmedes, que “adotavam valores dos Europeus para se distinguirem dos outros africanos ‘não civilizados’ (Heintze 2004, citado em Inverno, na mesma nota).

53 Agradeço a observação feita pela professora Dra. Lillian Teixeira, durante a banca de defesa, sobre o uso, de fato, de termos como assimilados e não-assimilados, para marcar a presença frequente de características das línguas locais no português em Angola. A variedade da que fazem uso os não-assimilados é chamada de calão.

54 É curioso a constatação da prática do kimbundu nessa região meridional, se tratando de uma área fora do escopo de onde normalmente são mapeados os usos desta língua. Esta atitude pode ser um indício da hipótese aqui levantada de que o kimbundu foi a língua nomeada escolhida pelos portugueses para representar as práticas linguísticas dos povos locais.

55 De acordo com os autores, a atuação do SIL em Angola acelerou o processo de invenção e letramento de certas práticas em detrimento de outras, com fins ideológicos específicos.

Com o intuito de ocupar o território através da imigração de famílias portuguesas, o projeto contemplava, para além de outras ações, a implementação da educação formal em Angola (Inverno 2010), sob um prisma eurocentrado (Makoni e Severo 2015).

Legalmente, a primeira regulação formal do português em Angola foi publicada no início do século XX, em dezembro de 1921. Sob o Decreto nº 77, o então Governador-geral de Angola, Norton de Matos, instaura a lei que proíbe o uso das línguas locais dentro do território colonial; assim é instituído o ensino da língua portuguesa obrigatório:

Artº 1; ponto 3: É obrigatório em qualquer missão o ensino da Língua Portuguesa; ponto 4: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira.

Artº 2: Não é permitido ensinar nas escolas de missões línguas indígenas.

Artº 3: O uso de língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar da Língua Portuguesa.

Parágrafo 1º: É vedado na catequese das missões, nas escolas e em quaisquer relações com indígenas o emprego das línguas indígenas, por escrito ou falada de outras línguas que não seja o português, por meio dos folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos.

Parágrafo 2º: Os livros de ensino religioso não são permitidos noutra língua que não seja o português, podendo ser acompanhado do texto de uma versão paralela em língua indígena.

(Zau 2009:175)

Deste decreto, para além das restrições e tentativa de controle linguístico, observa-se que muitos missionários protestantes e católicos sabiam que o uso das práticas linguísticas locais era necessário para a compreensão da evangelização.

A ofensiva mais contundente veio apenas 5 anos depois, “condensando práticas anteriores e legislação colonial dispersa” (Neto 2015:121), por meio do *Estatuto do Indigenato* (1926–1961). Ele correspondia às políticas coloniais segregacionistas dominantes nas primeiras décadas do século XX e passava a vigorar em 1926:

Artigo 1.º – são considerados indígenas todos os indivíduos de raça negra, ou dela descendentes, que não estejam abrangidos pelos disposto no Artigo 2.º deste Diploma e não satisfaçam conjuntamente às seguintes condições: a) Falar, ler e escrever a língua portuguesa; b) Possuir bens de que se mantenham ou exercer profissão, arte ou ofício de que auferam o rendimento necessário para o sustento próprio [...] c) Ter bom comportamento e não praticar os usos e costumes do comum da sua raça; d) Haver cumprido os dever militares que, nos termos das leis sobre recrutamento, lhes tenha cabido (...).

(Estatuto do Indigenato 1957)

Nele, vemos que não apenas se proibia o uso de outras línguas que não o português, mas que se estabelecia assim a cisão entre indígenas e cidadãos considerados portugueses em Angola,

Moçambique e na Guiné-Bissau. A professora na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Maria Conceição Neto, em Luanda, esclarece que *ser indígena*, para o Estatuto, não correspondia a ser “originário” ou “nascido em”, mas sim, “resultava duma classificação jurídica que dava estatuto legal e distinto e oposto ao de ‘cidadão’” (Neto 2015:121). Dessa forma, tal classificação, excludente e identitária, coloca em evidência a língua portuguesa como critério essencialmente diferenciador e segregador, uma vez que os “brancos nascidos nas colónias nunca eram ‘indígenas’” (Neto 2015:121). Ainda, segundo a professora, “essa dualidade jurídica imposta na África colonizada refletia a ideologia da superioridade racial branca” (Neto 2015:121). Dessarte, o Estatuto, de caráter estritamente discriminatório e que durou por longos 35 anos, não estabelecia apenas em uma questão de *status* linguístico, como se observa no decreto anterior, mas fundamentava uma definição formal de restrições legais e ausência de direitos, com implicações a vários aspectos sociais. A lei tratava como não-cidadãos uma enorme maioria da população negra colonizada, e “a transição de ‘indígena’ para ‘cidadão’ era deixada ao arbítrio das autoridades administrativas da colónia” (Neto 2015:122), mas, o que de fato se viam eram os vários empecilhos que a colônia impunha para que essa transição fosse dificultada (Neto 2015); na prática, ela era praticamente inviável, e assim os colonizados permaneciam neste lugar de subalternidade.

A ideologia subjacente das políticas portuguesas com respeito aos locais africanos nas primeiras décadas do século XX foi uma mistura de Darwinismo social e racismo condescendente (Inverno 2010:111). O nacionalismo português estava fundamentado na ideia de que Portugal tinha uma “vocaço colonial” e os portugueses seriam superiores aos “selvagens africanos” (Inverno 2010:111). Um dos intuitos desta propaganda colonial, profundamente ancorada em pressupostos racistas, era o de atrair mais colonos brancos para as colnias⁵⁶. Mesmo assim, apesar do fomento das imigraes portuguesas para Angola, em geral, a populao branca europeia nunca representou mais de 5,1% do total da populao, em meados do sculo XX (cf. Inverno 2010:115).

Essa situao de extrema subalternidade imposta para os locais s mudou em 1961, aps o eclodir das revoltas anticoloniais em Angola (Neto 2015:122); nesse sentido, o governo colonial foi forado a empregar uma poltica que pudesse ser mais inclusiva, e o primeiro passo para isso foi a abolio do *Estatuto do Indgena* (Inverno 2010:115)⁵⁷. Entretanto, somente aps a independncia angolana e a queda do regime portugus ditatorial de Salazar, em novembro de 1975, que entra em

56 Houve uma pequena mudana com relao aos nmeros de brancos na colnia angolana, que passou de 0.7% em 1897 para 1.2% em 1930 (cf. Inverno 2010:112).

57 Segundo a autora, o Estatuto foi abolido, mas a discriminao prevaleceu e era fator primordial que fundamentava as polticas coloniais portuguesas na frica (Inverno 2010:117).

vigor a primeira Lei Constitucional, em que se legitima a importância da defesa do multilinguismo e das línguas de origens africanas no país.

O processo de independência como um todo foi bastante conturbado, “embalado por tensões políticas e confrontos entre os angolanos e portugueses” (Makoni e Severo 2015:44) e liderado por três movimentos revolucionários principais: MPLA (Movimento Popular de Libertação da Angola), de carácter nacionalista marxista, UNITA (União Nacional para a Independência Nacional de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação da Angola). Segundo os autores, “a base comum dos movimentos se pautava na construção de uma unidade nacional, embora tais partidos se caracterizassem por uma distribuição etnolinguística distinta” (:44). De fato, enquanto o MPLA representava “os Mbundu (25% da população), além da elite de Luanda falante de língua portuguesa”, “o FNLA e o UNITA representavam os Bacongo (15% da população) e os Ovimbundo (o maior grupo étnico angolano)” (:44). Assim instaurava-se uma iniciativa de reunir, em torno de ideais nacionalistas, distintas práticas linguísticas, diferentes etnias e culturas, mas desta vez sob uma perspectiva angolana, em nome de uma república que pudesse ser independente de Portugal.

Em virtude da vitória do MPLA, favorecido pelo apoio internacional, instaurou-se o governo sob direção do líder Agostinho Neto. Em seu primeiro discurso dirigido ao povo em Luanda, ele ressaltou alguns princípios da nova Lei Constitucional da República Popular de Angola, destacando aspectos sociais e educacionais como mecanismo para a conquista da liberdade e para o progresso (Mayembe 2016). Entretanto, é preciso salientar que Agostinho Neto, por mais que fosse defensor das línguas angolanas, tinha como princípio a ideia de que a língua portuguesa, por sua suposta neutralidade, poderia ser usada como bandeira de unificação nacional (Makoni e Severo 2015:45).

A primeira experiência de ensino de práticas linguísticas de origens africanas remonta à década de oitenta, concretamente a 1985, data em que estas são introduzidas no processo de alfabetização. Dois anos mais tarde é publicada a Resolução nº 3/87, de 23 de maio, que aprova, a título experimental, “os alfabetos das línguas kicongo, kimbundo, côkwe, umbundu, mbunda e oxicuanhama, bem como as respectivas regras ortográficas de transcrição. Contudo, até agora, pouco ou quase nada se fez no sentido de diminuir a clivagem estatutária entre o português e as demais línguas nacionais” (Nzau e Sardinha, 2009:209).

Em 2001, a Lei 13/2001, Lei de Base do novo Sistema de Ensino, é promulgada, “considerando a vontade de realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o

analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do sistema educativo” (Lei de Bases do Sistema de Educação, 2001:2). O artigo 1º elucida o papel da educação, como sendo

um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do País e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico – técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimno-desportivas.

No artigo 15º da mesma lei, reafirma-se e deixa-se evidente a função primordial que a educação deve “conceder a formação integral e homogênea que permita o desenvolvimento harmonioso das capacidades intelectuais, físicas, morais e cívicas”. Mas, apesar deste esforço, a questão da complexidade linguística é abordada de forma praticamente inexistente: o artigo 9º deixa claro que “o ensino nas escolas” deve ser unicamente “ministrado em língua portuguesa”. Já a questão da escolarização pelo uso de práticas linguísticas de origens africanas é somente pontuada e de forma breve, sobre a educação de adultos, no terceiro parágrafo deste mesmo artigo - ainda com uma ressalva para que não haja “prejuízo do artigo 1º” - : “particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais”.

Afortunadamente, dessa brecha se origina o Projeto de Ensino Bilíngue, denominado “Reforma Educativa”, de carácter multissetorial do Ministério da Educação, o IEL – Inovação no Ensino da Leitura em Angola, que visa a garantir a inserção de algumas línguas de origens africanas também no ensino primário (Oliveira 2018). O projeto deve ser sim celebrado pela tentativa de se pluralizar o ensino, mas reflete, a par com o que ocorre na grande maioria dos países africanos, políticas linguísticas que se caracterizam pelo entendimento de promulgação de práticas monolíngues ou estritamente bilíngues, escolhendo apenas uma, duas línguas dentre as várias faladas.

Finalmente, no ano de 2010, a primeira Constituição é oficialmente promulgada e com ela, pela primeira vez, as manifestações legais de valorização, proteção e difusão das línguas de origens africanas, nos artigos 19.º e no 21º abaixo:

Artigo 19º. (Línguas)

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional;

Artigo 21.º (Tarefas fundamentais do Estado)

(...) n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação;

Constituição Angolana (2010)

De 2004 a 2010, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) experimentou o ensino de algumas línguas de origens africanas em sete províncias, da 1ª a 3ª classes. As nomeadas cõkwe, kikongo, kimbundu, ngangela, ulunyaneka, umbundu e oxikwanyama foram submetidas a normas ortográficas, além de terem sido introduzidas em escolas que agora contam com o ensino bilíngue (língua portuguesa e uma língua nacional angolana), em algumas das zonas rurais do país. O cõkwe foi experimentado na Lunda-Sul, o kikongo no Zaire, o kimbundu no Kwanza-Norte, o ngangela no Kuando-Kubango, o ulunyaneka e o umbundu no Huambo e o oxikwanyama no Cunene. A escolha destas áreas se relaciona com as zonas onde se creditam suas origens. O processo ocorreu em três escolas de cada província, abrangendo 15 turmas e 15 professores que já faziam parte do sistema educativo e dominavam alguma língua nacional. Após a fase experimental, o INIDE deu início à fase de consolidação do projeto, que consiste na inclusão da disciplina de Línguas Nacionais no ensino, começando pela 1.ª classe” (Oliveira 2018).

Em 2011, é aprovada a Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana com vistas a regular a situação linguística de Angola em contextos administrativos, educacionais e midiáticos (Oliveira 2018). Um dos aspectos diferenciais desse projeto é a inserção de um capítulo que especifica o repúdio à discriminação linguística. Assim, marca-se o início de políticas que reconhecem que a melhor forma de lidar com a diversidade cultural e inclusão é por meio da valorização do pluralismo, nos diversos contextos, e então um projeto de uma sociedade mais harmônica e igualitária começa a ser estabelecido. A principal preocupação deste modelo deve passar pelo reconhecimento da multiculturalidade, contrário à homogeneidade no sistema educativo, considerado como grande fonte de riqueza pedagógica. Deve-se privilegiar a educação intercultural, ou seja, aquela que potencialize a inter-relação orgânica dos idioletos das pessoas de distintas culturas e origens étnicas e sociais (Nzau e Sardinha 2009:209).

Endossando a posição de Amélia Mingas (2004), professora e linguista angolana, é preciso reconhecer que o papel desempenhado pela língua portuguesa não inviabiliza a possibilidade de afirmação das línguas locais, enquanto formas de expressão de valores e de representação da realidade. O que é decisivo, nesse domínio, é que os estados desenvolvam orientações estratégicas, definam políticas e mobilizem recursos para a dinamização, estudo, divulgação e também de fomento das

línguas de origens africanas. Criar condições não de hostilidade, mas de convivência, no sentido de reconhecer que cada uma delas desempenha dinâmicas sociais e linguísticas distintas.

É preciso salientar, contudo, que a utilização de uma língua comum padronizada pode facilitar a expressão de interesses comuns e específicos e a resolução de conflitos (Deumert 2009:380), principalmente em espaços etnolinguísticos divergentes, além de contribuir para dar visibilidade à representação desses interesses em um contexto mais amplo. Em outras palavras, faz sentido que uma comunidade política se expresse numa realidade linguística comum, sempre que ela se apresenta como tal. O desafio se dá na medida em que se objetiva construir uma unidade nacional paralelamente ao respeito e à promoção da diversidade (Mingas 2004).

Assim, políticas visando à padronização linguística devem se desenvolver de uma maneira capaz de permitir que as múltiplas práticas e variedades sejam valorizadas. Devem-se considerar, sobretudo, as distintas situações sociais em que são utilizadas, como as usadas em casa, na escola, nos espaços públicos e nos meios informais, em virtude de se aproveitar ao máximo os benefícios da pluralidade e do multilinguismo. Estes, por sua vez, são fatos que devem ser vistos positivamente como recursos sobre os quais o planejamento linguístico deve ser construído, e não apenas entendidos como obstáculos a serem superados no caminho para a unidade nacional e para o avanço socioeconômico (Deumert 2009:391), uma vez que se mostram fundamentais ao dinamismo e à vitalidade das comunidades linguísticas.

2.4 A importância do planejamento: direitos humanos, direitos linguísticos

A habilidade humana desenvolvida para se comunicar ancorada no uso diverso das práticas linguísticas é fator crucial que permite que as sociedades cresçam, sejam colaborativas e inclusivas. Ela aborda questões transversais que estão atreladas a todos os aspectos do desenvolvimento humano: o compartilhamento de experiências, de ideias e busca de maneiras para crescermos enquanto seres humanos. Podem ser uma importante ferramenta com relação à mediação de conflitos, pós-conflitos, ao combate ao extremismo, resolução de questões migratórias, de desenvolvimento social, cultural e econômico e podem contribuir para o fortalecimento das sociedades através do acesso à justiça, aos direitos humanos e à comunicação intercultural (Taylor-Leech e Benson 2017). Ainda hoje, no entanto, essas práticas, muitas vezes, são tratadas com negligência no que tange aos aspectos relacionados ao

planejamento, educação e organização linguística por autoridades oficiais e internacionais, como observado nas seções anteriores.

Segundo a professora e renomada pesquisadora sobre multilinguismo e direitos linguísticos, Ana Deumert, por vezes, os realizadores dessas políticas públicas fazem parte de uma elite econômica e politicamente dominante, que estabelecem os objetivos a serem alcançados, em vias de favorecerem seus próprios interesses. Fronteiras sociais são erguidas e desigualdades determinadas. Apesar disso, os direitos linguísticos são considerados um subconjunto dos direitos humanos e culturais.

Em 1996 a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos foi assinada pela UNESCO e por uma série de outras organizações não governamentais, em Barcelona, na Espanha. Os direitos mais fundamentais são declarados no Artigo 3: o direito de ser reconhecido como membro de uma língua comunidade, o direito de usar a sua própria língua em privado e público, e o direito de usar o próprio nome. O Artigo 3 também reconhece direitos linguísticos coletivos: o direito à educação na própria língua, o direito de ter acesso à mídia em sua própria língua e o direito de interagir com o governo em sua própria língua (Deumert 2009:389).

Infelizmente, o que se observa, na prática, é que muito do foco recente no multiculturalismo na educação são abordagens que pressupõem um “multilinguismo” ideal e excludente, que nomeia e separa línguas pontualmente, perpetuando a noção de uma “somatória de monolinguismos” – haja vista a escolha de apenas sete línguas nomeadas pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) para a experimentação no ensino primário da 1ª a 3ª classes, citado na seção anterior –, além de estabelecerem um padrão de proficiência linguística que na prática, muitas vezes, é inalcançável. Em um estudo realizado na Universidade Agostinho Neto⁵⁸, 374 questionários sociolinguísticos foram distribuídos a estudantes universitários, os quais 345 responderam que o português é a sua língua materna. Ainda assim, 1/3 acham que “não falam bem português”. As respostas desse estudo, posteriormente, serviram como argumento para julgamentos, em concordância com essas abordagens excludentes, que avaliam os angolanos como “incapazes, linguisticamente, de superar o prisma cultural que os caracteriza”⁵⁹.

Ademais, apontando e recriando formas regulamentadas, padronizadas e idealizadas de línguas, esse multilinguismo excludente desacredita a maioria das formas de práticas orgânicas, como

58 Estudo retirado do trabalho apresentado no Wocal, The World Congress of African Linguistics, em 2021, intitulado, “Les politiques linguistiques et le rôle des langues nationales pour le développement durable en Angola”, por Emmanuel Alfredo, professor da referida Universidade.

59 Do original: “Les Angolais n’ont pas une capacité linguistique très forte pour surmonter le prisme culturel qui les caractérise”.

veremos no capítulo 04, também por julgá-las pejorativamente como não incluídas no cânone das chamadas línguas modernas globais, tendo como referência as línguas europeias padrão. Nesse sentido, direitos linguísticos podem ser muito bem violados, mesmo dentro de uma estrutura que supostamente defende o uso de práticas multiculturais (Skutnabb-Kangas e Phillipson 2017). O endosso desse multilinguismo excludente provoca desigualdades e molda questões de pesquisa e epistemologias em todo o mundo (Lüpke et al. 2018).

Estatísticas aplicadas com base neste ideal, correlacionam falaciosamente multilinguismo, pobreza e falta de industrialização como uma relação causal. Dessarte, fomenta-se a ideia de que apenas o monolinguismo seria a maneira mais eficaz para se atingir o progresso e o desenvolvimento socioeconômico (Deumert 2009:389). Entretanto, desde o fim do século XX, pesquisas vêm demonstrando que o planejamento voltado para o pluralismo linguístico, na verdade, ao legitimar a diversidade, facilita e promove maior igualdade, e impulsiona o desenvolvimento econômico e sociocultural (Skutnabb-Kangas e Phillipson 2017).

A falta de atenção ao planejamento linguístico com relação a políticas atreladas ao desenvolvimento é particularmente notável na educação. Crianças de minorias etnolinguísticas, indígenas e imigrantes, usualmente frequentam pré-escolas e escolas onde nenhum professor entende suas práticas linguísticas e onde ela não é usada, seja como disciplina ou como meio de educação. Em uma estimativa da UNESCO, de 2016, 40% dos falantes no mundo não possuem acesso à educação nas línguas que usam ou entendem.

Em muitos lugares, como em alguns países africanos, onde se atesta a prevalência do multilinguismo enquanto norma (Ameka e Terkourafi 2019), questões prontamente se colocam com relação ao estabelecimento da instrução formal (Lüpke et al. 2018): de que maneira seria possível conceber uma educação que respeite e valorize a diversidade multilíngue se a alfabetização em muitos desses lugares está intimamente ligada ao aprendizado de um suposto monolinguismo que tem como alvo as línguas indo-europeias, um dos corolários da colonização? E quando não indo-europeias, a atribuição de apenas uma variante de uma (ou poucas) língua nomeada nacional, convencionada como padrão? Como evitar e diminuir a alta taxa de evasão que se configura nas escolas (Lüpke et al. 2018) e alterar os números que escancaram que até mesmo os alunos que completam a formação primária frequentemente são incapazes de ler ou escrever nestes padrões, ou que, ao se formarem, percam a alfabetização e habilidades linguísticas adquiridas na escola, uma vez que são raras as ocasiões em que precisam utilizá-las (Lüpke et al. 2018)? Não infrequente, nesses contextos, o sistema escolar é baseado

na seleção de uma língua europeia e antes colonizadora como língua oficial, uma configuração baseada nas mesmas ideologias essencialistas (“uma-nação, uma-língua”) amplamente difundidas no período inicial das políticas coloniais (cf. Djité 2008; Obanya, 2002 apud Taylor-Leech e Benson 2017) e que ainda hoje seguem em voga. A escola ainda é o instrumento-chave, em muitos casos, para impor a inclusão forçada tanto de uma língua nomeada dominante quanto da cultura dominante em questão (Skutnabb-Kangas e Phillipson 2017).

Isso posto, se faz necessário desenvolver uma abordagem sociolinguística que leve em consideração o contexto histórico dos falantes e da comunidade em que estão inseridos para um planejamento linguístico adequado. Perguntas feitas nos Censos oficiais muitas vezes não apenas determinam as respostas, como também, muitas vezes, simplificam de tal modo a questão linguística, que questões aparentemente simples, como “qual é sua língua materna?” (Deumert 2009:381) não conseguem capturar a realidade, como visto nas seções anteriores. Muitas vezes o conceito de língua materna ou a dicotomia L1/L2⁶⁰ transcendem todas essas definições, que são apoiadas em uma origem única ideal, na função ou competência linguísticas (Deumert 2009:381). Estes conceitos caem por terra ao não conseguirem encapsular as múltiplas realidades coexistentes, e obscurecem a obtenção de uma imagem transparente dos padrões linguísticos de usos reais dentro de uma sociedade.

Deumert (2009) também aponta que um planejamento que tenha como objetivo o aprimoramento metodológico da multiplicidade dos usos linguísticos tem a capacidade de estabelecer uma política linguística que favoreça primordialmente os cidadãos; contudo, se esse planejamento se assentar somente em um ideal de língua de caráter puramente funcional – eficiente e de fácil aprendizagem – ou em função de uma padronização que vise à uniformidade e “beleza” (Tauli 1968: 29-42 citado em Deumert 2009:387), corre o risco de ignorar o caráter simbólico das práticas linguísticas, como a expressão da solidariedade e reforço de identidade de um grupo em comum. Em muitos casos, as decisões de planejamento não são baseadas racionalmente em fatos sociolinguísticos reais e a implementação de estratégias são frequentemente determinadas *ad hoc*.

Há diversas maneiras pelas quais as práticas linguísticas podem representar identidades. Por um lado, elas funcionam como uma característica comportamental dos indivíduos; por outro, podem fornecer os termos pelos quais as identidades são expressas (Tabouret-keller 1998). As múltiplas possibilidades advindas de interações entre as redes mostram a criatividade e as várias maneiras pelas quais os falantes podem se expressar. Quanto mais um termo identitário estiver atrelado a uma fronteira

60 Primeira língua (adquirida) vs. segunda língua.

territorial e intrínseco ao uso nacionalista de um mesmo termo para também designar a língua, mais robusto será o ideal de uma unidade interna e coerente. Essa representação ganha ainda mais *status* quando tal língua se torna a expressão legal e constitucional de poder e é usada como principal instrumento pelo qual esse poder é expresso, legitimado e executado (Tabouret-Keller 1998). Assim Estados-nações modernos atuam como interventores quanto à idealização de língua e identidade, por meio de imposição de um padrão ideal de língua sobre seus cidadãos. Todavia, essa imposição, dada por domínios formais, escolares, institucionais e atrelada a um estatuto de legitimidade e prestígio sobre um território e sobre suas comunidades e vivências é fundamentalmente paradoxal (Tabouret-Keller 1998:4), uma vez que enquanto clama a unificação da identidade de uma comunidade pelo território ou por um ideal de língua, concomitantemente negligencia as práticas linguísticas em uso dos indivíduos que a ela pertencem, engessando suas identidades (Le Page e Tabouret-Keller 1985).

Assim, para que sejam elaboradas políticas eficazes e que também assumam os direitos linguísticos dos falantes, o planejamento deve passar pela compreensão das variáveis sociais, culturais, políticas, históricas, bem como o reconhecimento de usos simbólicos das práticas linguísticas, como atitudes linguísticas locais, nichos identitários e estudo da direção das mudanças sociais em uma determinada comunidade. Para que isso seja possível, a metodologia precisa se ancorar em perguntas que vão além de perguntas estritamente dicotômicas (“sim/não”), ou que reduzem os usos das práticas linguísticas a categorias vagas, e de fato darem voz para os membros das comunidades nas quais essas práticas são produzidas. Os linguistas, então, não são os únicos cujas especialidades são necessárias para o desenvolvimento deste planejamento. Cientistas políticos, economistas, sociólogos, educadores e antropólogos também têm papéis importantes a desempenhar (Deumert 2009:387) e devem trabalhar em conjunto em direção ao estabelecimento de uma sociedade mais igualitária, harmônica e justa.

2.5 Breves conclusões

Ao longo deste capítulo, vimos como as primeiras iniciativas de criação da escrita para as línguas africanas da África centro ocidental, em especial na região de Angola, fundamentaram-se em grande parte nas missões religiosas da colônia, que visavam à adaptação das línguas locais ao letramento, com o intuito de transpor a religião católica às práticas linguísticas africanas locais. Amparados pelas intensas campanhas militares portuguesas e pela exorbitante exploração de insumos e pessoas, principalmente com a intenção de fomentar a empresa escravista, que fornecia escravizados

para a produção colonial na América, os séculos seguintes a partir do início da colonização, em Angola, viram a criação dessas línguas serem materializadas na escrita, e a maneira como esse processo contribuiu tanto para o engessamento da fluidez da tradição das línguas orais, quanto para a uniformização de objetos registrados que fomentaram uma quantidade imensa de conflitos coloniais posteriores. Esses registros iniciais, muitas vezes, obliteravam as múltiplas línguas coexistentes tendo como finalidade a dominação religiosa, representada pelos catequismos, e a padronização linguística, haja vista a elaboração das primeiras gramáticas, posteriormente. Essas atitudes se somaram às investidas nacionalistas predominantes ao final do século XIX, que culminaram com a Conferência de Berlim, por um lado, e com a independência do Brasil, por outro, acontecimentos que incentivaram a Coroa Portuguesa a, de fato, investir nas colônias africanas.

Essa investida colonialista mais contundente foi fundamentada por ideais racionalistas do período, que creditavam aos povos africanos e suas línguas um lugar de subalternidade. Essa concepção foi o fator fundamental para que se elaborassem legislações que estabeleciam apenas a língua portuguesa como única legítima, em um cenário completamente oposto, em que múltiplas práticas linguísticas tipologicamente coexistiam, e ainda coexistem. No século XX, as políticas linguísticas coloniais foram condensadas por meio do *Estatuto do Indigenato*, que durou por longos 35 anos. Ele correspondia às políticas coloniais segregacionistas dominantes à época, e não apenas passava a ser proibido o uso de outras línguas que não o português, mas também se estabelecia, assim, a cisão entre indígenas e cidadãos em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Assim, não se fundamentava apenas em uma questão de *status* linguístico, como se observa nos decretos anteriores, mas em uma definição formal de restrições legais e ausência de direitos aos colonizados, com implicações em vários aspectos sociais.

Com efeito, somente após os anos 1960, com a abolição do Estatuto, que essa situação de extrema subalternidade começou a se alterar, principalmente após o eclodir das revoltas anticoloniais em Angola; mas essas políticas segregacionistas deixaram marcas profundas na sociedade. Com a independência angolana e a queda do regime português ditatorial de Salazar, em novembro de 1975, processo como um todo bastante conturbado, finalmente entra em vigor a primeira Lei Constitucional, em que se legitima a importância da defesa do multilinguismo e das línguas de origens africanas no país. Ainda assim, apesar desse destaque, que se inicia formalmente por volta nos anos 1980, o que vemos é uma concepção problemática de multilinguismo que não aborda devidamente a questão da diversidade linguística.

A ambivalência dessas políticas linguísticas contemporâneas se amparam no fato de que, apesar de reconhecerem legalmente a existência de outras línguas nacionais que não apenas a língua portuguesa, elas se pautam em uma noção de multilinguismo visto como o resultado de vários monolinguismos somados. Evidentemente, essa maneira de encarar o caráter multilíngue do país não desloca as hierarquias criadas pela colonização e não leva em conta os usos orgânicos das práticas linguísticas, como demonstrados no capítulo 04. Como consequência, vemos que as políticas linguísticas oficiais não conseguem diminuir a clivagem estatutária entre o português e as demais línguas nacionais, uma vez que, ao não encarar essa questão devidamente, optam por estabelecer, ainda, um português idealizado, oriundo do padrão europeu, como a única língua oficial, dos meios de comunicação, dos documentos oficiais e da educação formal, assumindo, assim, que somente ela seria o meio para se alcançar sucesso econômico. O que se observa desse lugar é um cenário de evasão escolar, insegurança linguística e atitudes pejorativas por parte dos falantes e das autoridades, tanto com relação às línguas locais quanto com relação ao português falado pela população angolana, que falha em alcançar esse ideal.

Em virtude desse cenário, vemos que é necessário que sejam realizadas políticas que encarem seriamente a situação linguística angolana, partindo de uma perspectiva inicial de reconhecer que, de fato, diversas práticas linguísticas coexistem, de maneira orgânica e heterogênea no país. Um olhar mais atento para a diversidade linguística durante o planejamento linguístico, com o auxílio de profissionais de diversas áreas, pode ser a chave para que se assuma um desenvolvimento sustentável em conjunto com a sociedade, em direção ao estabelecimento de um futuro promissor e mais igualitário.

Capítulo 03 – A Ecologia Linguística

Introdução

Nos capítulos anteriores, vimos que tanto as migrações populacionais em direção ao território hoje reconhecido como Angola quanto as políticas coloniais e pós-coloniais propiciaram a formação da situação populacional e linguística do país atualmente. A dinâmica das línguas na África nos ensina que muitos fatores sócio-históricos, políticos, culturais e econômicos podem explicar a evolução dentro da população de falantes⁶¹ (cf. Mufwene 2001, 2008, 2013). Um resultado imediato dessa constatação é a observação de que as línguas mudam porque as *populações de falantes* também mudam (Aboh 2019:32). Nesse sentido, podemos postular que as práticas linguísticas não existem fora de um ambiente social: elas são uma criação comunal, representam padrões que são moldados e existem por meio dos atos comunicativos dos falantes (Mufwene et al. 2017).

Por vezes, o tratamento típico, na literatura, sobre a mudança e vitalidade linguística de uma determinada população sofre da falta de um tratamento histórico adequado (Mufwene e Vigouroux 2017) e que falha em não salientar devidamente as ecologias que favoreceram não apenas as variantes que prosperaram, aquelas que sobreviveram à ameaça das línguas em expansão (Mufwene e Vigouroux 2017), como também o papel da agência dos falantes quanto à vitalidade linguística em questão. Soma-se a esse panorama, a escassez de investigação sobre os padrões especialmente da diversidade de relações que indivíduos e comunidades podem ter com respeito às línguas utilizadas ao seu redor (di Carlo et al. 2017).

Isso posto, vimos que tentar descrever a configuração linguística de contextos, principalmente de um ambiente extremamente multilíngue como o angolano, em termos unicamente de línguas nomeadas pontuais revela-se uma limitação. Nesse sentido, os capítulos anteriores nos deram o pano de fundo sócio-histórico e político angolano, ou melhor, elucidaram alguns dos elementos que fazem parte da ecologia e que podem nos fornecer pistas para que possamos compreender devidamente a situação linguística do país atualmente. Este capítulo, por sua vez, tem como objetivo oferecer o embasamento teórico que irá nos auxiliar a analisar os fatores que propiciam a emergência de determinados padrões linguísticos, como será visto no capítulo seguinte.

61 Atribuímos o termo “falante” a todos os que fazem uso das línguas, sejam elas orais ou de sinais.

O presente capítulo se divide em três seções principais. Primeiramente, em 3.1, buscamos conceituar a noção de *ecologia linguística*, utilizando, para tanto, a teoria postulada por Mufwene (2001, 2008), bem como suas propriedades e os mecanismos através dos quais os falantes operam, partindo das contribuições de Aboh (2015, 2020) sobre o tema. A segunda parte, em 3.2, trata da evolução linguística e a importância do contato para a diversidade linguística. E, por fim, em 3.3, estabelecemos um contraponto às teorias excepcionalistas da mudança linguística, e traçamos um breve panorama sobre o tratamento do português falado em Angola na literatura. O capítulo finaliza em 3.4, com breves conclusões.

3.1 Da Ecologia

Não é possível compreender as práticas linguísticas dos falantes, as diferenças e similaridades que apresentam, se ignorarmos as especificidades nas quais os falantes estão inseridos. Isso significa que devemos analisar as propriedades linguísticas à luz dos fatores sócio-históricos, políticos, culturais e econômicos que propiciaram a emergência e disseminação de tais propriedades. Esses elementos, em conjunto, estabelecem parte do que chamaremos de ecologia, nos termos propostos por Mufwene (2001, 2008).

Antes de adentrarmos neste conceito é preciso nos determos um pouco mais sobre a própria noção de ‘língua’ adotada. A abordagem teórica postulada por Mufwene (2001, 2008) estabelece que as línguas de uma determinada comunidade funcionam como uma espécie biológica, do tipo viral: tanto elas quanto os vírus devem a sua existência a seus hospedeiros; no caso das línguas, os hospedeiros são os próprios falantes. Diferentemente de associá-las a organismos⁶², assumir a analogia espécie/língua implica em reconhecer que as línguas são inerentemente heterogêneas. Isso se traduz, na prática, no fato de que apresentam variação inter e intracomunal⁶³ e uma arquitetura não-monolítica⁶⁴, que se relaciona fundamentalmente aos organismos/idioletos que as compõem (Mufwene 2008:14).

62 Associar o comportamento linguístico a organismos é uma tradição que remete ao século XIX, a qual Mufwene rompe contundentemente (cf. Mufwene 2008:12).

63 Línguas comunais e idioletos representam diferentes níveis de abstração. Os idioletos são abstrações da fala de cada indivíduo. As línguas comunais são extrapolações dos idioletos, as quais são usadas pelos falantes da comunidade para se comunicarem (Mufwene 2001:2).

64 A coexistência de diferentes estruturas e formas em um mesmo organismo/idioleto, com as funções de algumas se sobrepondo ou às vezes conflitando umas com as outras (Mufwene 2008:14).

As línguas seriam análogas a populações biológicas, uma vez que cada idioleto⁶⁵ preserva sua individualidade, ainda que apresente propriedades similares, compartilhadas com a espécie. Tal como uma espécie biológica, as línguas evoluem de maneira não-uniforme a depender das condições ecológicas. Isso se torna evidente quando constatamos que certos idioletos (etnoletos, socioletos, dialetos⁶⁶) se engajam mais em determinadas mudanças que outros e quando nos atentamos para a vitalidade e morte das línguas. Elas vivem prolongadamente e morrem quando não há mais falantes ou quando não há mais propriedades linguísticas capazes de instanciar tal língua, tal como uma espécie. Essa questão sobre a evolução linguística será abordada na seção 3.2 adiante.

Segundo Mufwene (2001, 2008), a aproximação com a biologia, então, nos é válida principalmente para que se possa compreender devidamente a variação que línguas comunais apresentam e o modo como a ecologia opera, assim como na biologia, desenhando o caminho pelo qual as espécies/línguas passam. Com efeito, uma vez que a emergência das línguas comunais ocorre somente enquanto extrapolações dos idioletos de cada indivíduo, é possível, dessa forma, entendê-las como um construto social, dada a habilidade dos falantes, em um contexto particular, em se comunicarem com êxito ao usarem sequências de formas linguísticas (sejam elas orais ou gestuais) similares. Mufwene ainda nos lembra que se, por um lado, as estruturas políticas e sociais determinam os tamanhos demográficos das populações associadas com tais construtos, por outro, as fronteiras linguísticas são osmóticas (Mufwene 2001:15) e a nomeação das línguas comunais, como chinês, inglês, xossa, !kung, ou qualquer que seja a variedade nomeada reflete a imposição de atributos forjados por grupos sociopolíticos distintos (cf. Mufwene 2008, capítulo 07). Essas dinâmicas foram exploradas no capítulo anterior.

Partindo desse raciocínio, nem todas as características das línguas, no entanto, podem ser de fato comparáveis a uma espécie biológica. Mufwene explica que a aquisição linguística e a sua transmissão são dois aspectos que as distanciam das características das espécies biológicas. Isso porque nenhum falante transmite um “sistema”⁶⁷ linguístico inteiro a nenhum outro falante. A variedade de tópicos e complexidade estrutural (em termos de comprimento e concatenamento de sentenças) aumenta à medida que a criança se desenvolve cognitivamente com o passar dos anos, e na aprendizagem de outra(s) língua(s) por adultos. A aquisição da linguagem, então, seria o processo de

65 No caso linguístico, uma vez que as línguas comunais são uma extrapolação dos idioletos, os idioletos se corresponderiam aos organismos biológicos, os quais compõem a espécie. Eles são constituídos pelo repertório linguístico de cada falante.

66 Variedades étnicas, sociais, variedades regionais.

67 O termo está sendo usado como a emergência de hábitos e princípios lógicos regulares que um indivíduo desenvolve enquanto se expressa, por meio de sequências, formas linguísticas particulares, com o intuito de se comunicar.

(re)construção comparável à recombinação genética na biologia (Mufwene 2001). Segundo ele, esse processo também pode ser chamado de *reestruturação* e é comum a todos os falantes⁶⁸. A principal diferença com a recombinação genética biológica está no fato de que a formação do genótipo acontece na concepção de um organismo, não havendo, portanto, agência por parte daquele que carrega o gene.

No caso linguístico, a agência dos falantes é de suma importância para que possamos compreender a emergência dos idioletos e, como consequência, das línguas. Não apenas com relação aos deslocamentos (migração, mudança para uma nova comunidade, por exemplo), mas também com relação às escolhas que eles fazem quando se comunicam. Isso ocorre já que a comunicação entre os indivíduos dispara acomodações mútuas, ajustes na forma de se expressarem devido às suas necessidades comunicativas, as quais fazem com que os “sistemas” individuais convirjam e, então, se tornem similares tanto na maneira como os sons/gestos individuais são produzidos, quanto na maneira como são recombinados em unidades interpretáveis mais complexas. Essas acomodações nem sempre serão conscientes, contudo. Mufwene (2008:15) explica que o que é necessário, nesses contextos, é a habilidade dos falantes para entenderem e ser compreendidos por outros, em cada ato comunicativo. Ninguém precisa falar/sinalizar do mesmo modo, e a equivalência exata dificilmente acontece entre os idioletos. Em contrapartida, a expressão de modo similar facilita a inteligibilidade mútua.

As línguas são como espécies cujos fenótipos – as propriedades linguísticas nas quais classificações tipológicas são baseadas – não correspondem a nenhum genótipo específico, em termos biológicos. Essa peculiaridade é uma consequência da maneira fragmentada como são transmitidas. Para abordar essa questão, é preciso nos atentarmos para o fato de que as propriedades são passadas, com modificação, de modo mais próximo à transmissão horizontal, tal como uma epidemia, do que vertical, como a transmissão genética (Mufwene 2001, 2008). As propriedades transmitidas nunca são idênticas e não podemos negar a influência da interação social na aquisição e desenvolvimento linguístico da criança e também do adulto (Mufwene 2008:19). A transmissão linguística, dessa forma, diferentemente da biológica, acontece gradualmente e com modificações, à medida que as necessidades comunicativas emergem em decorrência da experimentação do falante em descobrir os meios para expressar suas ideias e sentimentos em determinados contextos, assim expandindo e/ou refinando suas estratégias linguísticas.

Embora isso marque uma grande diferença entre as línguas e as espécies biológicas em geral, a analogia nos permite focar em dois aspectos centrais da teoria linguística: a influência da ecologia na

68 De modo análogo à espécie viral, esse processo é contínuo e ocorre durante toda a vida dos hospedeiros/falantes.

formação dos idioletos individuais e as maneiras pelas quais os falantes individualmente afetam uns aos outros, por meio de atos comunicativos que eventualmente levam ao surgimento de normas comunais.

Isso posto, do ponto de vista das práticas linguísticas ou comunicativas, Mufwene (2001) aplica o termo *ecologia* a uma gama de fatores, internos e externos⁶⁹. O termo engloba tanto elementos que dizem respeito ao ambiente social em que os indivíduos estão inseridos, aos fatores de ordem socioeconômica que fundamentam as redes sociais em que os falantes se engajam, à história política e cultural dos povos, às línguas que efetivamente entram em contato, aos contatos e tipos de interação; os próprios falantes, seus repertórios linguísticos e suas preferências (Mufwene 2001, 2008; Mufwene et al. 2017). Esses elementos constituem a ecologia externa das línguas. A ecologia interna, por sua vez, está relacionada aos princípios e unidades que constituem cada língua (Mufwene 2001, 2008). Nesse sentido, apesar de o processo cognitivo que permite que os idioletos se desenvolvam nos hospedeiros, ou seja, nos indivíduos, ser o mesmo para todos os falantes típicos, as ecologias não o são. Isso significa que os idioletos são diferentemente afetados, ou reagem de diferentes maneiras às mudanças ecológicas⁷⁰.

Seguindo essa perspectiva, a emergência e difusão das línguas depende não do que elas próprias fazem, mas do que seus falantes fazem. Essa observação sugere que não se pode explicar de modo preciso a ecologia de uma língua se não forem levadas em consideração as estruturas das populações, ou ainda, a maneira como a comunidade se constitui (que interferirá nos tipos de interação entre os indivíduos), e os ambientes etnográficos em que as práticas linguísticas se desenvolvem, incluindo-se aí as estruturas socioeconômicas que levam os falantes a decidirem que propriedades linguísticas específicas são mais vantajosas para eles em eventos comunicativos específicos (Mufwene 2013b, 2014). Nessa direção, apresentamos o contexto sociopolítico que constituiu o pano de fundo da situação sociolinguística angolana no passado, nos capítulos anteriores, para que possamos compreender, em partes, as ecologias que garantiram a emergências das formas linguísticas que emergem atualmente, como será visto no capítulo seguinte.

69 Mufwene elucida que a essa distinção não tem a ver com a distinção tradicional entre “mudança externa” *versus* “internamente-motivada” na Linguística Histórica (2013b:319). Para ele, essa distinção sempre foi colocada de uma maneira muito curiosa na literatura, assumindo que, a menos que uma população que fale uma determinada língua tenha entrado em contato com outra, a mudança é *ipso facto* “internamente motivada” (Mufwene 2013b). Entretanto, ele nos chama a atenção para o fato de que mudanças nos padrões de interação de uma população linguística são desencadeadas a nível individual. Sendo assim, uma vez que as interações sociais são externas às línguas, e, estas, por sua vez, contam como um fator ecológico, a mudança, dessa forma, sempre será “externamente-motivada” (Mufwene 2013b:320).

70 As mudanças que afetam as línguas se referem ao acúmulo de mudanças que afetam os idioletos individuais dos falantes (Mufwene 2008:14).

Dessas constatações, podemos postular, então, duas questões centrais: (i) o que levaria um falante a internalizar certas propriedades em seus idioletos? E ainda, se as línguas funcionam enquanto extrapolações dos idioletos individuais, (ii) de que modo a ecologia agiria nos falantes individuais? Para respondê-las, a teoria lança mão novamente da correspondência biológica. Nos atentemos, então, aos processos de *competição* e *seleção* de traços, propostos pela teoria de Mufwene.

3.1.1 Da competição e seleção de traços linguísticos

Há vários fatores que podem afetar o que um falante pode ou não internalizar em seu idioleto, que se correlacionam diretamente às ecologias que o cercam. Uma vez que nem todos os membros da comunidade são iguais, não possuem as mesmas histórias e nem todos desenvolvem exatamente a mesma forma de se expressar, não é redundante reiterarmos que não apenas as línguas comunais, mas também os idioletos e as práticas linguísticas individuais, adotadas pelos falantes nos seus atos comunicativos, são elementarmente heterogêneos (Weinreich 1953; Trudgill 1986; Mufwene 2001, 2008; Aboh 2015, 2020).

Com efeito, ao constataremos que o fato de os falantes procurarem usar formas similares quando interagem e se comunicam, pressionados pelas ecologias que o cercam, direciona o desenvolvimento das formas linguísticas, sobretudo das propriedades comunais, podemos retornar às perguntas feitas acima, agora colocadas de outro modo: de que maneira as propriedades dos idioletos individuais emergem? Como a ecologia age nesse processo?

Mufwene nos elucida que o termo *competição*, normalmente associado à seleção (natural) na teoria evolucionária de Darwin, refere-se à condição de desigualdade que uma variante (propriedades, ou ainda, traços linguísticos) obtém dentre aquelas disponíveis aos falantes, com alguns fatores das ecologias, tanto interna quanto externa, favorecendo ou desfavorecendo algumas delas em detrimento de outras. A competição acontece quando há variação entre uma determinada propriedade linguística, seja fonológica, morfológica, sintática, semântica, pragmática. Os falantes são os que impõem a condição de desigualdade, baseando-se nos fatores ecológicos que guiam as suas interações e preferências. *Seleção*, por sua vez, se refere ao resultado das preferências, nem sempre conscientes, dos falantes pelas variantes mais dominantes ou menos marcadas⁷¹, por razões nem sempre óbvias.

71 Mufwene utiliza os termos “marcado/menos marcado” (do original *marked/less marked*, cf. Mufwene 2008:115) para se referir às propriedades que seriam mais ou menos preferidas pelos falantes, em condições específicas. Segundo ele, os traços menos marcados seriam os mais preferidos pelos falantes, ainda que de modo não consciente. Um critério que poderia explicar os princípios que levam um traço a ser marcado ou não poderia estar relacionado à distribuição

A depender das particularidades das ecologias que o cercam, o falante desenvolve o seu repertório linguístico. Nem todas as propriedades linguísticas que constituirão seus idioletos estarão disponíveis aos falantes: algumas delas podem ser mais dominantes que outras (Mufwene 2008:115) em certos contextos e menos em outros. Os princípios que favorecem ou não a seleção das propriedades ainda não são totalmente evidentes para os linguistas, mas Mufwene atribui o fato de que as propriedades menos marcadas e mais dominantes são mais elegíveis para que os falantes as selecionem. Elas são selecionadas a depender das ecologias e das necessidades comunicativas dos falantes, que se veem em uma situação na qual querem se expressar e serem compreendidos pelos outros. Geralmente, membros de uma mesma rede comunicativa⁷², ou mesmo da mesma comunidade de fala (em que várias redes comunicativas coexistem), selecionam propriedades (dominantes) semelhantes (Mufwene 2001).

Cada falante constrói seu idioleto por aproximação aos idioletos de outros falantes, sem serem instruídos explicitamente em como devem “configurar seus órgãos de fala” ou quais “regras” em particular devem seguir para se comunicarem efetivamente. Temos como exemplo prático os resultados obtidos das pesquisas em fonética experimental, os quais deixam evidentes o fato de que nenhum falante pronuncia um som exatamente como um outro falante, pelo menos de uma perspectiva física, da formação de um formante. Soma-se a isso as contribuições fornecidas por experimentações empíricas em áreas como a da sintaxe, em que um falante geralmente discorda da maneira e/ou da extensão em que certas restrições afetam determinadas regras, como em tarefas de aceitabilidade gramatical (cf. Mufwene 2008:117). Com efeito, segundo Mufwene, as “regras” das línguas seriam, na verdade, critérios construídos por analistas para capturar padrões que emergem das extrapolações que os falantes fazem, enquanto adquirem não tudo, mas “pedaços” do “sistema” linguístico, nas mais diversas ocasiões, com o intuito de se comunicar. Esse processo contribui para a variação inter-individual.

Em virtude desses fatos, observamos que os membros de uma comunidade de fala, ao interagirem entre si, contribuem com diferentes modelos fonológicos, lexicais, gramaticais,

estatística dentre às opções disponíveis ao falante. Contudo, esse critério nem sempre será o que motivará a seleção do falante por determinada propriedade (Mufwene 2008:129). Para a teoria, a marcação ou não de um traço linguístico é sensível à ecologia que o cerca.

72 De acordo com Mufwene (2001:26), os falantes interagem em forma de redes de comunicação (*networks*) de que participam (cf. Milroy e Milroy, 1985). Pode ser que um grupo de uma rede comece a usar um traço linguístico que é mais típico de uma rede diferente, mesmo quando a maioria dos membros das duas redes não interagem entre si, mas que possuem indivíduos que se deslocam entre elas; eles seriam a contraparte de “indivíduos dispersos entre distintos *habitats*” na biologia (Hanski 1996 apud Mufwene 2001), e os quais representam os agentes de transmissão linguística (Mufwene 2001:151), nesse caso. “They are the initial agents of the change, as they propagate linguistic features – like they would germs – from one community to another” (Mufwene 2001:151).

pragmáticos para aquilo que Mufwene chama de *feature pool*. Na tradução, usaremos o termo *banco de traços*. Esses modelos, ainda que pronunciados de forma similar, podem se diferenciar bastante, como na escolha das palavras, nas preferências por determinadas variantes gramaticais, morfológicas, sintáticas. As ecologias das interações, ou seja, os elementos que constituem a maneira como os falantes interagem, afetam os falantes variavelmente, os quais, por sua vez, engatilham a competição de traços para então selecionar, dentre aqueles mais dominantes, as propriedades para seus idioletos.

Figura 01: Formação de um banco de traços

Fonte: adaptado de Mufwene (2001:5)

A figura acima ilustra o mecanismo envolvido nos processos de reestruturação de uma variedade linguística em uma outra/nova variedade, por meio do contato de variedades preexistentes. Esse processo seria o modo comum através do qual ocorre o desenvolvimento de todas as línguas. A figura também nos mostra que o contato idioletal entre diferentes variedades (representado pelas camadas superiores e pela seta ao lado) produz um banco de traços (a camada intermediária) formado pelas propriedades das variedades em contato nos *inputs*. Os *outputs* (representado na camada inferior) são as variedades desenvolvidas de modo diferente das variedades que compuseram os *inputs* (camada superior). A imagem também sugere que muito pouco das propriedades dos *outputs* não foram “recicladas” das variedades que constituíram os *inputs* (Mufwene 2001:5). Para a teoria, o que faz as novas variedades serem reestruturadas não é somente as combinações específicas das propriedades selecionadas, geralmente de fontes diferentes, em novas formas, mas também a maneira na qual as

propriedades em si foram modificadas, “exaptadas”⁷³, para se encaixarem nas novas variedades nas quais farão parte.

As camadas intermediárias representam a “arena”, ou ainda, o banco de traços de onde os traços associados às mesmas funções gramaticais ou semelhantes passam a competir entre si. É também o *locus* da “mistura hereditária” (“*blending inheritance*”, Mufwene 2001:4), em que características semelhantes, mas não necessariamente idênticas, independentemente de suas fontes, se reforçam mutuamente, no sentido de que irão produzir variantes modificadas dos originais nas variedades emergentes. Mufwene nos lembra que uma vez que as línguas são abstrações, o contato ocorre na mente de cada falante. É ali que a informação é processada e os processos de competição-e-seleção entre as diferentes propriedades linguísticas, e de recombinação, que leva à formação de novas formas, acontecem. As variedades emergentes, por sua vez, representadas na camada inferior, podem ser concebidas enquanto itens recombinados resultantes do fenômeno da competição e seleção de traços linguísticos que fizeram parte do processo.

Mufwene deixa claro que não há uma relação de entrada/saída específica para o número de variedades. Pode haver menos saídas do que variedades de entrada e vice-versa, assim como o número pode ser igual. O que importa é que as estruturas das variedades de saída e entrada não são idênticas. Assim, apesar dos vieses sociais incorporados nas práticas de nomeação das línguas, as diferenças diacrônicas entre línguas não está no processo de reestruturação em si, mas sim no número e nos tipos de língua que entraram em contato, bem como nas condições ecológicas e identidades étnicas dos falantes (Mufwene 2001:6).

É preciso salientar que o diagrama ilustrado na Figura 01 simboliza a representação de qualquer prática linguística em contato. Todos os idioletos que entram em ~~em~~-contato podem vir a afetar as estruturas das formas emergentes, uma vez que contribuem para a adição de recursos ao banco de traços, aumentando a complexidade da condição de competição (Mufwene 2001, 2008). Por exemplo, línguas que permitem predicados adjetivos sem cópula tornariam esta opção sintática uma alternativa para os falantes, como de fato veremos no capítulo seguinte. Em alguns casos, a ecologia simplesmente favorece uma opção que já estava disponível em algumas das variedades, mas era estatisticamente insignificante para produzir a mesma produção sob diferentes condições ecológicas. Isso inclui, ainda, termos alternativos sobre um mesmo conceito, pronúncias divergentes para a mesma palavra ou também uso de estratégias gramaticais alternativas (Mufwene 2008:19) para caracterizar o

73 Mudanças nas funções de uma propriedade.

mesmo evento. Isso significa que os traços selecionados pelos diferentes falantes não são igualmente qualificados por eles ainda que em condições ecológicas similares, haja vista que algumas línguas sobrevivem em certos lugares, mas não em outros semelhantes.

Mufwene também nos lembra que o processo de seleção não precisa ser necessariamente consciente, uma vez que os falantes dão ênfase normalmente à comunicação, mesmo que isso signifique apenas ser compreendido, sem saber de antemão como as escolhas de línguas ou de traços que eles fazem afetarão o futuro de seus idioletos (Mufwene 2001, 2008, 2016). Sendo assim, de forma semelhante à complexidade algorítmica, a complexidade linguística pode ser estimada com base nos processos cognitivos exigidos pela mente (concebida como o estado do cérebro em atividade) para produzir ou processar uma mensagem (Mufwene et al. 2017). Durante a aprendizagem ou aquisição de uma variedade linguística, a recombinação dos “pedaços” linguísticos permite que o indivíduo, seja a criança ou o adulto, selecione propriedades linguísticas relevantes dos diversos *inputs* aos quais está exposto e, assim, capaz de reorganizá-las em diversas “peças” gramaticais; estas, posteriormente, se desenvolverão em um idioleto, ou ainda, em ‘gramáticas híbridas’ (Aboh 2015). Nesse aspecto, Aboh (2020), em complementação com a teoria de Mufwene, propõe que o que o falante internaliza é um ‘arco-íris de peças gramaticais’ (“a rainbow of pieces of grammars”, cf. Aboh 2020) que são recombinadas na comunicação.

Alguns estudos recentes (Ghyselen 2016, citado em Aboh 2020), sobre etnoletos em comunidades urbanas, mostram que tais recombinações ficam mais à mostra quando as variantes (registros ou dialetos de um mesmo padrão) são mais contrastivas quando envolvem línguas tipologicamente e geneticamente diferentes. Em virtude disso, segundo essa perspectiva, então, o falante sempre opera em situação multilíngue, no sentido de sempre estar inserido em um ambiente heterogêneo no qual múltiplas propriedades gramaticais estão em permanente competição. Sendo assim, nenhum ambiente é estritamente monolíngue: a recombinação ocorre em todos os contextos de interação e contato e pode atingir todos os módulos linguísticos em diferentes graus. Como a recombinação linguística gera uma nova forma de duas (ou mais) unidades linguísticas independentes, sua saída é híbrida por definição⁷⁴ (Aboh 2015: 305).

Os idioletos são alimentados por diferentes *inputs* (aos quais os falantes são expostos durante toda a vida) que consistem em um estado osmótico, uma vez que nunca são os mesmos. São os *inputs*

⁷⁴ Do original: “recombination happens in all contexts of contact and can target all modules of grammar to different degrees. Because linguist recombination generates a new form out of two (or more) independent linguistic units, its output is hybrid by definition” (Aboh 2015:305).

que definem a gama de variação dos traços linguísticos (Mufwene 2001). Uma vez que a variação entre as variedades é estabelecida, dado o contato entre elas, a competição de traços estabelece a condição de desequilíbrio entre as variantes das línguas que irão compor o banco de traços, com alguns dos fatores da ecologia agindo a favor ou contra a dominância de determinado traço (Mufwene, 2008:20). Subsequentemente, a seleção opera (nos e através dos indivíduos) estabelecendo qual(is) traço(s), e, em última instância, qual(s) variante(s) prevalece(m) sobre outra(s) (Mufwene 2014:19). Os *outputs*, por sua vez, aquilo que *resulta*, em cada ato comunicativo, das recombinações fazem parte das respectivas gramáticas mentais, então, eminentemente híbridas (Aboh 2015) dos falantes⁷⁵. A variedade que prevalece é a ganhadora de uma “vitória pírrica” (Mufwene 2001:162), já que se adapta ao falante e aos contextos de comunicação (que fazem parte da ecologia). As línguas/variedades se adaptam às respostas dos seus novos hospedeiros enquanto afetam, ou eliminam, outras espécies linguísticas com as quais entram em contato. Os padrões linguísticos podem, assim, ser rearranjados de diferentes maneiras, sem que isso acarrete algum tipo de valoração quanto à sua complexidade: são dinâmicos, adaptativos e complexos, que se modificam de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes devido às pressões ecológicas (Aboh 2015, 2020; Mufwene 2001, 2008, 2014; Mufwene et al. 2017).

A ecologia seria então o fator fundamental que “lança os dados”⁷⁶ sobre o processo de competição e seleção tanto nos indivíduos de uma espécie quanto sobre as espécies que compartilham o mesmo *habitat*. Contudo, a coexistência de duas ou mais populações em uma mesma área geográfica não é condição suficiente para que as mudanças linguísticas ocorram: é essencial que haja interação entre elas.

3.2 Da importância do contato à evolução linguística

Na abordagem de Mufwene (2001, 2008), a mudança linguística, motivada pelas interações e pelo contato entre os idioletos, implica que algumas características são selecionadas a despeito de outras, levando assim à formação de novas variedades, algumas vezes relativamente distantes das línguas que lhes deram origem. Embora os fatores biológicos, como diferenças anatômicas individuais, também impactem o processo de competição e seleção, são as ecologias externas, tais como fatores sociais, culturais, históricos, geográficos ou econômicos, que ao imporem as

⁷⁵ Em condições favoráveis, a recombinação de traços pode gerar inovações, extrapolar o idioleto do falante e ser convencionalizada na língua da comunidade (Aboh 2015, 2020), desencadeando o processo de mudança linguística.

⁷⁶ Mufwene utiliza o termo “*rolls the dice*” para salientar a importância da ecologia no processo de seleção e competição (Mufwene 2001:21).

condições nas interações humanas eventualmente determinam a estrutura ou o tipo da língua comunal emergente.

De uma perspectiva linguística, o tipo de economia desenvolvida em uma localidade em particular molda tanto os tipos de interação que se desenvolvem ali (quem interage com quem), como a espacialização dessas interações (onde as pessoas interagem), sua periodicidade e as restrições externas que exercem sobre elas. Nesse sentido, os movimentos populacionais são fatores essenciais capazes de engatilhar o surgimento e desenvolvimento da diversidade na evolução de variedades linguísticas (Mufwene 2008:70) e o eventual desaparecimento de outras. Mufwene (2001) demonstra que os tipos de colonização e as ondas migratórias, em diversos períodos, são fundamentais para explicar os resultados linguístico em cada situação, já que as maneiras como ocorreu a integração/segregação e o contato entre os mais diversos grupos contribuem para a formação de novas variedades. Cita como exemplo as diferentes formas de colonização (ex.: comércio, exploração, assentamento), as quais produziram ecologias socioeconômicas e culturais particulares e que eventualmente impactaram na estrutura dos contatos linguísticos e na evolução das línguas. Esses movimentos são fundamentais para explicar de que modo as populações se estruturaram e no que se constituíam as ecologias nos quais os processos de competição e seleção se deram e que levaram, em última instância, à mudança linguística a nível populacional observada atualmente. Eles também nos evidenciam a capacidade altamente adaptativa que fundamenta as línguas.

Um outro aspecto da evolução linguística deve ser acionado dentro dessa perspectiva, e que contribui para a nossa análise. Existe uma narrativa consolidada, especificamente nos estudos sobre evolução das línguas e o surgimento da diversidade linguística, que, em grande parte, sofre de um viés monolíngue: assume-se que as línguas humanas tenham evoluído de uma única comunidade isolada compartilhando a maioria e as mesmas convenções de fala (Evans 2018), a dominação de uma ideia de que o monolinguismo seria o padrão (Evans 2018). Contudo, devemos considerar a possibilidade de que diferentes populações de *Homo sapiens* produziram padrões proto-linguísticos diversos, ainda que nos mesmos estágios da evolução anatômica humana e sob pressões socioecológicas relativamente semelhantes (Mufwene 2013a:53).

Uma abordagem sobre como a diversidade linguística surge tendo como ponto de partida um viés poligenético, portanto, é mais plausível do que a alternativa de explicá-la a partir da perspectiva monogenética. Evidências paleontológicas disponíveis não sugerem que os humanos modernos surgiram em um único local específico na África Oriental, nem que eles esperaram até que tivesse sido

inventada uma língua comum antes de se dispersar (Mufwene 2014:21). Assim, podemos muito bem falar da evolução ou emergências das línguas humanas no plural, no sentido de enfatizar idioletos individuais distintos emergindo mais ou menos simultaneamente (Mufwene 2014). É muito provável que não tenha havido uma única língua original a partir da qual os ancestrais das línguas modernas se desenvolveram (Mufwene 2014).

Segundo a teoria da evolução em termos ecológicos que estamos adotando, as estruturas mentais e anatômicas, em constante evolução (portanto, diacronicamente variáveis), dos hominídeos e humanos desempenharam um papel muito significativo na determinação de quais tipos específicos de língua(s) poderiam emergir de trocas cada vez mais ricas e mais complexas de informações, nas quais os falantes se engajavam (Mufwene 2014). Dessa forma, diferentes aspectos dos repertórios linguísticos teriam sido criados entre as populações também distintas, e, então, espalhadas pelos indivíduos, que forneceram as bases para o mosaico linguístico atual. Traços úteis desenvolvidos em certos grupos teriam sido adotados por outros, por meio da interação, e a recombinação de formas distintas teria promovido a complexificação — introduzindo conjuntos de ferramentas linguísticas e escolhas semióticas mais precisas (Evans 2018). Nesse sentido, podemos constatar que o multilinguismo não apenas é o mecanismo primordial e necessário para o surgimento do conjunto de habilidades que chamamos língua (Evans 2018), como demonstrado nas seções anteriores, como também, muito provavelmente foi a resposta evolutiva natural mais coerente do início de nossa história falada.

Assim, segundo essa perspectiva, à medida que a vida social se tornou mais sofisticada, os mecanismos comunicativos que evoluíram para atender às crescentes demandas por uma comunicação mais explícita, elaborada e/ou eficaz também evoluíram com mais sofisticação e complexidade arquitetônica (Mufwene 2014: 29). Para Mufwene, o papel da mente não deve ser subestimado. Ela é a responsável pelo surgimento de culturas humanas complexas, que emergem das interações também complexas (entre si e com suas ecologias físicas), que a comunicação linguística deve corresponder. Para a teoria adotada, a anatomia e a mente humanas são os fatores ecológicos mais elementares que influenciaram a evolução das línguas, filogeneticamente e historicamente. Elas funcionam como um filtro, que propicia a interpretação que cada indivíduo faz das pressões vindas do ambiente social e como ele responde a elas, e a todos os outros fatores ecológicos que influenciam a evolução linguística (Mufwene 2014:28).

Eventualmente, pressões tiveram que surgir para que os falantes pudessem ser capazes de se comunicar por meio de formas distintas para se referirem e situar estados de coisas no tempo e no espaço. Várias populações devem ter achado útil identificar algumas combinações de sons com significado mínimo que pudessem ser usadas repetidamente para gerar novas palavras, por exemplo, e que podiam ser facilmente compreendidas por ouvintes que não estavam familiarizados com elas (Mufwene 2014:31). Assim, domesticando suas próprias anatomias, os hominíneos/humanos desenvolveram tecnologias comunicativas fonéticas e gestuais que eventualmente evoluíram para as línguas modernas. As línguas faladas só podiam incorporar sons e combinações que os hominídeos/humanos fossem capazes de produzir, perceber e processar facilmente e semelhantemente deve ter ocorrido com as seleções específicas de formas e movimentos gestuais que compõem as línguas de sinais (Mufwene 2014). Partindo dessa perspectiva, os próprios inventários fonéticos podem ter evoluído de forma incremental, para facilitar a criação de vocabulários maiores, à medida que as populações humanas se tornaram mais adeptas à complexidade dos mecanismos comunicativos emergentes (Mufwene 2014:31).

Do ponto de vista evolutivo (Mufwene 2001), as mudanças emergem da vitalidade da variedade das línguas e na combinação das suas propriedades; nem todas as variedades linguísticas possuem um percurso marcado pelas mesmas mudanças e muito menos percorrem um caminho evolucionário idêntico, mesmo se passam por ecologias similares. Os atos individuais dos falantes se acumulam no sentido de produzirem diversidade tanto na evolução da língua quanto nos padrões linguísticos da comunidade linguística, mas nem todos os padrões emergentes se reproduzem de forma a serem incorporados a nível comunal. Desse modo, uma comunidade linguística permanece viva independentemente do fato de alguns idioletos desaparecerem e outros emergirem (Mufwene 2008). Por outro lado, as línguas tipicamente não morrem abruptamente: esse processo ocorre gradualmente; além disso, elas podem morrer em certos locais ou prosperar em outros. Não há um momento de concepção, ou um período de gestação ou incubação das línguas. Elas são identificadas *post factum*, ou seja, após uma variedade particular ter sido identificada como (significativamente) diferente de uma população anterior (Mufwene 2008:15).

A realidade da competição de uma língua viva, as negociações contínuas que se desenvolvem nos atos comunicativos dos falantes ao interagirem entre si, a relevância tanto de fatores estruturais quanto não estruturais que participam da seleção que os falantes fazem, bem como a acumulação e

disseminação da recombinação desses novos elementos selecionados constituem as ecologias nas quais os falantes se encontram e que determinam a trajetória evolutiva de uma língua.

3.3 Um contraponto ao excepcionalismo

Os primeiros estudos sistemáticos sobre línguas crioulas e pidgins surgem ao final do século XIX, desenvolvidos principalmente por Hugo Schuchardt, em oposição aos neogramáticos (cf. Paixão de Sousa 2010). Schuchardt tinha como propósito estabelecer uma alternativa ao pensamento então hegemônico, mirando o lado oposto do horizonte visível para a linguística praticada na época. Observou pioneiramente que toda a mudança fonética é irregular e se articulou para propor uma teoria que abarcasse “regularidades nas irregularidades” das mudanças linguísticas. Muitas das hipóteses sobre a gênese e o desenvolvimento de línguas crioulas propostas atualmente aparecem inicialmente ali de forma embrionária (Meijer e Muysken 1977). Neste âmbito, nota-se não só a busca pelo entendimento da constituição de línguas mistas (*mixed languages*), como também da natureza daquelas que se afastavam do padrão indo-europeu, faladas pelos “escravos da colônia”, os nomeados “*Negro Portuguese*”, “*Negro English*”, “*Bush Negro of Surinam*” (Schuchardt 1914c).

Nesse contexto, o tratamento tradicional quanto à categorização de línguas chamadas crioulas e pidgins, ou de variantes que se afastam da língua padrão europeia, tipicamente assume a posição de que elas teriam se desenvolvido de modo “anômalo, “não-usual” (cf. Hock & Joseph, 1996, citado em Mufwene 2008:16), sendo então caracterizadas como formas linguísticas “imperfeitas” (Schuchardt 1914c), “reestruturadas” (Holm 1987), “excepcionais” (Thomason e Kaufman 1988), ou até mesmo “aberrações” (Bloomfield 1933:471 apud Holm 1987). Como consequência, surge o interesse em encontrar uma unidade, que passou a ser conhecida como universais constitutivos das línguas crioulas (ou “*Creoles Universals*”), características que pudessem tanto atestar quanto aproximar as divergências entre elas, tendo como motivação a investigação da influência das “línguas africanas”⁷⁷ na formação desses novos padrões. É preciso reconhecer a autenticidade e pioneirismo do trabalho de Schuchardt, mas é evidente que o contexto histórico no qual a pesquisa sobre a emergência dessas práticas linguísticas surge foi crucial para determinar os fundamentos que embasavam o seu desenvolvimento durante o século que se seguiu. Eles se ancoravam em três características principais: (1) a separação dos estudos de línguas crioulas dos interesses dos falantes; (2) a necessidade de defini-las como

⁷⁷ Indico com aspas o termo uma vez que, muitas vezes, elas não eram especificamente discriminadas e apenas usadas com esta marcação unitária.

estruturalmente dependentes e simplificadas; (3) na divisão de trabalho entre aqueles que produzem, aqueles que coletam e aqueles que analisam dados das línguas crioulas (Meijer e Muysken 1977).

Se olharmos de um ponto de vista histórico, o conhecimento produzido dentro desta área ocorreu durante um período no qual os falantes de línguas consideradas crioulas eram considerados “menos que humanos” (Makoni e Pennycook 2006), e os que posteriormente vieram muito deste viés se inspiraram. Muitas das pesquisas produzidas no século XIX sobre essas línguas foram moldadas pelo mesmo racismo que caracterizava e justificava a escravidão (Meijer e Muysken 1977), e tinham como base uma ideologia que procurava diminuir as características culturais e linguísticas dos falantes de tais variedades em comparação com o padrão europeu (Degraff 2005:546). É importante pontuar que o pesquisador também é parte de uma determinada cultura e sociedade em um dado momento, sem estar livre de reproduzir hábitos tendenciosos, já que toda perspectiva é parcial. Assim, são reféns de vieses sociais recheados de concepções por vezes preconceituosas que se materializam nas suas pesquisas. Um exemplo evidente pode ser conferido nos excertos de Bertrand-Bocande, administrador colonial francês, sobre a emergência de padrões linguísticos da colônia portuguesa:

Está claro que as pessoas acostumadas a se expressar em uma língua bastante simples não podem facilmente elevar sua inteligência ao gênio de uma língua europeia. Quando estiveram em contacto com os portugueses e foram obrigados a se comunicar com eles, falando a mesma língua, foi necessário que as variadas expressões adquiridas ao longo de tantos séculos de civilização se despissem de sua perfeição, para se adaptarem às ideias e às formas bárbaras das línguas de povos quase selvagens⁷⁸.

(1849 apud Meijer e Muysken 1977:22)

As suposições de Bertrand continham princípios que correlacionavam diretamente o nível de civilização e a complexidade da linguagem; e a concepção de que as línguas europeias conteriam muitas distinções morfológicas e categorias sintáticas que seriam difíceis de serem aprendidas pelos africanos, de modo que isso provocaria o surgimento de uma língua crioula. Ainda que preconceituosas, essas generalizações foram consideradas suficientes para explicar a maioria dos fatos observáveis sobre as línguas crioulas, inclusive para estabelecer a posição sociolinguística em que elas se situavam e o gradiente de variação que as ligam à língua da colônia, no caso, indo-europeia (Meijer e Muysken 1977)

78 Do original: “it is clear that people used to expressing themselves with a rather simple language cannot easily elevate their intelligence to the genius of a European language. When they were in contact with the Portuguese and forced to communicate with them, speaking the same language, it was necessary that the varied expressions acquired during so many centuries of civilization dropped their perfection, to adapt to ideas being born and to barbarous forms of language of half-savage people”.

Outras fontes institucionais da época também bebiam da mesma ideia. O *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, editado por Pierre Larousse (1869), fornece a seguinte definição de língua crioula: “A língua crioula, em nossas colônias, na Louisiana e no Haiti, é um francês corrompido em que se misturam várias palavras espanholas e galicizadas. Essa língua, muitas vezes ininteligível na boca de um velho africano, é extremamente doce na boca de falantes de crioulo branco”⁷⁹ (Meijer e Muysken 1977:22). E também nas palavras do próprio Shuchardt (1914c:92): “o branco era o professor do negro (...). O negro o imitava”⁸⁰.

A motivação proeminente para estudar crioulos no século XIX veio do campo da linguística românica. Tradicionalmente, os estudiosos engajados nesta área se preocupavam com a questão de como explicar o desenvolvimento do latim em uma série de línguas diferentes e mutuamente “ininteligíveis”. Várias teorias foram propostas, mas nenhuma delas pôde ser provada de forma conclusiva (Meijer e Muysken 1977).

Dentro desta tradição, geralmente não é questionável o fato de as línguas românicas terem se desenvolvido também de recombinações advindas do contato, mais precisamente o que resultou no chamado latim vulgar (Mufwene 2001). Mesmo que a noção de substrato tenha sido desenvolvida na romanística, pouco se fala nas contribuições das línguas célticas quanto ao desenvolvimento das línguas românicas (Mufwene 2001:139). Com a confiança de que a mudança linguística se dava unicamente devido a motivações internas à estrutura linguística, há poucas menções também de outras línguas no processo, como as influências do árabe e línguas frâncicas (Mufwene 2001). Mufwene nos lembra que o termo/processo de *crioulização* envolve três fatores: espaço (a exemplo, colônia de povoamento), tempo (por exemplo, a expansão colonial dos séculos dezesseis-dezenove) e as pessoas (os agentes linguísticos e culturais no contato). Esses três fatores somados seriam aquilo capaz de explicar porque as línguas crioulas são distintas das línguas que lhes originaram. Isso significa que as diferenças evolutivas entre o que produziu uma língua crioula de outra variedade considerada não crioula recaem tão somente nas ecologias que as cercaram durante a sua emergência.

Esses fenômenos, portanto, refletem o processo adaptativo dos idioletos nas ecologias com as quais entram contato. Sendo assim, as línguas românicas não evoluíram do latim vulgar em velocidade mais lenta que qualquer língua considerada crioula (Mufwene 2001:140). As mudanças aconteceram de maneira natural, pelo mesmo processo; os idioletos previamente usados pelos falantes, quando

79 Do original: The creole language, in our colonies, in Louisiana and Haiti, is a corrupted French in which several Spanish and gallicized words are mixed. This language, often unintelligible in the mouth of an old African, is extremely sweet in the mouth of white creole speakers.”

80 Do original: “the white man was the teacher of the black man (...). The black man mimicked him”.

inseridos nas novas ecologias, adaptam-se e contribuem para a emergência de novos padrões, e as suas divergências provavelmente são de natureza muito mais sócio-históricas que necessariamente linguísticas.

Somente no fim do século XX, essas concepções que, de alguma maneira, se tornaram consolidadas na área, começam a ser de fato questionadas. Degraff (2005:534) repreende essa atitude de se perpetuar o “mais perigoso mito” do excepcionalismo na crioulista: “a afirmação de características anormais e excepcionais na diacronia e/ou sincronia das línguas crioulas como uma classe”⁸¹. E vai além ao dizer que a ideia excepcionalista foi postulada com a finalidade de resolver a contradição de como os escravizados poderiam ser falantes de línguas “normais” mesmo sendo considerados seres humanos inferiores (Makoni e Pennycook 2006). Não há excepcionalidade no processo evolutivo de nenhuma língua; as condições ecológicas podem mudar, mas o fenômeno é inerentemente o mesmo. Dessa maneira, como a emergência das línguas chamadas crioulas possui uma história mais recente, nos é permitido observá-las e investigar com mais clareza o funcionamento desse processo. Partindo desta perspectiva, elas nos fornecem um prisma no qual é possível ver a maneira como decorre o desenvolvimento de todas as línguas.

As línguas denominadas crioulas podem nos mostrar que toda língua natural emerge de um processo de hibridização (Aboh 2015). Como vimos, as variedades linguísticas são híbridas por definição, uma vez que o falante tece as diferentes propriedades selecionadas nos *inputs* aos quais é exposto durante as práticas linguísticas durante os atos comunicativos. Assim, qualquer padrão linguístico emergente também é complexo. Nesse sentido, discussões que se referem a uma suposta simplicidade gramatical das línguas crioulas, portanto, parecem inadequadas, já que muitas vezes ignoram as questões relacionadas à complexidade dos processos que caracterizam a emergência dos padrões linguísticos como visto nas seções anteriores (Aboh 2015, 2019).

Embora as teorias raciais do século XIX tenham sido rejeitadas por muitos linguistas dos séculos XX e XXI, alguns aspectos problemáticos da crioulista do século XIX ainda hoje são atestados (Mufwene 2001; Degraff 2005). Infelizmente, os pressupostos do discurso colonial que fundamentaram os preceitos e o início da formação especificamente da linguística de contato, há mais de um século, continuam vivos e ainda permeiam os estudos atuais.

81 Do original: “the postulation of exceptional and abnormal characteristics in the diachrony and/or synchrony of creole languages as a class”.

3.3.1 Sobre o tratamento do português falado em Angola na literatura

As primeiras descrições do português falado em Angola nos remetem novamente aos trabalhos de Hugo Schuchardt, quem, em 1888, em um artigo, *“On Creole Portuguese”*, se propõe a descrever o que chama de *“mainland creole”* (Schuchardt 1888:60), falado na costa de Angola e Moçambique. Schuchardt baseou seu trabalho em dados e comentários coletados a partir de relatos de pessoas que viviam nessas áreas, e descreveu o português falado por elas como “bastante corrompido” (ibid. 67). A variante não foi percebida como uma variedade distintamente angolana de português, mas sim como um conjunto mais ou menos sistemático de desvios da norma do português europeu (EP) (Inverno 2010:16).

Até recentemente, poucas obras de referência em linguística tampouco obras gerais sobre variedades do português em todo o mundo mencionavam a existência de uma variedade angolana do português (Inverno 2010:17). No primeiro caso, o português era descrito como uma língua extremamente homogênea e apenas duas variedades eram reconhecidas: o PE e o português brasileiro (Castilho 1994 citado em Inverno 2010). Mesmo que diferentes práticas resultantes do contato linguístico fossem reconhecidas por alguns autores, no geral a ênfase se dava na descrição dos crioulos de base portuguesa, na busca por uma unidade sistêmica do português em oposição à sua diversidade e na aplicação de políticas linguísticas que pudessem promover a substituição de práticas divergentes pelo português (Inverno 2010).

De fato, o foco principal dos dialetologistas portugueses da época era a descrição de apenas duas variedades regionais do português reconhecidas, o português europeu e o português brasileiro. Outras práticas, incluindo as faladas na África em geral e em Angola em particular, foram simplesmente deixadas de fora dos estudos dialetológicos ou receberam muito pouca atenção (Inverno 2010:43). Quando pontuadas, como nos trabalhos de Valkhoff (apud Inverno 2010), eram consideradas variantes que “esporadicamente desviavam da norma”, ou que representavam “formas mais ou menos crioulizadas” (Valkhoff 1975 citado em Inverno 2010), caracterizadas como “crioulo secundário” (*“secondary creole”*), ou ainda como “português crioulo” ou “baixo português”, que seria remanescente de um pidgin antigo de base portuguesa (Inverno 2010).

Além disso, tanto trabalhos iniciais como os de Schuchardt, como o de muitos outros que a partir de então surgiram, as fontes usadas para análise eram primordialmente escritas e pouca ou nenhuma atenção foi dada ao estudo detalhado do contexto sociolinguístico em Angola,

particularmente (Inverno 2010:17). Isso se torna duplamente problemático, uma vez que a dependência exclusiva de fontes escritas e a ausência de dados sociolinguísticos específicos das regiões pesquisadas tendem a reproduzir uma visão puramente europeia da história e a legitimar a suposição de que esta visão seria “universal”, já que é isso o que aparece nas “fontes oficiais” (Green 2019:12). Como aponta Inverno (2010:82):

Somente após a independência de Angola de Portugal em 1975 houve uma consciência crescente entre os linguistas, especialmente os angolanos, de que um novo vernáculo em formação estava se espalhando por todo o país como primeira ou segunda língua da população. Os poucos trabalhos disponíveis sobre esta nova variedade consistem principalmente em enumerações das características que a distinguem do PE, sejam neologismos e empréstimos de línguas Bantu (Endruschat 1989; Mingas 2000) ou características morfosintáticas específicas (Endruschat 1990; Gärtner 1989, 1997; Vilela 1995, 1999). Os dados utilizados nestas obras não são isentos de problemas, na medida em que são principalmente retirados de corpora escritos (por exemplo, obras literárias, jornais e revistas angolanos e cartas)⁸².

Como coloca Inverno (2010), a mudança de perspectiva nos estudos do contato linguístico na África em geral e das variedades do português regionais começa a surgir em meados dos anos 1970, após a independência da maioria das ex-colônias portuguesas africanas. A ênfase dos trabalhos publicados durante este período ainda se baseava na descrição de empréstimos e transferências lexicais, mas ao contrário da maioria dos trabalhos anteriores, estudiosos perceberam que para se ter uma descrição sólida do contato linguístico no contexto africano era preciso uma análise aprofundada de questões sociolinguísticas nas quais essas novas práticas emergiam (Inverno 2010:39).

Mesmo com essa percepção, descrições recentes do português falado em Angola também continuam a fornecer pouca ou escassas informações sociolinguísticas sobre os falantes e suas comunidades de fala.

A falta dessa informação levanta vários problemas (...). A falta de informação sobre a idade, sexo, profissão e nível de instrução dos falantes, etc., torna impossível avaliar o papel que estes fatores desempenham, se houver, na configuração da estrutura linguística do português falado em Angola. Além disso, (...) muito poucos autores realmente comparam seus dados [português angolano] com dados semelhantes nas línguas bantu, a fim de deixar claro como essa interferência pode ter ocorrido (por exemplo, Inverno 2006; Mendes 1985; Mingas 2000)⁸³.

(Inverno 2010:19)

82 Do original: “only following Angola’s independence from Portugal in 1975 was there growing awareness among linguists, especially those in Angola, that a new contact vernacular in the making was spreading throughout the country as either a first or second language of the population. The few available works on this new variety consist mostly of enumerations of the features that distinguish it from EP, whether neologisms and borrowings from Bantu languages (Endruschat 1989; Mingas 2000) or specific morphosyntactic features (Endruschat 1990; Gärtner 1989, 1997; Vilela 1995, 1999). The data used in these works is not unproblematic, in that it is mostly drawn from written corpora (e.g. literary works, Angolan newspapers and magazines, and letters)”.

Ademais, estas descrições continuam a focar principalmente nas variedades do português faladas nos grandes centros urbanos, nomeadamente Luanda e Lubango (Inverno 2011). Atualmente, como bem coloca Inverno (2010) este panorama vem se modificando uma vez que o português falado em Angola não só é objeto de estudo de várias teses de mestrado (ex. Cabral 2005; Inverno 2006 citado em Inverno 2010), de dissertações de doutoramento (ex. Chavagne 2005; Inverno 2010; Adriano 2014) e de outros trabalhos acadêmicos (Petter 2008), mas também está incluído em vários projetos de corpora linguístico em Portugal e no Brasil, e é selecionado como tema de um número crescente de artigos oferecidos em conferências internacionais (Inverno 2010), o que tem contribuído para mudar significativamente a percepção dos linguistas sobre esta variedade em questão.

Ainda assim, muitas considerações teóricas seguem perpetuando uma linha de raciocínio “eurocentrada”. Os mitos do monolinguismo, de que aspectos da mudança linguística ‘dos portugueses’ falados fora de Portugal são frutos unicamente de “simplificações” da norma-padrão europeia – e não obstante de inovações advindas da seleção de traços linguísticos que compõem o banco de traços disponíveis ao falante –, de que a situação linguística da região tenha se originado da “aleatoriedade” advinda da “aquisição imperfeita do português”, ou de que este passa por um processo tanto de “crioulização” ou de “descrioulização”, a depender se se aproxima ou não da norma-padrão do PE, e o não-reconhecimento de que tais práticas na verdade são osmóticas e inerentemente multilíngues ainda coloca problemas para os estudos da área.

Em busca de uma teoria que seja menos eurocêntrica e mais justa (Ameka e Terkourafi 2019), é preciso tanto reconhecer que o contato está presente em todo lugar, que é a peça fundamental para que haja o desencadeamento de mudanças nos padrões linguísticos (em nível individual) e da consequente evolução da língua (a nível comunal), bem como assumir que o fenômeno de competição-e-seleção é o modo típico das mudanças de todos os padrões de qualquer comunidade linguística a qualquer momento. Os idioletos são osmóticos e heterogêneos e a principal causa da transmissão linguística consiste nas reproduções, nunca idênticas, das formas linguísticas nos atos individuais dos falantes (Mufwene 2001:162). A “balança de poder” (Mufwene 2008:23) entre as variantes pode se modificar quanto mais os idioletos ficarem expostos às novas redes e/ou ecologias: o que pode ser uma (ou mais) propriedade marginal em alguma comunidade linguística pode se tornar dominante em outra.

83 Do original: “The lack of this information raises several problems (...). The lack of information on the speakers’ age, gender, profession and level of instruction, etc. makes it impossible to evaluate the role these factors play, if any, in shaping the linguistic structure of the Portuguese spoken in Angola. Moreover, (...) very few authors actually compare their [Angolan Portuguese] data with similar data in the Bantu languages in order to make clear how that interference may have occurred (e.g. Inverno 2006; Mendes 1985; Mingas 2000)”.

As populações estão sempre migrando para novos *habitats* e o processo evolutivo é um fenômeno natural que advém tão somente do contato entre idioletos (Mufwene 2008: 23).

3.4 Breves Conclusões

As ecologias que estruturam uma população – quem ali vive, sob quais condições seus membros podem interagir entre um grupo ou entre outras populações –, se constituem como elementos fundamentais para que a evolução linguística ocorra. Tanto a maneira como ocorre o contato quanto deslocamentos migratórios influenciam o processo de competição e seleção das propriedades que irão afetar os idioletos. Eventualmente, os falantes produzirão novas e divergentes variedades de língua.

Tudgill (1986) já dizia que mesmo sem a presença de africanos e europeus na América, as variedades norte-americanas do inglês acabariam em um resultado diferente das variedades do inglês da Grã-Bretanha. Evidências que validam essa conclusão vêm do fato de que os “ingleses” falados na Austrália, Nova Zelândia, Ilhas Malvinas, Índia, todos se constituem de formas distintas. Isso reflete, em parte, as diferenças específicas quanto à composição do banco de traços linguísticos que competiram entre si (e que ainda competem) nessas colônias. Assim, em um plano ideal, até mesmo se as propriedades levadas a esses territórios fossem as mesmas, a prevalência entre as variantes divergiria.

Os primeiros trabalhos sobre línguas africanas e sobre as variantes emergentes pós-coloniais foram feitos em sua grande maioria por missionários e linguistas que detinham um olhar sobre essas línguas que muitas vezes impunha categorias dos estudos indo-europeus ao classificá-las, sob uma perspectiva monolíngue da evolução linguística. Nesse sentido, a classificação linguística nessas abordagens adota uma perspectiva que geralmente exclui práticas que evidenciam “misturas” linguísticas (*mixed languages*, *interlanguages*, *pidgins*), crioulos e maneiras de se usar a língua então consideradas excepcionais (Makoni e Pennycook 2006). Devido a condições nada ideais de como alguns desses trabalhos começaram e ainda hoje são desenvolvidos, com base em premissas de um ideário mítico no qual os sistemas linguísticos (principalmente de um ponto de vista indo-europeu) seriam homogêneos (cf. Schleicher 1853, apud Holm 1987), é necessário levantar questões sobre a natureza dos estudos de processos evolutivos outrora considerados consolidados.

No caso do imperialismo europeu que se inicia no século XV, os africanos escravizados, sequestrados de seus locais de origem e forçadamente enviados para outros ambientes, tiveram

conjuntamente seus respectivos idioletos transplantados para outras ecologias. Assim, a simplificação reducionista acerca dessa realidade tem como consequência o apagamento da diversidade não só cultural e socioeconômica, como também linguística, na qual os escravizados estavam inseridos. As novas recombinações que passam a ser chamadas de línguas crioulas representam os efeitos linguísticos de economias globais baseadas na migração forçada e no trabalho escravizado nas respectivas colônias europeias (Aboh 2015). O idioleto que prevalece, na realidade, é vencedor de uma vitória pírrica (Mufwene 2001:162) de adaptação às novas ecologias enfrentadas pelos falantes nos contextos comunicativos, processo pelo qual todas as línguas passam.

Desse modo, podemos considerar não que línguas crioulas seriam “línguas normais”, mas sim, que todas as línguas são por suas essências crioulas (Makoni e Pennycook 2006), uma vez que o processo de evolução linguística está intimamente ligado a múltiplas e constantes modificações. A história recente do colonialismo e da escravidão deve servir de modelo para o acesso ao funcionamento da evolução linguística. A importância desta investigação se dá em um contexto em que somente recentemente os estudos linguísticos começam a olhar para as línguas de uma maneira menos prescritivista e mais dialógica. Entender as línguas como espécies vivas (Mufwene 2001, 2008) que emergem, se desenvolvem e subsistem em uma ecologia heterogênea, de múltiplas dimensões, que estão sujeitas às influências, adaptações e pressões sociais, nos permite encarar o surgimento e as configurações das variedades de práticas linguísticas de uma outra maneira, sobretudo com respeito à diversidade linguística.

Capítulo 04 – Evidências de usos híbridos no português falado em Angola

Introdução

Em meados do século XX, o linguista alemão August Schleicher (1853) conceitualiza as línguas como sendo “organismos naturais que nascem, se desenvolvem, envelhecem e morrem de acordo com normas independentes da vontade do homem” (citado por Holm 1987:2). Schleicher também foi responsável pela introdução de um pensamento sobre língua que viria a moldar toda a epistemologia da área nos séculos subsequentes, derivada da idealização da *Stammbaum* (cf. Schleicher 1853), uma árvore genealógica da qual as línguas indo-europeias teriam se desenvolvido. Forma-se, assim, a imagem de “blocos fechados” para categorizar as línguas, entidades uniformes e pontualmente separadas, representadas por um nome, que se derivariam de uma língua hierarquicamente mais antiga e que seria supostamente a originária de todas as outras.

Mesmo que a concepção de língua “pura” capaz de ser encaixada nas ramificações da *Stammbaum* (noção que se deriva de uma das possíveis interpretações da proposta da *Stammbaum* – a ideia de que a especiação linguística ocorreria de modo monoparental), seja uma tradição que vem sendo combatida desde meados do século XX, a reificação desse imaginário permanece. Um dos inúmeros exemplos da permanência desse pensamento pode ser constatado também nos estudos sobre as práticas linguísticas que são reconhecidas como português: as suas variantes e seus dialetos recebem a mesma nomenclatura, sob o pretexto de pertencimento a uma mesma língua ideal, a língua portuguesa, que seria entendida “por todos os seus falantes”. Advinda de uma mesma família linguística hierárquica, a depender da região em que estão localizadas, elas são, então, diferenciadas somente por um adjetivo gentílico referenciado pelo território no qual estão inseridas, ex.: “português brasileiro”, “português angolano”, “português moçambicano”, ou ainda “dialeto algarvio do português europeu”, ou “dialeto açoriano do português europeu”, entre outros. Entretanto, vimos que são muito frágeis as noções usadas para distinguir uma língua da outra e muitas vezes elas se justificam com base somente em uma pressuposta inteligibilidade mútua.

Esse argumento da inteligibilidade mútua que supostamente garante a comunicação entre os falantes “de uma mesma língua” se torna questionável quando observamos dados (Dingemanse et al. 2015) que mostram evidências de que, aproximadamente, em média, a cada 1.4 minuto esclarecimentos são requisitados em conversas informais sobre alguma intenção comunicativa que não tenha sido bem

compreendida sob uma mesma língua em uso considerada. Outros exemplos similarmente evidenciam a dificuldade em sustentar essa assunção. Alguém que se diz falante de uma língua nomeada pode não compreender um outro falante que também a use, caso não esteja habituado aos mesmos hábitos linguísticos e culturais um do outro, e vice-versa.

Somada à inconsistência da questão da inteligibilidade mútua (fator comumente usado para determinar as fronteiras entre uma e outra língua), os atributos absolutos inventados (Makoni e Pennycook 2006), criados (Lüpke 2020) durante o processo de nomeação linguístico, muitas vezes, não correspondem às práticas linguísticas que de fato ocorrem, uma vez que até mesmo o termo “mesma língua” não é transparente. Quais elementos exatamente representariam o português brasileiro? Ou o angolano? Onde termina o português europeu e onde começa o moçambicano? O que diferencia um de outro, não obstante a geografia e seus falantes? Estas e outras questões nos mostram que a concepção de língua embasada tão somente em um modelo fechado, homogêneo e idealizado não se sustenta, uma vez que não há uma medida confiável que determine com precisão qual o ponto em que uma língua começa a ser outra (Mufwene 1998), ou quando um dialeto deixa de pertencer a tal língua. As tentativas de nomeação segundo um território também são problemáticas uma vez que escancaram a reprodução de ideais essencialistas baseados na concepção de uma nação, uma língua, questões problematizadas no capítulo 02.

A falta de critérios concisos sobre a concepção de língua se mostra também evidente na conceituação de variedades que são reconhecidas como pertencentes à língua que lhes deu origem, mas que não são mutualmente inteligíveis, e outras que dela são assim excluídas. Os citados “dialeto do português europeu”, como o açoriano ou o algarvio, em Portugal, por exemplo, ainda são considerados pertencentes ao espectro do português; em um outro extremo, o nomeado crioulo cabo-verdiano, então, recebe outro nome e *status*. Como Mufwene (1998) e DeGraff (2005) bem observam, preconceitos sociais exerceram e ainda exercem grandes influências na maneira como se estuda e nomeia a emergência de novas variantes linguísticas. Infelizmente, como já colocado, essa é uma realidade que fundamenta boa parte da produção linguística ainda atual, não só para o português, mas em diversos estudos sobre os padrões linguísticos que emergem principalmente em contextos pós-coloniais. Algumas variedades são tratadas como excepcionais em parte devido a constatações equivocadas da linguística genética de assumir que deve haver somente um lugar de origem por família linguística (Mufwene 1998, 2001). Muitas vezes, aquelas que se desenvolveram justamente nestes contextos pós-coloniais são consideradas então atípicas, ou excepcionais (Thomason e Kaufman 1988), e julgadas

como ocorrências linguísticas “não-tão-regulares”, em oposição à suposta homogeneidade e uniformidade da variedade padrão indo-europeia. Isso demonstra que as concepções iniciais de Schleicher no século XIX ainda não foram de todo modos abandonadas nas pesquisas contemporâneas. Assim, a afirmação de que a mudança ocorreria de maneira diferente em certos casos nos leva a questionar as próprias noções sobre os considerados “filhos legítimos” (Mufwene 1998:234) de determinada língua – seja do inglês, do português ou de qualquer outra língua nomeada que se assume ser a que gerou essas novas variações –, de acordo com essa interpretação monoparental vinda do modelo da árvore genealógica (*Stammbaum*). Parece evidente, mas não demasiadamente salientado, que o recorte teórico enfoca e determina as análises das evidências linguísticas.

Isso posto, é possível entender que os padrões linguísticos divergentes não são meras extensões de uma mesma nomeada língua, mas sim, representam práticas distintas, pluricêntricas e particulares, que eventualmente podem ter vindo de um lugar-comum, mas não necessariamente. Elas representam, assim, segundo os termos de Petter (2008) um *continuum*. Neste sentido, encarar a diversidade linguística segundo essa perspectiva pressupõe antes a existência de um conjunto de hábitos que se distinguem e ao mesmo tempo que se relacionam, mais do que uma entidade única de uma língua, que seja o português ou outra, ou de um bloco não discriminado do que seriam as suas respectivas variantes; pressupõe ainda uma maneira de olhar para essas relações partindo de um sentido linguístico, cultural e ideologicamente mais igualitário, e menos hierárquico (Mufwene 1998)⁸⁴.

A metáfora vinda da biologia, usada por Mufwene (2001, 2008), de entender as línguas como espécies biológicas, nos permite focar na observação dos idioletos dos indivíduos e nos efeitos dos seus comportamentos adaptativos. Como discutido no capítulo anterior, mudanças sistemáticas se iniciam no nível idioletal e se espalham devido ao compromisso dos falantes em reproduzir padrões similares nas diferentes interações nas quais se engajam. Assim, entendendo que as práticas linguísticas são inerentemente orgânicas (Lüpke 2016) e híbridas, nos termos de Aboh (2020), podemos considerar que elas nos servem como ferramentas que nos permitem gerenciar os atos comunicativos cotidianos (Dingemanse et al. 2015). Ao negociar e acomodar os idioletos às instâncias comunicativas, a compreensão mútua entre os falantes é assim construída; pouco a pouco, nas conversas e em cada turno de fala, nos é permitido navegar por esse mosaico de relações linguísticas e sociais (Dingemanse et al.

84 Em lugares em que múltiplas línguas tipologicamente diversas coexistem, os falantes aprendem as línguas dos vizinhos, às quais muitas vezes não correspondem com as da sua comunidade, em virtude de conseguirem se comunicar. Este fato foi muito bem ilustrado no documentário: *What if Babel was just a myth?* tr.: *E se Babel fosse somente um mito?*, sobre duas comunidades pequenas ao sul do Chad, nas quais coexistem mais de cinco línguas nomeadas. Disponível em <<https://vimeo.com/508127700>>. Acesso em maio de 2021.

2015; Lüpke 2020). As línguas, então, possibilitam a garantia de agência enquanto indivíduos pertencentes a redes e comunidades sociais (Mufwene 2008; Lüpke 2016, e outros).

Neste sentido, este capítulo tem como intuito ilustrar que, apesar de uma rígida política linguística vertiginosa e em vigor, que se propõe, por um lado, a colocar um ideal de português como única língua de sucesso econômico e, por outro, a obliterar e deslegitimar as práticas linguísticas africanas locais, formas linguísticas inovadoras perfuram essas barreiras e emergem. Veremos que elas atestam a organicidade linguística, advinda do contato, e são observadas sendo materializadas no português em uso. Muitas vezes, essas novas formas se assemelham às características de um “multilinguismo de pequena escala” e “não-poliglóssico”⁸⁵ (Lüpke 2016), o qual não apenas coloca em evidência mecanismos de funcionamento das línguas envolvidas, mas também revela tanto influências de traços linguísticos diversos quanto criações inovadoras de distintas formas de significação. O capítulo, então, se estabelece com a intenção de fornecer evidências que possam contribuir para desmitificar algumas noções que cercam tanto a ideia de um monolinguismo ideal quanto a de um multilinguismo que supostamente opera de maneira separada, di/poliglossicamente, além de colaborar com mais dados que possam endossar a perspectiva da transmissão linguística uniformitária e horizontal.

O capítulo está organizado em quatro partes, a saber: a seção 4.1 trata do *corpus*, e da descrição dos materiais e métodos usados para a coleta e análise dos dados; a seção 4.2 apresenta um recorte dos fenômenos linguísticos observados, acompanhados de imagens que contextualizam as cenas enunciativas, partindo do ponto de vista teórico apresentado no capítulo 03; a seção seguinte, 4.3, apresenta a discussão das manifestações apresentadas e, por fim, o capítulo se encerra em 4.4 com breves conclusões.

85 Segundo a autora, práticas multilíngues não-poliglóssicas são antagônicas à diglossia, ou poliglossia – situações em que a organização linguística exibiria uma clara divisão de uso entre as línguas. Também chamadas de orgânicas, de “multilinguismo igualitário”, “multilinguismo tradicional”, ou também, “multilinguismo balanceado”, são práticas inerentemente fluidas e revelam a riqueza da diversidade no diverso, “where you can’t utter ten sentences without using at least four languages” (cf. Lüpke 2016); tr.: “em que não se pronunciam dez frases sem serem usadas pelo menos quatro línguas em uma mesma sentença”.

4.1 Do *corpus* coletado

Para observar o fenômeno da fluidez de traços, de novos fenômenos linguísticos e de significação emergentes, materializados no português, a construção do *corpus* foi pensada para consistir em situações espontâneas de uso do português falado em Angola, em interações comunicativas nos mais diversos contextos. Buscamos, assim, fontes remotas que fossem capazes de representar essa situação.

4.1.1 Materiais

No *Youtube*, canais da TV aberta e a cabo de Angola, a saber TV Zimbo, TPA Online, VOAPortuguês, ANGOP – Agência Angola Press, e de outros canais particulares originados para serem exibidos diretamente na plataforma, como Olhar Angolano, WEBNÍVEL! Miguel Neto, Diamante Angola, AnGo News VC, entre outros, disponibilizam aos interessados não só entrevistas e reportagens inteiras com cidadãos angolanos comuns, como também as mais diversas gravações contendo assuntos variados. Assim, esses vídeos foram escolhidos⁸⁶, uma vez que puderam nos fornecer um recorte sobre as situações interativas de atos de fala espontâneas da região.

Foram assistidos 225 vídeos, totalizando um pouco mais de 19 horas de gravação. Todavia, desses 225 vídeos, 98 fazem parte da emissora TPA e são estes que posteriormente foram destacados, devidamente preparados e transcritos. Esse destaque se justifica principalmente porque esses vídeos seguem uma estrutura bastante comum, dentro do jornalismo, que reflete as atitudes de se estabelecer um padrão, monitorado e hierarquizado, de usos linguísticos, que se baseia em uma norma monolíngue idealizada, similarmente observada nas políticas linguísticas oficiais governamentais, problematizadas no capítulo 02.

86 A Constituição Angolana assegura a proteção intelectual quanto à reprodução de conteúdo original aos autores e aos participantes de obras coletivas, estipulada nos artigos 42º e 43º. Uma vez reproduzidas no *Youtube*, a plataforma garante os direitos autorais a seus realizadores, considerando que o conteúdo seja original e autêntico, para reutilização de materiais em determinadas circunstâncias, como para pesquisa (para mais detalhes, ver a seção sobre direitos autorais do *site*). A utilização dos vídeos nesse trabalho visa unicamente atender os objetivos da investigação proposta; reconhecemos que todos os vídeos utilizados são de autoria das respectivas emissoras e a elas atribuímos os devidos créditos.

4.1.1.1 Da estrutura dos programas

Segundo o *site* oficial, a Televisão Pública de Angola (TPA) é uma rede de televisão estatal angolana e a principal emissora de televisão do país. A sua sede oficial está em Luanda, que, através da TPA1, é sintonizada através do Canal 2 VHF no país. Com emissão diária de noticiários, *talk shows* e séries culturais, a TPA1 emite ainda através das produções próprias, entretenimento e cobertura de eventos desportivos. Os programas selecionados fazem parte da emissão diária de notícias.

Em sua grande maioria, os programas jornalísticos da TPA são compostos por três camadas nitidamente niveladas, a saber: (i) *jornalistas* oficiais da emissora, que fazem usos monitorados de um português padrão, evidentemente pré escritos em um *script* a ser lido; um se aloca no estúdio enquanto outros vão a campo em busca de entrevistados; (ii) fontes que possam representar uma *voz de autoridade*, que entende e fala um português mais próximo do padrão; estes são os que apresentam maior representatividade nos programas, e a categoria (iii) a que chamamos de *cidadão comum*. Essas pessoas compõem um grupo heterogêneo de falantes que fazem usos linguísticos de maneira menos monitorada possível; geralmente se encontram em situações de seu cotidiano, em que estão sentados na rua, andando, trabalhando, vendendo, comprando mercadorias, ou passeando nas feiras. São estes os que mais interessam para esse trabalho.

4.1.2 Métodos de análise

Os 98 vídeos da TPA selecionados compõem um total de um pouco mais de cinco horas de gravação. Dessas cinco horas, recortamos apenas as falas dos cidadãos comuns, a fim de nos aproximarmos, como colocado na seção anterior, da realidade comunicativa cotidiana angolana. Estas falas, por sua vez, somam apenas 55 minutos. Os *links* relacionados a todos os vídeos da TPA selecionados estão disponibilizados na lista que segue no Anexo A.

Após o recorte da fala dos cidadãos comuns, utilizamos ferramentas computacionais como o *software* ELAN, programa de anotação de áudio e vídeo desenvolvido pelo Instituto de Psicolinguística Max Planck, para transcrever suas falas. Ele permite uma segmentação detalhada de cada *frame*, além de possibilitar alterar manualmente a velocidade e o volume do vídeo. A figura abaixo, uma captura de tela retirada de um dos programas e importada para o ELAN, ilustra parte do processo do trabalho realizado.

Figura 01: Captura de tela do *software* ELAN

À restrição de tempo somou-se a possível interferência resultante do uso de aparatos tecnológicos externos pelos quais essas situações foram gravadas. Isso quer dizer que a presença, em si, de um repórter (ou do responsável pelo canal), de câmeras, microfones, gravadores e de elementos que geralmente não fazem parte do contexto das interações cotidianas pode causar alguma mudança com relação ao comportamento dos participantes em frente às câmeras. Por outro lado, o resultado dos recortes de fala que foram registrados nas gravações e posteriormente transmitidos a nível nacional e virtual também é um mecanismo capaz de reconhecer essas inovações linguísticas.

Dessa forma, objetivamos, com esse *corpus*, demonstrar esses processos emergentes, híbridos e orgânicos, compostos pela mistura de traços e significações, e que são evidenciados nos usos do português falado pelos cidadãos comuns em Angola. Assim, encontramos, nestes *frames*, ainda que nestas pequenas brechas de fala dadas a eles, o meio mais próximo para averiguarmos essas experiências cotidianas.

Para a análise das situações comunicativas, será utilizado o método descritivo. Buscamos explorar, principalmente, a emergência dessas formas híbridas, que surgem no momento da interação, observando algumas das propriedades morfosintáticas e semânticas dos enunciados. Consideramos, para tanto, a representação de práticas linguísticas africanas locais, a maioria de origem bantu, como parte da formação do banco de traços que propiciou a emergência dessas inovações linguísticas.

4.1.3 O contexto sociolinguístico dos dados

Os contextos sociais, somado ao contato entre os idioletos e o percurso dos falantes, representam elementos que também fazem parte da ecologia necessária para a emergência das inovações, ainda que momentâneas, mas registradas em tempo real. Isso permite a possibilidade de se observar a língua efetivamente em uso.

Assim, se torna impossível interpretar o processo linguístico de competição e seleção sem que seja ambientado o contexto em que o falante está situado. Um olhar mais próximo dos indivíduos e da região de onde vêm tem o potencial de identificar o resultado deste processo e pode contribuir com a identificação de padrões, a longo prazo, do processo evolutivo linguístico, bem como de mobilidade dos indivíduos, de mudanças de usos das práticas linguísticas e das ideologias operantes (Lüpke 2020). Uma vez que práticas individuais podem ser relativamente reguladas pelas convenções sociais dos grupos dos quais os falantes fazem parte, então, reconhecemos que os fatores sociais contribuem para a constituição dos repertórios a nível individual e, dessa forma, também precisam ser considerados.

Em virtude de identificar esse componente, em todos os fenômenos apresentados na próxima seção, buscamos também contextualizar as situações que compõem a cena enunciativa, ou ainda, as circunstâncias nas quais os enunciados foram proferidos pelos falantes por meio das formas linguísticas naquele momento. Juntamente à transcrição dos enunciados, retratamos algumas imagens correspondentes ao contexto social em que eles se passam, e trazemos dados oficiais, os quais, por mais que sejam passíveis de serem problematizados, são minimamente representativos. Esses elementos, em conjunto, podem contribuir para melhor ilustrar a ecologia particular de cada situação.

4.2 Alguns dos fenômenos observados

Apresentamos, abaixo, imagens e trechos de diálogos retirados do *corpus*, em (1–9) a seguir.

4.2.1 Dos vídeos da TPA

(1)

Figura 02: Captura de tela do participante do vídeo 18

Figura 03: Captura de tela da cena do vídeo 18

O diálogo que estas imagens, em (1), ilustram se passa na província do Bengo, em sua capital, Caxito. De acordo com o último Censo (INE 2014), a região, situada a cerca de 60 km a nordeste da província de Luanda, conta com 356.541 habitantes, sendo esta a província onde residiam menos pessoas do país naquele ano. O Censo regional do Bengo não nos fornece detalhes sobre as línguas faladas na região, e o Censo geral apenas a situa na esfera da nomeada língua kimbundu. Ainda de acordo com esse último documento, Bengo apresenta uma taxa de alfabetização, circunstanciada na categoria “população com 15 ou mais anos de idade que sabe ler e escrever” (cf.:117), de 64%. Este item não é discriminado a ponto de nos informar em qual(is) língua(s) essa informação se baseia, mas presumimos que seja com relação à língua portuguesa. A província é atravessada pelo rio Dande, onde há projetos de iniciativa privada para a produção de aquicultura e criação da tilápia em cativeiro. De acordo com a reportagem, este empreendimento foi impulsionado pelo programa Angola Investe, que empregou várias pessoas, dentre elas, o ex-militar e atual aquicultor artesanal, aqui representado pela sigla (JA). Em seu relato sobre a crise econômica que assola a produção, diz:

(JA): a produção baixo para zero praque não tamos a colhe nada //⁸⁷ o pexe temos aí quatro mil pexe //
e // foi lançado no seg // no segundo ciclo // e até hoje não se faz não tamos a consegui faze nada //
tamem po azar nosso há dias houve uma mortala de pexe // é // fomo a cerca contamos que deu
trezentos e trinta // e oito pexe que morreram //

‘A produção reduziu a zero, porque não estamos a pescar nada. O peixe, temos aí quatro mil peixes. E foi lançado no segundo ciclo, e até hoje não se faz, não estamos a conseguir fazer nada. Também, para o nosso azar, há dias houve uma mortandade de peixe. É. Contamos que cerca de trezentos e trinta e oito peixes morreram’.

No excerto da sua fala acima, podemos observar que JA está insatisfeito devido às dificuldades da produção. Ele justifica a redução da produtividade à baixa proliferação de peixes nos tanques, à alta taxa de mortalidade da espécie e à ausência de incentivos mais concretos. Na sua fala, há características muito interessantes que se derivam principalmente das relações entre os elementos que compõem as predicações⁸⁸ e que são construídas sobre o conteúdo informacional expressado na categoria lexical ‘peixe’, sobre a qual recaem todos os eventos⁸⁹ expressos por JA.

Observamos, inicialmente, que, na sentença *a produção(i) baixo para zero praque não tamos a colhe(ii) nada*, JA realiza uma estratégia compensatória para se referir ao mesmo tema, ‘peixe’: em (i) ele é omitido da complementação de ‘produção’ e, em (ii), a forma pronominal ‘nada’ é inserida, acompanhada da forma verbal ‘colher’, para nos ajudar a reconstruir o papel semântico de paciente⁹⁰ atribuído ao animal. É curioso como, em (ii), o falante expressa a atividade aquícola com essa forma verbal *colher*, ainda em referência ao *peixe*; nesse contexto, JA atribui um complemento da categoria *animal* a esse verbo, por mais que este verbo, em português padrão, exija um argumento temático, ou seja, aquilo que recebe ou é afetado pela ação denotada pelo verbo⁹¹, de caráter inanimado (ex.: *colher as frutas*; *colher as informações*; *colher as assinaturas* etc.).

87 As barras representam pausas.

88 Predicação está sendo usado aqui, seguindo Franchi (2004), como aquilo que se propõe, que se formula: a situação ou um estado de fato (:71, nota 3).

89 Utilizo a noção de ‘evento’ como sendo ações, causações, processos, estados, relações, expressados nas formas de predicação (Franchi 2004).

90 Assumo a conceituação de papéis semânticos fornecida por Givón (1984), em que *paciente* representa o participante do evento, animado ou inanimado, que está em um estado ou registra uma mudança de estado resultativo de um evento (1984:107).

91 cf. Negrão e Viotti (2020:175).

Logo na sequência, em *o peixe temos aí quatro mil peixe*, é interessante que JA, ainda para colocar em evidência o conteúdo informacional, ‘peixe’, realiza uma construção do tipo tópico-comentário⁹²: na posição pré-verbal aparece o tópico, a informação velha, aquilo a respeito do que o falante vai tratar no comentário, no caso, o próprio constituinte *peixe* (que de novo recebe o papel semântico de paciente, uma vez que é o participante correspondente ao resultado do evento, dessa vez expressado por *ter*); e, na posição pós-verbal, aparece a informação nova, o fato de ‘ter quatro mil peixes’, em que a forma verbal usada ‘ter’ realiza a concordância morfossintática com o sujeito lógico fonologicamente omitido (nós).

Por fim, também nos chama a atenção a complexidade com relação à maneira com que JA encontra para expressar a quantidade de peixes que morreu, em *contamos que deu trezentos e trinta e oito peixe que morreram*. Nessa sequência, JA utiliza uma forma impessoal, que codifica um evento autônomo o qual não envolve uma fonte de energia, em *deu trezentos e trinta e oito peixe*; essa forma, que então não assume nenhuma agentividade como responsável pelo evento expressado por ‘dar’, está encaixada em uma sentença ativa previamente predicada, com o verbo *contar*, que, em português padrão, não licenciaria uma subordinação; esses dois predicados são seguidos por uma sentença relativa, que nos fornece a informação sobre o estado daqueles peixes que não se encontram mais vivos.

(2)

Figura 04: Captura de tela do participante do vídeo 117

Figura 05: Captura de tela da cena do vídeo 117

A matéria apresentada em (2) se passa na província da Huíla, em Tyinuamphinda, a 15 km leste no setor da Lufinda, município da Chibia. Segundo o Censo particular da província (INE 2014), a

92 cf. Negrão e Viotti (2020:185, citando Pontes 1986).

região é eminentemente rural, sendo registrados apenas 7 municípios urbanos contra 368 rurais. Ainda segundo esta fonte, o município de Chibia conta com 190.670 habitantes, sendo o terceiro mais habitado da província, atrás de Lubango (776.249) e Matala (262.763). Na mesma categoria “taxa de alfabetismo” apontada anteriormente, Chibia registra a porcentagem mais baixa da Huíla, na qual apenas duas em cada dez pessoas “sabem ler e escrever” (21%) (cf.: 44). Este documento também retrata a proporção de línguas faladas na região, segundo os parâmetros apontados no capítulo dois. Aqueles que se consideram falantes de mais de uma língua somam 32.619 pessoas. Se, por um lado, outros 40.367 se consideram falantes de português, e 9.933 de umbundu, por outro, 133.603 responderam que falam a língua Nyaneka (cf.:125). A etnia nyaneka-humbe, também como é reconhecida nos documentos oficiais, representa apenas 4% da população total de Angola (Assunção 2020:533). Da sua pesquisa a campo no sudeste de Angola, Assunção ilustra que “a maioria dos integrantes dos vários grupos étnicos incluídos no grupo nyaneka-humbe ainda se identifica principalmente por identidades menores, como handa ou mwila, e rejeita a classificação oficial” (:533). Por faixa etária, entre os maiores de 25 anos, 16.214 responderam que são falantes de português, enquanto que esse número reduz drasticamente se levarmos em consideração as respostas dos que estão entre 5 a 9 anos e 10 a 14 anos, 6.139 e 6.029, respectivamente. Os dados que representam os falantes de mais de uma língua seguem um padrão similar: dos mais novos, somam 3009 pessoas de 5 a 9 anos, e, dos mais velhos, 15.918 responderam positivamente sobre esta questão. Novamente, é preciso salientar que estes números não levam em consideração os usos das línguas nomeadas, e não discriminam o que seria conceituado como “falante de mais de uma língua”.

O vídeo trata da seca que afetou a região sul do país, em novembro de 2019. Ele mostra as dificuldades que os habitantes do município passavam, os quais tinham que percorrer longas distâncias em busca de água. Em virtude desta situação, foi criado um ponto de água limpa para os moradores da região e para a criação de gado local, ao que tudo indica, por parte das autoridades locais, mas esta informação não é evidenciada. Dado esse contexto, o participante (Part.1) da imagem acima, a quem não é dado nome, diz:

(Part.1): esse gualimba dá mesmo pra um gadu e um poco também para // não há messo doenças // o povo tá // vai ser mesmo bom com as águas // porque a doença tira onde na água que é sussas //

‘Essa água limpa dá para o gado e um pouco também para // não há mesmo doenças // o povo está // vai ser mesmo bom com as águas // porque a doença *tira onde na água* que é suja’.

Na fala acima do Part.1 percebemos novamente que há um destaque para o conteúdo informacional principal que perpassa as sentenças enunciadas, *água limpa*. O termo expresso inicialmente por uma forma condensada, *gualimba*, é composto por um nome *gua* (água), e um atributivo, *limba* (limpa), os quais se unem para dar um novo sentido à forma unificada criada.

A informação *água limpa* também serve como referente para a sentença seguinte *não há messo doenças*, estabelecendo a causa para este efeito necessário, o de não haver mais doenças. Essa também é a informação que estabelece uma oposição de valor com a última sentença, proferida na expressão sublinhada, em *porque a doença tira onde na água que é sussas*.

Um outro fator que também nos chama a atenção é a realização desta última sentença, quanto à organização dos elementos que a constituem. O termo *doença* é a informação que representa o efeito do evento *beber água suja*; porém, esse constituinte foi realizado no início da sentença e prosseguido do verbo *tirar*, em *a doença tira onde na água que é sussas*, que, então, é usado na voz ativa estabelecendo a correspondência morfossintática com o argumento temático *doença*. Essa foi a maneira encontrada pelo falante para codificar gramaticalmente essa informação: o termo que simboliza o efeito, *doença*, é representado em uma posição pré-verbal, no singular, seguida do verbo, *tira*, morfossintaticamente a ele correspondente; a esses elementos são acrescidos elementos locativos, expressados pelas formas *em* e *onde*, que introduzem a sentença relativa que predica o termo água, em *onde na água que é sussas*, sem, novamente, atribuir nenhuma agentividade para o referido evento.

(3)

Figura 06: Captura de tela da participante do vídeo 229

Figura 07: Captura de tela da cena do vídeo 229

A reportagem da imagem acima (3) se refere à escassez de mel no Moxico, uma das regiões que outrora já foi uma das mais notáveis produtoras do país, segundo o jornal. Consta que, no passado, os produtores conseguiam recolher mais de 500 litros de mel por ano e na época em que se passa a matéria, abril de 2021, não conseguem nem a metade dessa quantidade. De acordo com a sua localização, Moxico é uma região que se localiza a extremo leste do país e o Censo geral (INE 2014) a caracteriza como majoritariamente rural. Também é uma das regiões menos densamente habitadas (cf.:35). Ainda segundo os dados oficiais, a província do Moxico, junto às do Bié e de Malanje, são os locais onde se verificam as mais baixas taxas de alfabetismo: “cerca de metade da população com 15 ou mais anos destas 3 províncias não sabem ler nem escrever” (:54). Não há dados linguísticos oficiais especificamente para a região, e, conforme os dados gerais, a província se localiza na região de língua cõkwe, que também é uma língua bantu.

Quanto ao assunto da reportagem, segundo os jornalistas, alguns produtores florestais, para se verem livres das picadas das abelhas, utilizam métodos impróprios que dispersam os insetos. Em função disso, as abelhas estão sendo forçadas a deixar as colmeias, provocando, assim, prejuízos aos apicultores locais, que dependem financeiramente da venda de mel. A participante da captura de tela acima (Figura 06), (TA), é vendedora de mel há mais de quinze anos e considera o negócio como a única fonte de sustento familiar. Contudo, a escassez do produto, que se registra desde o ano anterior, tem colocado em risco a continuidade do seu negócio. Neste contexto, ela diz:

(TA): num tem meli // na mata donde que sai meli meli num tá saí // e pessoal que vive na mata num tá trazê meli // nós que vende meli num tá a vê como que vamo fazê //

‘Não tem mel. Na mata de onde sai o mel, mel não está a sair. E o pessoal que vive na mata não está a trazer mel. Nós, que vendemos mel, não estamos a ver como vamos fazer’.

Podemos observar no enunciado acima a frustração de TA sobre escassez do produto mel. É curioso como TA realiza a codificação do evento em contrapartida com o jornalista. Enquanto este aponta a causa para a escassez, atribuindo ao fato de que as abelhas estão sendo afugentadas das colmeias, devido à utilização de métodos impróprios por parte de alguns produtores florestais, TA, em *num tem meli*, utiliza o verbo ‘ter’ no sentido existencial, criando uma ideia impessoal. Não se sabe, assim, o que está causando o fato da dificuldade de se obter o produto que ela precisa, e vemos que são dois recortes atribuídos para conceitualizar o mesmo evento. No enunciado seguinte, em *na mata donde que sai meli*, TA acrescenta o constituinte, *na mata*; contudo, esse elemento representa somente o local de onde se extrai o mel. Dessa maneira, a questão da agentividade não fica transparente, ou seja, não é possível estabelecer precisamente a causa ou os agentes que desencadearam a falta de mel. Nesse sentido, TA realiza uma sentença muito parecida com os fenômenos observados anteriormente, em que o produto mel, que, na verdade, é o resultado da produção apícola, é colocado em uma posição de evidência antecedente à locução verbal, *tá saí*, expressada na sua forma ativa, em *meli num tá saí*, que estabelece a concordância com o argumento temático paciente, no caso, o ‘mel’. Usada dessa maneira, essa forma codifica um evento autônomo que não envolve necessariamente uma fonte de energia, salientando, em contrapartida, a informação que nos fornece o resultado da produção, ou neste caso, a falta dele.

(4)

Figura 08: Captura de tela da participante do vídeo 37

Figura 09: Captura de tela da cena do vídeo 37

Nesta reportagem, identificada em (4) acima, sobre comidas de rua, a equipe jornalística vai até o município do Kilamba Kiaxe, no bairro Palanca, na província de Luanda. De acordo com Censo específico da província, 841.411 pessoas habitam o município. A taxa de alfabetismo é alta e representa 87,5% (cf.:120). O documento, no entanto, não traz a relação de falantes específica do município. Apesar de genericamente o situar na área de concentração da língua kimbundu, a reportagem nos informa que a zona é habitada majoritariamente por cidadãos congoleses.

Com o intuito de buscar fontes que pudessem ilustrar a falta de cuidados higiênicos quanto ao preparo de alimentos, os jornalistas encontram a vendedora (MA). Ela prepara o “baboquê”, uma espécie de caldo fervido em folhas. Mesmo não sabendo a procedência das folhas usadas, MA explica:

(MA): sopa fazê na panela // pa num vai saí cum gosto de folha // tem que fazê memo na folha // pessoal tá a cumê tá a senti gosto de folha // se meteu na panela vai fica vai sair só normale //

‘Sopa *fazer* na panela, não vai sair com gosto de folha. Tem que fazer mesmo na folha, o pessoal está a comer, está a sentir o gosto de folha. Se meteu na panela, vai ficar, vai sair só normal’.

Na sua fala, podemos observar que MA elucida que para que a sopa tenha gosto de folha, é preciso fazê-la na folha, e não na panela. Caso seja feita apenas na panela, a sopa *vai sai só normale*. Assim, percebemos que, com o intuito de realizar esse sentido condicional, MA utiliza uma forma sentencial que apresenta a informação principal precedente ao verbo, o argumento temático paciente, *sopa*, e o verbo, posposto, na sua forma infinitiva, *fazer*, acompanhado do instrumento, *na panela*, sem utilizar qualquer forma conjuntiva que pudesse fornecer a condição, como nas convencionalizadas do

português padrão, *se, caso, quando*. Todavia, ainda assim, esse sentido condicional é apreendido. Para tanto, ela o faz seguindo outra estratégia: o uso da sentença inteira, em posição inicial. Percebemos que não é uma questão de MA conhecer ou não esse elemento condicional, uma vez que no enunciado final ele é utilizado, em *se meteu na panela vai ficar vai sair só normale*.

Percebemos, ainda neste enunciado, *sopa fazê na panela*, que, de forma similar aos fenômenos anteriormente atestados, a informação principal, *sopa*, o elemento sobre o qual a ação recai (uma vez que é ela que precisa ser feita na panela), é, então, deslocado para o início da sentença. Assim, a maneira como o evento, ‘fazer na panela’, é expresso, posposto ao argumento paciente, *sopa*, não estabelece nenhuma agentividade como fonte responsável do evento codificado. Além disso, por mais que omitida das predicções seguintes, *sopa* também é a informação sobre a qual todas as outras predicções seguintes se organizam.

(5)

Figura 10: Captura de tela da cena do vídeo 64

Figura 11: Captura de tela da participante do vídeo 64

A reportagem ilustrada em (5) também se passa em Caxito, na província do Bongo. De acordo com o relato, a equipe multissetorial do Ministério do Comércio advertiu as feirantes, no mercado do Sassa Parque, a buscar regularizar seus documentos com o intuito de regulamentar a comercialização de carne, de modo a prezar pela higiene do produto e a evitar conflitos com as autoridades. Questionada por (MF), diretor do Gabinete do Comércio no Bongo, se já havia procurado a administração para se legalizar, a participante (Part.2), cujo nome não foi divulgado, reivindica seu lugar, contestando:

Part.2: o caçador também ilegale //

(MF): tá bem // o caçador é ilegal //

Part.2: o caçador também ilegale nós também temos que ser ilegal //

‘Part.2: o caçador também é ilegal.

(MF): está bem. O caçador é ilegal.

Part.2: o caçador também é ilegal, nós também temos que ser ilegais’.

O que nos chama atenção nas falas de Part.2 é o uso do item lexical representado na palavra *ilegal*. Este, curiosamente, está sendo usado para relacionar o nome *caçador* ao fato de ele *ser ilegal*, ou seja, é uma forma atributiva está sendo utilizada predicativamente. Mesmo com a realização, em seguida, da voz de autoridade, MF, de um elemento de cópula⁹³ representado na sua forma conjugada no presente do indicativo da terceira pessoa do singular, *é*, e correspondente à informação, também no singular, sobre a qual estão falando, *o caçador* (em que MF afirma que, de fato, *o caçador é ilegal*), Part.2 reitera a maneira como deseja se expressar, utilizando, logo em seguida, novamente, esse termo predicativo como verbo, como vemos em *o caçador também é ilegale*.

(6)

Figura 12: Captura de tela da participante do vídeo 235

Figura 13: Captura de tela da cena do vídeo 235

As cenas apresentadas em (6) fazem parte da reportagem que vai ao Mercado do 30 em Luanda. De acordo com a matéria, o mercado corresponde a uma área 1.900.000 m² e se tornou um dos principais destinos de compra de diversos produtos no município. É um dos mais proeminentes pontos de escoamento de produtos agrícolas de todo o país, onde dezenas de caminhões semanalmente descarregam produtos do campo. Segundo os jornalistas, o espaço não só mostra a realidade da capacidade agrícola que o país possui como contribui com receitas, sustento e emprego de várias famílias de baixa renda. Os produtos e produtores vêm de várias regiões, como do Cuanza Sul, do

⁹³ Forma que une o sujeito ao seu predicativo.

Zaire, e de outros lugares. Ainda de acordo com a reportagem, são 6648 vendedores controlados e cadastrados pela administração do mercado, que contribuem com uma taxa diária de 200 kwanzas por metro quadrado em áreas de comercialização de produtos diversos; a administração local esclarece que esse valor arrecadado serve para pagar os servidores e será usado para melhorar a estruturação do espaço. Além disso, a edição ilustra que os produtos, 100% nacionais, como se apresentam, são cada vez mais atrativos. Ao ser avistada batendo nas melancias, a jornalista (J) interage com (AA), cliente do mercado:

(J): que o preço e a qualidade andam de mãos dadas já o sabemos // o que desconhecíamos eram as novas técnicas para avaliar a qualidade ou a doçura da fruta pelo toque //

(AA): ao bater você dá conta //

(J): através do toque você consegue sabê se ela tem qualidade ou não? //

(AA): sim consigo //

(J): mas como? //

(AA): assim memo // quando você toca um vai batê pupupu e o outro tatata // aquele que tá a gritar assim ele já tá pronto lá dentro // tá bom //

(J): não entendi // quando faz pupupu e tatata o pupupu é o quê? //

(AA): o pupu não está //

(J): e o tatata? //

(AA): tá //

(risos)

Nessa interação, podemos observar que AA, para explicitar a maneira como descobre se uma melancia está madura ou não, expressa as formas sonoras *pupupu* e *tatata*, em *quando você toca um vai batê pupupu e o outro tatata*. Enquanto reproduz esses sons, ela bate na melancia evocando uma imagem sensorial do amadurecimento da fruta, não apenas com gesto e com palavras, mas também com a repetição e entoação. Percebemos que esses elementos não são apenas uma mimese do evento: eles funcionam como um constituinte da sentença, se relacionam com os outros elementos e possuem propriedades gramaticais - modificando o verbo, como em *vai batê pupupu*, substituindo-os, como em *e o outro tatata*, ou até mesmo apresentando características nominais, como em *o pupu não está*. Vemos, assim, a emergência de itens lexicais com propriedades icônicas, integrantes dessa forma

emergente. Isso se torna mais evidente quando AA diz *aquele que tá a gritar assim*, utilizando o verbo *gritar* acompanhado de um modificador *assim*, em *gritar assim*, para expressar o evento que *tatata* representa. É interessante notar o uso desse verbo *gritar* como referência a algo que a fruta faz, acrescentando à imagem sensorial de amadurecimento um caráter de animacidade para a forma usada.

(7)

Figura 14: Captura de tela do participante do vídeo 204

Figura 15: Captura de tela do participante do vídeo 204

Os eventos que se passam na cena enunciativa, ilustrados em (7), ocorrem na comuna de Chipeta, no município de Catabola, na província do Bié. De acordo com os dados particulares do Censo específico da província, de um total de 242 localidades do município, 15 são urbanas e 227 rurais. O município representa uma região de relativamente baixa densidade demográfica, em que para cada km² residem cerca de 45 pessoas. Em 2014, a população da comuna de Chipeta era de 21.058 habitantes e a taxa de alfabetização, de 34,9%. Não há um registro específico para a comuna sobre a distribuição das línguas faladas, mas com relação ao município, 48.640 dos habitantes de Catabola responderam que são “falantes de mais de uma língua” enquanto que 94.996 se reconhecem como falantes da língua nomeada umbundu. Por outro lado, 49.476 responderam que são falantes de português e 1.158 se identificam como falantes de “outra língua” que não as nomeadas pelo questionário do Censo (cf.: 105).

A equipe de reportagem vai até a comuna para registrar a produção e contatar os produtores de arroz. Ali, eles se preparavam para aumentar, em 2019, a produção e para tanto, ambicionavam também aumentar a área de cultivo. Nesse ano, a comuna produziu, de forma manual, 50 toneladas de arroz. Os desejos da administração comunal eram o de aumentar as áreas de cultivo para 300 hectares e, dessa forma, ajudar o governo a reduzir as importações. Inserido nesse contexto, o jornalista entrevista dois camponeses (Part.3 e Part.4) isolados que trabalham, sem se associarem a nenhuma cooperativa, no

fomento da produção de arroz, e que reivindicam apoio em forma de instrumentos de trabalho. Também nesta situação, a edição não divulgou os nomes dos envolvidos.

(Part.3): quero memo trabalhar e quero sement... é // o coiso o adupo quero a... *ajyata* //

(Part.4): o que falta memo é o coiso é...// *tedecimento*(?) que teonte(?) não temos // *chijyata* não temos e adupo tamém temo falta //

‘(Part.3): quero mesmo trabalho e quero sement... É, o coiso, o adubo, quero a... *ajyata*.

(Part.4): o que falta mesmo é o coiso, é... *tedecimento* (?) que até ontem (?) não temos, *chijyata* não temos, e adubo também falta’.

Podemos perceber de imediato, nesses enunciados, a presença de duas formas lexicais *ajyata* e de *chijyata*. É provável que estejam se referindo a ‘ocikwata’, forma lexical que abarca diversos significados, como máquina, instrumento, coisa, na língua nomeada umbundu⁹⁴. A emergência dessa expressão, nesse contexto, corresponde com os dados linguísticos do Censo geral sobre a representação do umbundu como língua mais falada na província do Bié. É curioso observar que essas palavras, além de não serem usadas da mesma maneira, haja vista a diferença quanto à pronúncia, também estabelecem relações gramaticais distintas com os outros constituintes dos enunciados dos quais fazem parte.

De acordo com um estudo que traça um esboço da descrição da língua umbundu, desenvolvido por Schadeberg (1990), a classe nominal⁹⁵ 7 é representada o prefixo *ci-*, e representa, dentre outros elementos, “coisas” (:10-11). A classe 6, por sua vez, recebe o prefixo *a*, e está relacionada ao par, no plural, de itens que se referem a, dentre outros, coisas da fazenda, como a própria palavra fazenda, vila, cana-de-açúcar (Schadeberg 1990). Nesse sentido, pode ser que o falante (Part.3) tenha a expressado dessa maneira como uma forma de reificar a necessidade de *instrumentos* necessários que possam garantir melhores condições de trabalho para os camponeses. Além disso, nos chama atenção a questão do turno discursivo no qual elas aparecem: enquanto Part.3 introduz essa forma na sua fala como complemento do verbo ‘querer’, Part.4, logo em seguida, a retoma, em uma

94 De acordo com 9 informantes das redes sociais, e do Zwela Dicionário, *online* e colaborativo, disponível em: <https://www.zwela.co/> (acesso em junho, 2021).

95 Uma discussão pormenorizada será feita adiante, na próxima seção.

outra construção, em que este elemento é deslocado para o início; percebemos, assim, que essas são formas lexicais reconhecidas pelos falantes e que seu uso faz sentido nesse contexto.

Sobre a organização e relação dos constituintes da sentença, novamente podemos observar a construção do tipo tópico-comentário, em que os enunciados estão sendo elaborados: o tópico, a informação sobre a qual será elaborado o comentário vai para o início, como em (i) *tedecimento(?) que teonte(?) não temos*; (ii) *chijyata não temos* e (iii) *adupo também temo falta*. Em todos eles constatamos que, apesar de as formas sublinhadas terem sido colocadas nesta posição inicial, pré-verbal, elas são elementos sobre os quais os eventos ‘ter’, (i) e (ii), ou ‘ter falta’, (iii), recaem. Assim, podemos inferir que essa composição sentencial nos revela a intenção do falante de realçar pragmaticamente esses termos, colocando-os em uma posição de destaque em relação aos outros constituintes.

4.2.2 Dos vídeos de outras emissoras

Como vemos, as falas retiradas das reportagens dos vídeos mostrados na seção anterior estão recheadas de elementos que retratam a emergência de novas formas linguísticas. Outras inovações também foram encontradas em vídeos outros que não somente os da TPA, mas que, sobretudo por uma questão de espaço, não será possível discuti-los em detalhes. Ilustramos abaixo, em (8) e (9), dois outros fenômenos de outras emissoras, mas que, do mesmo modo, são bastante curiosos:

(8)⁹⁶

Figura 16: Captura de tela da reportagem *O Estado de Angola*

Figura 17: Captura de tela da participante da reportagem

96 Este dado foi retirado da reportagem *O Estado de Angola*, produzido pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e realizado em 1995, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-7U2umUv6ic>>.

O trecho da reportagem que as cenas em (8) acima retratam se passa em Caxito, em uma zona periférica próxima da capital Luanda. A reportagem ocorre em 1995, período que compreende a guerra civil que assolou o país até 2002. Segundo o jornalista, neste local, em um campo, concentram-se cerca de 50 mil pessoas, que, buscando melhores condições, saíram de outras regiões do Bengo e foram andando em direção a esta localização. Como dito acima, os dados linguísticos oficiais relativos à província do Bengo não são discriminados, é uma região localizada somente na área representada pela língua kimbundu.

De acordo com a reportagem, esses transeuntes construíram habitações, organizaram-se em comunas e se juntaram com famílias e vizinhos, “tentando recriar os lugares donde vieram” (25:23). Muito inconformados com a situação extremamente precária em que se encontram, os cidadãos se queixam à reportagem. Dentre eles, está a participante (Part.5), cujo nome também não foi divulgado, que diz:

(Part.5): lá na nossa tera tem árvores tem sompra vivemos bem // come... camponês // comemos laranjas bacaxiji abacate bananas madura também verdes // aqui num tem //

‘lá na nossa terra tem árvores, tem sombra, vivemos bem, come... camponês, comemos laranjas, abacaxis, abacate, bananas maduras, também verdes. Aqui não tem’.

Podemos observar em (5) que (Part.5) está indignada com a situação em que se encontra, em uma clara referência em comparação com o lugar de onde vem. É curiosa a maneira que a falante encontra de, ao enumerar os itens dos quais se alimentava enquanto vivia na sua terra natal, realizar a forma plural. Em *laranjas* e *bananas*, Part.5 realiza essa forma seguindo o paradigma morfossintático do português padrão, o de acrescentar um sufixo *-s* ao nome no singular; *abacate*, por sua vez, é mantido na sua forma no singular, mesmo que a ideia seja de mais de um; e a forma expressa em *bacaxiji* é interessante, já que o sufixo realizado para expressar a ideia de muitas quantidades não é o *-s*, mas sim, o *-ji*. Isso nos chama atenção uma vez que essa forma afixa é atestada em várias línguas de origem bantu, e que representa a marcação de plural. Discutiremos esse dado e os outros com mais detalhes na próxima seção.

(9)⁹⁷

Figura 18: Captura de tela do participante do programa Sexto Sentido

A cena que a Figura 05 acima ilustra faz parte de um programa que possui uma estrutura um pouco diferente da dos outros, uma vez que, neste caso, o programa não é necessariamente jornalístico. Aqui, a edição do jornal, em vez de trazer a voz do cidadão comum apenas como uma fonte para embasar a matéria jornalística em questão, dá proeminência às opiniões populares acerca de um determinado tema. A jornalista encontra sentado o engraxate (JD), e, da pergunta “quais são as suas preocupações?”, ele responde:

(JD): eu quero que eu // me dá um lugar, maisômenu // conforme os outros tão lhe dar lugar // de engraxar calçados e eteceterasse// aqui tem paragem do brilho // hoje tão a lhe dar lugar // eu não tô a me dá lugar // tô aqui a sofrer muito // eu não posso ficar aqui nesse nesse lugar // porque eu sou angolano sou ser humano // sou dessa pátria sou mesmo angolano de raiz // não sou estrangeiro //

A região onde este vídeo está sendo gravado não é explicitada pela reportagem, mas quando JD diz *aqui tem paragem do brilho*, presume-se que esteja falando de Luanda, uma vez que Paragem do Brilho faz alusão a um programa de inclusão social da prefeitura da cidade, destinado a engraxates que trabalham nas avenidas. Inaugurado em 2010, de acordo com o Jornal Angonotícias⁹⁸, a estrutura é composta por cinco cadeiras para engraxar, com proteções laterais e cobertura. Durante seu relato, JD menciona que é proveniente de Lubango.

97 O fenômeno observado em (9) foi retirado do canal da TV Zimbo e está disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=x-CYwOGbsCE>>.

98 Trecho retirado do *site* AngoNotícias, matéria que pode ser conferida em:

<<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/27690/paragem-do-brilho-para-engraxadores>> (acesso em junho de 2021).

Lubango é um município da província da Huíla. Conforme os dados do Censo particular da região, é habitada por 776.249 pessoas, dentre as quais 246.446 responderam que são “falantes de mais de uma língua” (cf.: 123). A língua portuguesa é considerada a língua nomeada com maior número de falantes da região, 542.166, seguida por umbundu, 164.439, e nyaneka, com 151.358 falantes. As línguas ngangela e muhumbi também possuem números expressivos de pessoas que se consideram delas falantes, a saber, 14.112 e 10.244, respectivamente. Com relação à taxa de alfabetismo, Lubango é o município que apresenta a maior porcentagem, 71%, se comparado aos outros da mesma província (cf.:44).

Pelo enunciado, observa-se que JD está indignado uma vez que, da sua percepção, aos outros está sendo dado lugar, um lugar para engraxar, mas não para ele. Assim a entrevista se mostra como um espaço para que ele reivindique a solução para seu problema. Afinal, como é possível que a ele, *angolano de raiz*, também não tenha sido fornecido um lugar adequado para trabalhar.

Em virtude de expressar toda a sua indignação, o enunciado de JD também apresenta características sintáticas muito interessantes. Em primeiro lugar, notamos que, dessa sequência, em algumas das sentenças pronunciadas, o constituinte que aparece em posição pré-verbal expressa a relação semântica de ser o beneficiário do evento de ‘dar um lugar’, como em (i) *os outros tão lhe dar lugar* (‘estão dando lugar aos outros’) e em (ii) *eu não tô a me dá lugar* (‘não estão dando lugar a mim’). Esse argumento pré-verbal, carregando o papel semântico de beneficiário, é retomado por um pronome dativo na pessoa correspondente ao constituinte frontado: *lhe*, no caso de terceira pessoa, em (i), e *me*, no caso de primeira pessoa, em (ii). Em segundo lugar, o verbo exibe uma marca de concordância, ora na terceira pessoa do plural (i), ora na primeira pessoa do singular (ii), denotando um processo de impessoalização do evento de ‘dar um lugar’. Ao realizar a flexão no verbo com o argumento beneficiário frontado, observamos, ainda, que a fala desse falante multilíngue apresenta marcas de concordância que desempenham uma função diferente daquela observada no português padrão.

4.3 Discussão

A seção acima apresentou as falas dos cidadãos comuns em programas midiáticos, dentre os mais diversos contextos e regiões do país. É interessante como esses programas refletem, em última instância, as políticas linguísticas oficiais evidenciadas no capítulo 02, nas quais o multilinguismo é encarado como problema e uma única língua nomeada, “coincidentemente” a língua do colonizador, é estabelecida como a língua oficial; assume-se, desse modo, por um lado, um monolinguismo padronizado, uniforme e idealizado, que não existe na prática, e que é elevado à instância de prestígio e, por outro, a marginalização das práticas linguísticas africanas locais. Essa marginalização fica ainda mais evidente se nos atentarmos a elementos que à primeira vista podem parecer detalhes, mas que reverberam essa atitude, como o fato de que, em muitas reportagens, os jornalistas sequer fornecem os nomes dos entrevistados, cidadãos comuns, como observado em (2), (5), (7) e (8), e a constatação de que, das 5 horas totais dos 98 vídeos da TPA selecionados, o tempo, somado, destinado a dar voz a estes cidadãos representa menos de um quinto da programação diária de notícias.

Assim como as atitudes oficiais, observa-se, então, que as práticas linguísticas africanas locais também são evitadas por parte dos jornalistas. Apesar de alguns programas da TPA serem realizados em algumas das nomeadas línguas nacionais⁹⁹, vemos que, naqueles jornalísticos em português, evita-se a escolha de entrevistados que usam as línguas africanas locais, e nota-se que a edição por trás se dedica em não deixar transparecer qualquer tipo de elemento que não se encaixe dentro de um espectro linguístico de um padrão esperado. Em virtude de almejar respostas enunciadas através do uso de um português idealizado, percebe-se que, no geral, buscam-se pessoas de média a alta instrução para compor as fontes que representam as vozes de autoridade, o que também determina o resultado das situações gravadas.

Essas atitudes demonstram a cultura da prevalência do ideal de uma língua padrão baseada em uma perspectiva da plausibilidade de separação máxima entre as línguas nomeadas (Lüpke 2020) – a mesma que igualmente fundamenta as propostas do Censo e da maioria das políticas públicas oficiais –, como também demonstram a proeminência de usos da variedade de maior prestígio, empregada por meios de mecanismos de controle linguístico e manutenção de privilégios.

99 É preciso salientar que a questão maior não é apenas sobre dar visibilidade às línguas nomeadas locais. A escolha de apenas uma delas em meio às mais diversas práticas linguísticas que fazem parte do conjunto linguístico do país, por si só, é problemática, uma vez que perpetua as noções de separação máxima entre as línguas (Lüpke 2020), principalmente em uma realidade multilíngue como a angolana.

A despeito dessas atitudes, o que observamos é que, por mais que esses programas sejam estruturados tanto com base em usos monitorados de um português padrão para um público que em teoria o domina, quanto em enunciados realizados pelos participantes que mais se aproximam desse ideal, inovações linguísticas emergem. Elas aparecem principalmente nas falas desses cidadãos comuns, aqueles que se encontram em situações corriqueiras e que, provavelmente, não possuem o português como uma de suas primeiras línguas adquiridas. Os usos que esses falantes fazem deste português nos servem como pistas para avaliar o caráter híbrido que constitui seus idioletos.

Nesse sentido, por esse breve recorte, mesmo que apenas nessas brechas fornecidas aos cidadãos comuns, percebe-se que esses falantes, da necessidade de terem que usar o português para se comunicar com o jornalista que o entrevista, acionam todo o seu repertório linguístico de maneira a construir sentido e serem entendidos, em busca de otimizar a comunicação. Observamos, assim, que, mesmo que as perguntas sejam feitas em português (e que se espera que os entrevistados as respondam também utilizando um português que mais se aproxima do padrão, com a robustez de todo um aparato midiático ao redor), os participantes utilizam formas linguísticas a eles familiares para respondê-las; estas, por sua vez, ultrapassam as fronteiras das línguas nomeadas, e são mobilizadas para preencher uma necessidade prática de comunicar e de construir sentido. Durante esse processo, novas formas são construídas e, assim, esse português híbrido emerge.

Isso posto, o objetivo da seção 4.2 anterior era o de ilustrar, ou ainda, fotografar, a nível idioletal, a emergência dessas novas formas. Elas representam, em última instância, o corolário dos processos de *competição* e *seleção* de traços do banco de traços formado em virtude das diversas ecologias nas quais os falantes estão inseridos, materializadas nas instâncias comunicativas. Os falantes, por sua vez, com o objetivo de atender a uma necessidade comunicativa, codificam-nas nos enunciados expressos. Partindo dessa visão, em que compreendemos os próprios enunciados como meios de registro de novos padrões, de caráter eminentemente híbrido, podemos entender mais sobre como as línguas emergem, se modificam e evoluem (Mufwene 2001; 2008).

Para ser possível interpretar os resultados gerados por esse processo descrito, é preciso que as características das línguas africanas locais sejam levadas em consideração. Observa-se que os falantes, ao materializarem suas intenções comunicativas na nomeada língua portuguesa, se apropriam de propriedades linguísticas pertencentes tanto ao português quanto às práticas linguísticas locais de origens africanas; assim, os padrões emergentes, recheados de mútuas influências, não podem ser

considerados oriundos de apenas uma das fontes, o que fundamentalmente proporciona a emergência de formas inovadoras não existentes em nenhuma das línguas em questão.

Algumas das características observadas se assemelham a propriedades gramaticais que são atestadas nas línguas bantu em geral. Apesar da vasta área do continente africano que ocupam, como visto no capítulo 01, elas compartilham certas similaridades morfossintáticas que as caracterizam como uma única família linguística. Dentre essas similaridades, algumas são mais relevantes para que possamos endossar a argumentação proposta, a saber: a ordem dos constituintes, o sistema de concordância, a estrutura da informação, os recursos icônicos e verbos com propriedades predicativas.

Segundo a literatura, as línguas bantu caracterizam-se por ser SVO, embora possam exibir diferentes ordens, parcialmente motivadas também pelo conteúdo informacional associado aos constituintes sentenciais (Negrão e Viotti 2020:186); este item será melhor abordado logo em seguida. No que diz respeito à concordância, elas apresentam um rico sistema de prefixos afixados a raízes nominais, conhecidos como classes nominais.

As classes nominais nas línguas bantu são um exemplo conhecido de um sistema semanticamente opaco, apesar da essência semântica ser discernível (Demuth 1988). Nessas línguas, é comum organizar os nomes em termos que interagem entre forma, tamanho e humanidade. As classes 1 e 2 são basicamente destinadas aos humanos e seres animados, mas em algumas línguas do grupo podemos encontrar, nessas classes, muitos animais, alguns pássaros e insetos, partes do corpo, plantas e alguns objetos, como colar, livro, guarda-chuva (Aikhenvald 2000, 2016). Cada classe tem o seu marcador morfossintático de concordância próprio, para sujeito-verbo, clíticos, adjetivos, pronomes. Elas operam segundo um mecanismo no qual a classe a que um item lexical pertence é visível no prefixo do próprio item lexical bem como na concordância desencadeada nos elementos sentenciais, tanto do constituinte nominal, quanto da cláusula que o predica (van der Wal 2015); além disso, distribuem-se em pares, em que um classificador expressa singular e o outro plural (Negrão e Viotti 2020:186).

O controle de propriedades na estrutura linguística de classes nominais lança mão de princípios que partem de uma combinação de bases semânticas, pragmáticas e também formais; dessa forma, os termos são atribuídos a elas por um conjunto de propriedades semânticas ou outras – morfológicas ou fonológicas – e de uma base lexical (Aikhenvald 2016). Assim, os morfemas, que representam as classes nominais, podem expressar distintas relações de concordância com os constituintes. Negrão e Viotti (2020) esclarecem a maneira como os marcadores operam na sentença:

os afixos nos verbos são chamados de *marca de sujeito* (SM) e são obrigatórios. Outros afixos expressando concordância em pessoa e classe nominal com o constituinte em *posição de objeto* (OM) também se juntam ao verbo. Esses, no entanto, não são obrigatórios, e estão sujeitos a condições de licenciamento com variação entre as línguas. Entre a marca de sujeito e a marca de objeto no verbo aparecem prefixos marcadores das categorias gramaticais de tempo, aspecto e modo (TAM).

(:186)

Essa organização estrutural pode ser melhor observada em (10) a seguir, dado retirado do swahili:

(10)

Wa-toto wa-le wa- na- ya- on - a ma-chungwa ha-ya¹⁰⁰
 2-criança 2- aquela SM2- PRES-OM6-ver-FV¹⁰¹ 6-laranja esta
 ‘Aqueles crianças veem esta laranja’

A sentença do swahili acima exemplifica a ordem canônica das sentenças, SVO, e o padrão de concordância comum às línguas bantu, na qual o item lexical *watoto* (‘crianças’) é marcado com o prefixo da classe nominal a qual pertence, no caso, 2, na sua forma plural, com o qual concordam tanto o demonstrativo, *wale* (‘aquelas’), também marcado com a classe 2, e o verbo *ver*, que então recebe o prefixo de marca de sujeito plural (SM2). O constituinte nominal em posição pós-verbal, *machungwa* (‘laranja’), por sua vez, é marcado pelo prefixo da classe a qual pertence, 6, no singular, que dispara a concordância morfossintática no verbo, realizada no morfema de marca de objeto, OM6.

Trazer essa discussão sobre um modelo que se baseia não em flexões verbais, como característico das línguas românicas, em específico do português padrão, mas em classes nominais com prefixos aglutinativos que possuem atributos semânticos específicos, pode nos fornecer pistas sobre o que motivou os falantes de (1), (2), (6) e (8) a realizarem enunciados retomados aqui em (11-14) abaixo:

(11) colher [peixe];

(12) esse gualimba;

(13) aquele que tá a gritar assim ele já tá pronto lá dentro;

100 Exemplo retirado de Krifka (1995), citado e adaptado por Negrão e Viotti (2020:186), reformulado.

101 As glosas se referem a: marca de sujeito (SM); tempo presente (PRES); marca de objeto (OM); vogal final (FV).

(14) *bacaxiji*;

Percebemos que esses falantes possuem em seus repertórios linguísticos traços em competição: por um lado, uma morfossintaxe que se organiza fundamentalmente em prefixos afixados a raízes nominais que são, então, associadas a um campo semântico diverso vinculado a classes das quais essas raízes derivam; por outro, um modelo baseado em flexões verbais e na composição de constituintes nominais que estabelecem a correspondência entre uma forma pronominal e um nome, baseada tão somente em dois gêneros gramaticais, binários, feminino e masculino, no caso das línguas românicas e em específico, do português.

Em virtude dessa situação, vemos que em (11), por exemplo, apesar de a forma verbal *colher*, em português, necessariamente licenciar argumentos que possuem traço semântico inanimado, o falante a realiza de forma retomar o nome *peixe*, o qual, por sua vez, faz parte do campo semântico de seres animados em português padrão; vemos, assim, que pode ser que ele esteja estabelecendo um outro recorte para o evento *colher*, ou ainda, que esteja atribuindo a essa categoria, neste contexto, um outro campo semântico que não o traço [+animado]. Em (12) e (13), observamos também que os constituintes nominais, sublinhados acima, nos sugerem que a correspondência binária de gênero gramatical do português não foi o que desencadeou a concordância estabelecida pelos falantes, em (12), para se referir à água, e (13), para se referir à fruta, uma vez que as formas nominais demonstrativas não recebem a mesma marcação de gênero feminino que classificam os constituintes nominais aos quais se referem em português padrão. Assim, percebemos que os falantes criam uma nova forma, própria, para realizar sua intenção comunicativa que transcende tanto a língua portuguesa quanto as línguas de origem bantu que fazem parte do seu repertório linguístico. Por fim em (14), a forma expressada em *bacaxiji* merece um pouco mais de destaque.

Em Mingas (2000, citado em López 2013), a autora observa alterações relacionadas a um fenômeno que ela interpreta como sendo um “processo de singularização” dos plurais do kimbundu no português de Luanda. São itens lexicais que “entram em português como se estivessem no singular”, como visto em (15) abaixo:

(15)

jinguba <ji-nguba, ‘amendoim’.

zinguba <zi-nguba, ‘amendoim’¹⁰².

Segundo López (2013), uma interpretação possível é que o prefixo bantu *-ji*, que marca plural em muitas línguas de origem bantu, dentre elas a nomeada kimbundu (Chatelain 1888–9), passa por um processo de singularização ao ser incorporado aos vocábulos portugueses, fazendo o apontamento que os exemplos acima envolvem substantivos que podem ser classificados como coletivos, e que este fato pode ter sido o elemento facilitador do processo em questão de singularização. Contudo, se, por um lado, López (2013) e outros, argumentariam que, da mesma maneira, o que estaria acontecendo em *bacaxiji* seria uma espécie de palatalização da forma *xi* > *ji* por metátase¹⁰³, assumindo que essa seria uma “mudança fonética igualmente comum em outras variedades afro latinas e (...) observada em variedades de contato entre espanhol, português e línguas africanas em direção à estrutura silábica CV (consoante/vogal, cf. Lispi, 1998 citado em López 2013:17), seguida de uma “perda da sua função gramatical”, “pluralizadora/determinante e de concordância, cuja colocação dependia de regras específicas que passaram por um processo de ‘simplificação’” (:19), por outro, o que podemos observar é a presença desse prefixo em uma posição sufixal, que entra no paradigma de flexão de número estabelecido pelo português, no lugar do *-s*, em um contexto em que a falante está enumerando alimentos e estabelecendo formas plurais para expressá-los. Dessarte, entendemos que a emergência dessa forma não seria o caso de ser um processo de “simplificação”, como colocado pela referida autora, mas sim, que esta também seja uma forma complexa, inovadora, que representa o resultado do processo de competição, seleção e recombinação entre traços, neste caso, marcadores de plural específicos, que possibilitou a emergência da nova forma. A questão, encarada por esse ponto de vista, segundo a teoria que estamos adotando, sugere que o fato de a falante possuir essas possibilidades no seu repertório linguístico pode ter sido o que proporcionou a sua emergência. Um outro componente que contribui para essa argumentação é o fenômeno atestado por Cobbinah (2017), sobre o estabelecimento da concordância numérica em uma posição sufixal em certas línguas, mesmo que não bantu, mas que também fazem parte do grupo nigero-congolês e que possuem a organização

102 Dados retirados de Lopez (2013:15).

103 Entendida como “transposição das letras em uma palavra ou epêntese (inserção de um fonema ou sílaba no interior de uma palavra)” (López 2013:17).

morfossintática de concordância fundamentada em classes nominais, demonstrando que o processo de sufixação numérica em línguas que se organizam dessa maneira pode não ser tão raro assim.

Somado à questão das classes nominais, as línguas bantu apresentam variação quanto à organização sentencial. Esta variação está relacionada à proeminência dada à estrutura da informação, como dito brevemente acima. A estrutura da informação pode ser definida como sendo a estrutura pela qual a informação sobre a qual a sentença que se constrói se organiza¹⁰⁴. Essa estrutura se relaciona sobretudo com o contexto em que a sentença é pronunciada; segundo Negrão e Viotti (2020), “todas as línguas têm estratégias próprias para ligar o conteúdo proposicional de suas sentenças ao discurso, exibindo diferentes maneiras de codificar sua estrutura informacional: por alterações na ordem dos constituintes sintáticos, por prosódia, ou por construções específicas, como clivadas, por exemplo (Lambrecht 1994)” (:185).

Alguns trabalhos vêm apontando (Morimoto 2006; Marten 2011; Marten e van der Wal 2014; van der Wal 2015) uma certa robustez, dentre as línguas bantu, com relação à ordem dos constituintes e às propriedades dos marcadores de concordância, observando que essas propriedades interagem diretamente com a estrutura da informação. Esses estudos vêm da constatação de que há construções que não seguem necessariamente a ordem canônica (SVO) observada em (10).

Segundo a literatura, esse movimento é produtivo em muitas línguas bantu, que realizam construções nas quais o sujeito lógico aparece em uma posição pós-verbal e, em algumas dessas construções, a concordância verbal não é com o sujeito lógico, mas com o elemento pré-verbal (van der Wal 2015:10), que então pode receber os mais diversos papéis semânticos, não necessariamente o de fonte (agente, causa) do evento. Esses trabalhos exploram a ideia de que as línguas bantu podem apresentar uma gama de construções de inversão de constituintes (Marten e van der Wal 2014:2)¹⁰⁵.

Em algumas das inversões atestadas em bantu, o complemento é deslocado para o início da sentença e seguido imediatamente do sujeito lógico, como podemos observar no dado de kinyarwanda, uma língua do grupo, falada em Ruanda, na República Democrática do Congo e em Uganda, ilustrado em (16a) abaixo, enquanto em outras, como em (16b), o verbo permanece em sua posição canônica e apresenta, como marca de sujeito, o prefixo de classe do argumento que está ocupando a posição de sujeito preposto, neste caso, um elemento locativo, e o sujeito lógico aparece em posição pós-verbal,

104 Ver Creissels (2019) para detalhes sobre a tipologia da estrutura informacional.

105 Ver o estudo de Marten e van der Wal (2014) para uma tipologia detalhada sobre a inversão em 46 línguas do grupo bantu e Negrão e Viotti (2020) para uma análise comparativa sobre a características dessas sentenças e a emergência de padrões similares no português brasileiro.

adjacente ao verbo. O dado em (16b) foi retirado da língua nomeada otjiherero, falada na Namíbia, em Botswana e no sudeste de Angola:

(16)

a. igi-tabo úmwáana a-ra-gi-som-ye¹⁰⁶
 7-livro 1-criança SM1-PRES-OM7-ler-ASP¹⁰⁷

‘O livro, a criança está lendo’

b. M-ón-djúwó mw-á-hití è-rúngá¹⁰⁸
 18-9-casa SM18-PST entrar 5-ladrão

‘Na casa entrou o ladrão’

Na construção em (16a) acima, observamos uma construção de deslocamento à esquerda em que o argumento paciente é deslocado para a posição inicial e é seguido do sujeito lógico e do verbo, que então recebe a marca de sujeito correspondente ao sujeito lógico. Já na inversão em (16b), o constituinte locativo da classe 18, que nos informa onde os ladrões entraram, não apenas é deslocado para o início da sentença como também é o único elemento que dispara a concordância estabelecida no marcador de classe de sujeito, no caso, o prefixo de classe nominal 18, no verbo. De acordo com as autoras Negrão e Viotti (2020), o dado observado em (16b) representa um exemplo de inversão locativa formal e apresenta as seguintes propriedades:

(i) o sujeito lógico segue o verbo e não pode ser omitido; (ii) há uma relação de concordância entre o prefixo de classe nominal do constituinte pré-verbal, no caso a marca locativa 18 prefixada ao nome, e a marca de sujeito prefixada à raiz verbal, no exemplo (SM18); (iii) do ponto de vista informacional, o constituinte pré-verbal serve como tópico, o sujeito lógico pós-verbal introduz foco do tipo informação nova, ou foco apresentacional ou tético; (iv) a introdução do prefixo de marcação de objeto (OM) gera agramaticalidade; (v) há uma adjacência estrita entre o verbo e o sujeito lógico em posição pós-verbal, marcada por uma variedade de estratégias de ordem fonológica ou morfológica.¹⁰⁹

(Negrão e Viotti 2020:187)

¹⁰⁶ Dado retirado de Morimoto (2006:164), adaptado.

¹⁰⁷ As glosas adicionais em (16) representam: ASP= aspecto e PST = tempo passado.

¹⁰⁸ Dado retirado de Negrão e Viotti (2020:187).

¹⁰⁹ Ver o referido estudo para uma análise detalhada dos termos atribuídos.

Nesse sentido, vemos que a ordem dos constituintes em bantu é frequentemente organizada segundo a estrutura da informação, mas que também interage intimamente com a marcação de concordância verbal de argumentos e adjuntos, e, em alguns casos, essa correspondência também leva em consideração a prosódia (Marten 2011). Essa discussão é importante para que possamos nos atentar mais detalhadamente às construções atestadas no *corpus*, expressas em (1), (2), (3), (7) e (9), retomadas aqui em (17-23) abaixo:

- (17) o pexe temos aí quatro mil pexe;
- (18) chijyata não temos;
- (19) adupo tamém temo falta;
- (20) a doença tira onde na água que é sussas;
- (21) meli num tá saí;
- (22) os outros tão lhe dar lugar;
- (23) eu não tô a me dar lugar.

Em (17-19), observamos que objeto da sentença é deslocado a uma posição pré-verbal topicalizada que aparece imediatamente seguida do verbo, que, por sua vez, estabelece a concordância com o sujeito lógico das respectivas sentenças, ainda que fonologicamente omitido, estratégia similar àquela atestada em (16a). Já nas sentenças (20) e (21), observamos uma semelhança à organização sentencial em (16b), em que a posição pré-verbal contém a informação principal e dispara a concordância com o verbo que a acompanha, mesmo que os elementos que ocupam esse lugar frontado não sejam os constituintes que representam o papel de sujeito (agente, causa, fonte da ação) nessas sentenças; pelo contrário, eles se encontram em uma relação semântica de paciente com relação aos eventos expressados. Em (22) e (23), observamos os argumentos em posição inicial carregam o papel semântico de beneficiário e são, em seguida, retomados por um pronome dativo na pessoa correspondente ao constituinte frontado: *me*, no caso de primeira pessoa, *lhe*, no caso de terceira pessoa, como observado anteriormente. A marca de terceira pessoa impessoal no verbo em construções com frontamento do objeto tem sido apontada como uma estratégia de construções com sentido passivo em algumas línguas bantu, como no kimbundu (Givón 2006), e, em outras, como no português angolano (Chavagne 2005, Negrão e Viotti 2008). Nesse sentido, observamos que os falantes acima,

dado os recursos a eles disponíveis, estabelecem diferentes estratégias para codificar os eventos sobre os quais irão falar.

Negrão e Viotti, em uma série de artigos recentes (2008, 2010, 2011, 2014a, 2020; Petter, Negrão e Viotti 2018) chamam a atenção para fenômenos que ocorrem no português brasileiro, os quais conceituam de construções absolutas: “são sentenças totalmente impessoais, que denotam eventos como se eles simplesmente acontecessem, sem que nada lhes tivesse servido como causa” (Negrão e Viotti 2020:175), como observados em sentenças tais como (24a, b, c) abaixo:

(24)

- a. O jardim destruiu todo.
- b. Estas nanicas enormes deram na minha chácara.
- c. A entrevista tá gravando.¹¹⁰

Nestas construções, observam ainda que: “o que parece ser uma característica marcante no português brasileiro é que, para além dessas estratégias, a própria posição de sujeito é prioritariamente percebida e utilizada como um locus informacional, mais do que como uma posição temática” (:185). As autoras argumentam que línguas bantu, principalmente as da região de Angola, línguas gbe e línguas românicas, em especial o português europeu, são línguas que estiveram em contato no Brasil colônia, e que integraram o banco de traços que pode ter sido o que propiciou a emergência destas sentenças no português brasileiro. As autoras, citando Pontes (1986), ainda salientam que construções como essas têm que ser analisadas dentro de uma teoria que leve em conta o contexto de sua produção, “pois só assim será possível explicar a interpretação dada a elas pelo falante” (:185).

Isso posto, observamos que esse fenômeno das construções absolutas parece ocorrer em alguma medida também no português de Angola. Nos dados mostrados acima, especialmente em (20) e (21), e também em (25) retomado abaixo, atestado em (1):

(25) deu trezentos e trinta e oito pexe que morreram.

Vemos que esses eventos, e sobretudo aquele expresso por “dar” na sentença grifada, são expressos de uma maneira sem que uma fonte de energia seja envolvida. Na referida sentença, podemos encontrar similaridades entre as sentenças absolutas atestadas no português falado no Brasil, por

¹¹⁰ Exemplos retirados de Negrão e Viotti (2014a).

Negrão e Viotti. Entre essas construções parece haver uma forma comum de codificar os eventos pelos falantes, que passa pelo entendimento de que aos eventos é atribuído um caráter autônomo, como se eles ocorressem por si mesmos.

Assim, observamos que os falantes situados em Angola, inseridos em uma rica ecologia em que distintas línguas bantu e variedades de português coexistem, possuem recursos disponíveis em seus repertórios linguísticos os mais diversos, que lhe servem como mecanismos para codificar os eventos das mais variadas formas. Por um lado, percebemos a preferência, desses falantes, por compor as sentenças de uma forma que estabelece, logo no início, a veiculação de uma certa estrutura informacional que se abre para constituintes com papéis semânticos os mais diversos, em detrimento de organizá-las na ordem gramatical canônica SVO, em que, a posição de sujeito pré-verbal de uma sentença ativa seria representada por um constituinte que apresentaria o papel temático de agente, causa, fonte da ação. Nesse sentido, podemos observar uma assimetria de natureza sintático-semântica revelada pela proeminência informacional (Negrão e Viotti 2020). Por outro lado, essa maneira de organizar os constituintes nos revela a expressão de formas que se voltam para o discurso, em que a codificação garante a proeminência da estrutura informacional na sentença e propicia a realização de diversas estratégias capazes de expressar um recorte dos eventos de distintas maneiras, sem que, por vezes, seja necessária a atribuição de uma agentividade a eles, a depender do contexto, de modo a impessoalizá-los totalmente.

Uma outra propriedade sobre as características das línguas do grupo bantu a qual nos referimos trata sobre recursos icônicos. Em 1935, Doke (citado em Akita e Dingemanse 2019) na tentativa de estabelecer uma definição para categorizar formas que eram, de antemão, em sua maioria, entendidas como meras imitações de sons, foi um dos primeiros a insistir que, pelo menos nas línguas bantu, essas formas estabeleciam uma classe lexical no mesmo nível de categorias mais amplamente usadas como substantivos e verbos. Ele as definiu como “ideofone”, caracterizando-as da seguinte forma:

Uma representação vívida de uma ideia em um som. Uma palavra, frequentemente onomatopáica, que descreve um predicado, qualificativo ou adverbial em relação à maneira, cor, som, cheiro, ação, estado ou intensidade (...). Deve ser apontado que geralmente as regras especiais de duração, tom e ênfase, aplicáveis nas formas gramaticais comuns, diferem consideravelmente no caso dos ideofones.¹¹¹

(Doke 1935 apud Akita e Dingemanse 2019:2)

111 Do original: “A vivid representation of an idea in sound. A word, often onomatopoeic, which describes a predicate, qualificative or adverb in respect to manner, colour, sound, smell, action, state or intensity. ... It must be pointed out that generally the special rules of length, tone and stress, applicable in ordinary grammatical forms, differ considerably in the case of ideophones” (Doke 1935 apud Akita e Dingemanse 2019:2).

Segundo os autores, embora a definição de Doke fosse destinada ao uso dessas formas em gramáticas de línguas Bantu, fenômenos similares foram atestados em diversas outras línguas (Akita e Dingemanse 2019). O que nos chama a atenção para essa questão é o fato de que formas ideofônicas são encaradas como inexistentes na língua portuguesa (Araújo 2020), e, mesmo assim, a falante em (6) utiliza um recurso icônico parecido para se expressar, em *vai batê pupupu*, e *e o outro tatata*. Não nos cabe, neste trabalho, definir se esta forma é mesmo uma forma ideofônica ou não. Contudo o que podemos observar é que esse uso acompanha um gesto e remete tanto à imagem do amadurecimento da fruta quanto à animacidade do verbo gritar, além de estabelecer uma relação gramatical com os outros elementos da sentença. Nesse sentido, é um recurso icônico que muito provavelmente faz parte do repertório linguístico da falante, que foi acionado, em uma circunstância cotidiana, propiciando a emergência de formas que possuem tais características.

Finalmente, chegamos ao item que se relaciona aos verbos com propriedades predicatoras atestados como característicos das línguas bantu. Na gramática elaborada por Chatelain (1888–1889), ainda no século XIX, sobre a descrição da língua que se nomeia como kimbundu à época, pontua: “por verbos qualificativos que são numerosíssimos e vantajosamente fazem as vezes dos adjectivos d'outras linguas. Ex.: **xitu iauaba** que significa igualmente: *a carne e boa e boa carne*. O attributivo não se diferencia do predicado, nem syntheticamente” (:65). Podemos observar, dessa maneira, que essa é uma forma produtiva nas línguas locais angolanas e pode ser que esta seja uma forma morfossintática para expressar qualidade que também faça parte do repertório linguístico da falante em (5). Assim emerge a forma *o caçador também ilegale*, em que o uso do elemento atributivo, *ilegale*, não se diferencia do predicado. Essa não diferenciação entre o elemento atributivo e o predicado provavelmente está disponível à falante, devido ao banco de traços formado pela ecologia na qual se encontra, uma vez que ela está e trabalha na província do Bengo, região que é reconhecida como pertencente a área onde se falam, em grande parte, a língua nomeada kimbundu.

Em virtude desses fatos, observamos que termos como transferência de código, *code switching*, *code mixing*, *borrowing*, empréstimo linguístico, dentre outros, termos tão caros à literatura de contato, não se aplicam para conceituar as formas evidenciadas, uma vez que para tanto é preciso assumir que as línguas funcionem como blocos fechados em que seus elementos seriam pontualmente transferidos de um lado para o outro. Percebemos que esses termos, tampouco o processo de nomeação das línguas, não conseguem captar a fluidez das realizações linguísticas refletidas nos usos aqui

demonstrados, uma vez que essas realizações representam muito mais que apenas “cópia e cola” de fenômenos; elas constituem formas inovadoras derivadas da combinação, reorganização de traços linguísticos e criação de múltiplas formas e sentidos, disponíveis aos falantes nas ecologias em que se inserem, e que emergem com o intuito de suprir as suas necessidades comunicativas. Esses novos elementos são compostos por propriedades linguísticas variadas, neste caso, tanto do português quanto das línguas de origens africanas locais, que compõem o banco de traços, disponíveis ao falante.

4.4 Breves conclusões

As situações em que os atos comunicativos se encontram não são um conjunto pré-determinado de normas funcionando apenas como restrições à performance linguística. Muito pelo contrário, elas podem ser encaradas como um fenômeno interativo alcançado (Wei 1984:57) e conjuntamente construído. Os participantes da interação conversacional a cada turno produzem formas contínuas que servem como gancho para o turno subsequente, e assim, ciclicamente, geram-se outras e novas formas que podem ou não se tornarem novos padrões adotados pela comunidade.

Nesse sentido, cada contato representa uma interação única e particular que tem potencial para dar origem a novas e particulares inovações. Línguas não são entidades autônomas: elas dependem das pessoas que as falam e acompanham essas pessoas em suas viagens; nesses movimentos, grupos populacionais encontram outros falantes de outras línguas, eventualmente juntam-se a eles formando novas comunidades e alterando as práticas linguísticas anteriores que caracterizavam ambos os grupos (Mufwene 2018: 388). Em virtude dessas particularidades, o tratamento das ecologias multilíngues deve ser feito de maneira diferenciada, de acordo com as especificidades de cada uma delas. “Cada situação de contato se caracteriza por uma história socioeconômica particular que precisa ser cuidadosamente descrita e levada em consideração como um fator determinante para a explicação dos resultados do contato” (Negrão; Viotti 2020:179).

Como bem notam Negrão e Viotti (2020), de maneira geral, quando as descrições e análises levam o contato linguístico em consideração, elas “tomam como dados de interesse aqueles que podem ser explicados como empréstimos lexicais ou estruturais, sem que se façam discussões mais detalhadas sobre o arcabouço da gramática de onde vieram esses empréstimos” (:194). No entanto, é crucialmente ao olhar para esses aspectos que se revela um panorama maior, capaz de dar sentido à emergência de inovações linguísticas: são questões proeminentes das gramáticas das línguas e variedades em contato

que fornecem os elementos necessários para o surgimento dessas inovações, que se configuram como algo inteiramente novo, não encontrado de maneira idêntica em nenhuma das práticas linguísticas a partir das quais as novas variedades emergiram, mesmo que esses novos fenômenos se relacionem com traços da gramática das línguas que lhes deram origem por um certo tipo de semelhança de família (Mufwene 2008). Esse modo de encarar as práticas linguísticas pode nos revelar aspectos antes banalizados, mas que contêm características capazes de iluminar novos passos a serem percorridos na área.

Capítulo 05 – Considerações finais

Como resultado da história social, Angola atualmente apresenta um mosaico diverso linguístico e cultural. Essa diversidade pode ser estudada de uma perspectiva de padrões de língua – em termos lexicais, semânticos, morfossintáticos, fonético-fonológicos, pragmáticos, discursivos –, mas as dinâmicas, motivações e causas que fundamentam esse complexo caleidoscópio (Mufwene 2008) somente podem ser devidamente compreendidas a nível de cada falante (Lüpke 2016), nas instâncias comunicativas. Eles, enquanto membros de grupos sociais, são os agentes responsáveis pela adaptação aos fatores estruturais que os cercam e pela emergência e criação desses novos padrões.

As dinâmicas comunicativas modernas do território, por sua vez, são frutos tanto de um passado marcado por migrações, relações interétnicas, organizações sociais pautadas em reinos e instituições transversais, nas quais o contato era a força motriz dessas relações, como posteriormente de uma política linguística ofensiva durante o período colonial, que impunha aos habitantes o domínio do português como pré-requisito para o acesso à cidadania. Tentou-se, sobretudo com essa atitude, sobrepor a língua portuguesa, implantada na região, à ecologia preexistente multilíngue bantu. O legado dessas políticas em uma realidade pós-colonização deixou marcas sociais profundas e também linguísticas, que prevalecem ainda hoje. Contudo, ainda que uma política vertiginosa tente colocar o português como única língua hegemônica, as práticas linguísticas cotidianas perfuram as barreiras das línguas nomeadas e coexistem de uma maneira orgânica, atendendo às necessidades comunicativas dos falantes.

Vimos que algumas das características observadas no português falado se assemelham a propriedades gramaticais que são atestadas nas línguas bantu em geral, principalmente com relação à ordem dos constituintes, ao sistema de concordância, à estrutura da informação, aos recursos icônicos e aos verbos com propriedades predicativas. A abordagem desses fenômenos, resultantes do contato linguístico, sob a perspectiva de evolução linguística de Mufwene (2001, 2008, 2014) e Aboh (2015, 2020) e da perspectiva de análise das relações multilíngues proposta por Lüpke (2016), que coloca o foco na fluidez e complexidade dos repertórios linguísticos individuais, nos permite analisar a maneira como se configuram os usos dos ‘portugueses’ de várias regiões de Angola, em situações em que se viram, de certa forma, compelidos a usarem o português para se expressar, mesmo que este não seja a sua primeira língua adquirida.

Assim, as estratégias presentes nas línguas em contato são acionadas como recursos para que seja obtido sucesso na comunicação, no sentido do falante se fazer entender e ser compreendido. Desse modo, constatamos que termos como transferência de código, *code switching*, *code mixing*, *borrowing*, empréstimo linguístico, dentre outros, tão caros à literatura de contato, não se aplicam para conceituar as formas evidenciadas, uma vez que para tanto é preciso assumir que as línguas funcionem como blocos fechados em que seus elementos seriam pontualmente transferidos de um lado para o outro. Nossa evidência é a de que em muitos aspectos esses fenômenos, por um lado, se distanciam de perspectivas sobre multilinguismo que concebem uma separação máxima entre as línguas nomeadas (Lüpke 2020), e, por outro, se aproximam a favor da hipótese de um *continuum* do português (Petter 2008), que vai se multiplicando em variedades que mudam, também em função de tempo e espaços próprios em que se manifestam (Mufwene 2014).

Em virtude desses fatos, observa-se que o contato está em todo lugar, até mesmo entre os falantes das consideradas mesmas línguas, ou dialetos. Ao dispensar a ideia de um sistema homogêneo, e, ao contrário, considerar a diversidade como elemento fundamental da evolução linguística (Grollemund et al. 2015), é possível observar o resultado dos múltiplos contatos idioletais nas práticas linguísticas cotidianas, sob a ótica de buscar compreender o que ocorre quando os falantes interagem e os mecanismos acionados para a ocorrência da adaptação e acomodação idioletais para construir sentido e serem entendidos.

A (re)combinação de traços linguísticos se desenvolve a partir da interação dos diferentes idioletos dos falantes, que carregam gramáticas singularmente híbridas (Aboh 2015). Embora possa parecer que as formas são diretamente transpostas entre os idioletos, o que se observa é que elas nunca são iguais, uma vez que os indivíduos e o repertório dos seus respectivos idioletos também não o são, e, para além de assumir categorias previamente delimitadas, os falantes têm a intenção de construir sentido. Assim, entendemos que novos padrões emergem da (re)criação e (re)combinação de traços linguísticos disponíveis nas ecologias, coerentemente diversos, e que, por vezes, se assemelham àqueles que lhes deram origem (Aboh 2015).

Desse modo, a maneira como as línguas, entendidas como extrapolação de idioletos, mudam, e o papel do contato na evolução linguística só podem ser devidamente explorados por meio das interações cotidianas. A diversidade linguística existe na criatividade, inerente aos falantes, que emerge nos atos comunicativos entre os idioletos que coabitam os espaços enunciativos, que são contínuos e heterogêneos. Mesmo que políticas linguísticas enrijeçam determinadas relações e promovam

hierarquias, as práticas linguísticas transbordam as fronteiras nítidas nomeadas entre as línguas. Este hibridismo se mostra mais aparente entre as tipologicamente mais distintas.

A complexidade de tal comportamento é mais bem ilustrada nas tentativas dos falantes de se comunicarem ao adaptar/acomodar os próprios comportamentos a outros similares aos dos membros da(s) comunidade(s) da qual fazem parte e/ou com a qual identificam. Assim “o indivíduo cria para si padrões de comportamento linguístico que se assemelham àqueles ou aos grupos com os quais gostaria de ser identificado, ou opostamente, dos quais gostaria de ser distinguido”¹¹² (Le Page; Tabouret-Keller 1985:181). Ao materializar esses padrões na fala, “o falante projeta seu universo interior, implicitamente convidando outros a compartilhá-lo, pelo menos na medida em que sua linguagem como um símbolo daquele recorte de mundo é reconhecida” (Le Page; Tabouret-Keller 1985:181). Cada declaração, cada turno, por sua vez, muda, mantém ou reestabelece outras propriedades da situação comunicativa. Em uma conversa, “quaisquer que sejam a língua que o participante escolha para organizar o seu turno ou declaração (que faz parte do turno), a seleção exerce uma influência nas escolhas linguísticas subsequentes do mesmo ou dos outros falantes” (Wei 1984:57) que participam da cena enunciativa.

Apesar de haver uma considerável literatura sobre as influências das línguas bantu no português (ver, por exemplo, Inverno 2010 e as referências presentes ali), elas geralmente não são exploradas por essa ótica. Ali, essas inovações são sempre comparáveis a um ideal padronizado da língua portuguesa, e são encaradas como meras “simplificações” deste padrão irreal. Propor o estudo das novas formas atestadas no português falado em Angola, sob a perspectiva adotada neste trabalho, pressupõe entender que elas emergiram em um contexto de intensa influência entre línguas românicas e não indo-europeias. Isso sugere que devemos entender essas novas configurações como línguas híbridas (cf. Aboh 2015), que manifestam “em maior ou menor grau, características românicas, mas apresentam também semelhanças com muitas das línguas não indo-europeias faladas nos territórios conquistados e colonizados pelos europeus” (Negrão e Viotti 2020: 195). Essas semelhanças, como já apontado, são mais profundas do que o empréstimo de itens lexicais ou de estruturas morfossintáticas, e precisam ser investigadas a partir de uma análise cuidadosa dos padrões das práticas linguísticas africanas locais com as quais essas línguas entraram em contato, dos tipos de interação entre os falantes, e das ecologias atuantes, elementos que vão além do processo de nomeação linguística.

112 Do original: “the individual creates for himself the patterns of his linguistic behaviour so as to resemble those of the group or groups with which from time to time he wishes to be identified, or so as to be unlike those from whom he wishes to be distinguished” (Le Page e Tabouret-Keller 1985:181).

Colocando nos termos de Levinson (2012, citado em Ameka 2016:71): “a diversidade é a característica mais marcante dos seres humanos – não há outro animal no planeta, até onde sabemos, que tenha tantas variedades de forma e significado em todos os níveis de seu sistema de comunicação”¹¹³. As dinâmicas de eterna-mutabilidade linguística se dão nos eternos-mutáveis seres humanos; assim são não-homogêneas, ilimitadas e se desenvolvem nas relações determinadas em partes pelo ambiente e em partes pelo repertório linguístico (Tabouret-Keller 1998:2) específico e particular de cada falante.

Nesse sentido, se faz urgente proceder à descrição das línguas bantu de Angola para um melhor entendimento das línguas africanas envolvidas pelo contato, uma vez que as transformações sociais são muito rápidas. Assim, essa pesquisa procurou contribuir não apenas com mais dados empíricos para futuras investigações, como também buscou reivindicar a perspectiva de valorização da pluralidade inerente dos seres humanos, das interações e das práticas linguísticas.

Finalmente, as discussões e os resultados apresentados na dissertação explicitam a relevância de trabalhos interdisciplinares, conforme o reivindicado em Negrão e Viotti (2012) para uma História Linguística, e também a necessidade de uma maior sofisticação no tratamento dos fenômenos de contato de línguas e de conhecimentos mais integrais a respeito do modo como o multilinguismo africano opera, no tocante às relações entre as práticas linguísticas e aos falantes multilíngues.

113 Tradução do original, do trecho: “diversity is the most striking feature of human beings – there is no other animal on the planet, as far as we know, which has such myriad variants of form and meaning at every level in its communication system” (Ameka 2016:71).

Referências¹¹⁴

- Aboh, E. O. *The Emergence of Hybrid Grammars: Language Contact and Change*. Cambridge: Cambridge University Press. 2015.
- Aboh, E. O. Pourquoi parlons-nous tous un créole? Le changement linguistique à travers le prisme de la créolistique. *In: Faits de Langues*. Volume 49: Issue 1. Brill: 25–46. 2019.
- Aboh, E. O. Lessons From Neuro-(a)-Typical Brains: Universal Multilingualism, Code-Mixing, Recombination, and Executive Functions. *Frontiers in Psychology*. 2020.
- Adriano, P. S. Tratamento morfosintático de expressões e estruturas frásicas do Português em Angola. Universidade de Évora. Dissertação de Doutoramento em Linguística. 2014.
- Aikhenvald, A. Y. *Classifiers: A Typology of Noun Categorization Devices*. Oxford Studies in Typology and Linguistic Theory, Oxford: Oxford University Press. 2000.
- Aikhenvald, A. Y. *How gender shapes the world*. United Kingdom: Oxford University Press. 2016.
- Akita, K.; Dingemanse, M. Ideophones (Mimetics, Expressives). *In: Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. (Ed.) Mark Aronoff. Oxford University Press.
DOI <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199384655.013.477>. 2019.
- Alfredo, E. Les politiques linguistiques et le rôle des langues nationales pour le développement durable en Angola. WOCAL – The World Congress of African Linguistics, junho de 2021.
- Ameka, F. The uselessness of the useful: Language standardisation in multilingual contexts. *In: Prescription and Tradition in Language: Establishing Standards across Time and Space*. Multilingual Matters. Carol Percy and Ingrid Tieken-Boon van Ostede (eds.). 2016.
- Ameka, F.; Terkourafi, M. What if...? Imagining non-Western perspectives on pragmatic theory and practice, *Journal of Pragmatics*. DOI <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2019.04.001>. 2019.
- Anchimbe, E. A. *Language policy and identity construction: The dynamics of Cameroon's multilingualism*. University of Bayreuth, Alemanha. 2013.
- Angola. Constituição. Constituição da República de Angola: promulgada em 27 de janeiro de 2010.
- Angola. Lei de Bases do Sistema de Educação. Luanda. 2001.
- Angonotícias – notícias de Angola em tempo real. Paragem do brilho para engraxadores. Luanda. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/27690/paragem-do-brilho-para-engraxadores>>. 2010.

¹¹⁴ De acordo com Estilo Vancouver.

Araújo, G. A. Ideophones and realia in a Santome/Portuguese bilingual dictionary. In: Laborhistórico – história e histórias do léxico: diferentes perspectivas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2020.

Assunção, M. R. Engolo e capoeira. Jogos de combate étnicos e diaspóricos no Atlântico Sul. Tempo 26 (3). DOI <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260302>. 2020.

Birmigham, D. A Short History of Modern Angola. New York: Oxford University Press. 2015.

Bostoen, K. The Bantu Expansion. Subject: Archaeology, Central Africa, East Africa and Indian Ocean, Historical Linguistics, Language and History, Southern Africa. DOI: 10.1093/acrefore/9780190277734.013.191. 2018.

Cannecatin, B. M. Dicionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza, e latina. Lisboa: Na Impressão Regia. 1804.

Chatelain, H. Gramática elementar do Ki-mbundu, ou lingua de Angola. Genebra: Typografia de C. Schuchardt. 195pp. 1888–1889.

Chavagne, J.P. Etude Des Écarts Morphosyntaxiques. In La langue portugaise d'Angola – étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais. Tese de doutorado. Université Lumière Lyon 2. 2005.

Childs, G. M. The peoples of Angola in the Seventeenth Century according to Cadornega. The Journal of African History, v. 1, n. 2, p. 271–279. 1960.

Cobbinah, A. Y. Suffixed plurals in Baïnonk languages: Agreement patterns and diachronic development. JALL; 38(2): 145–185. DOI: <https://doi.org/10.1515/jall-2017-0007>. 2017.

Coelho, M. T. P. Lord Salisbury's 1890 Ultimatum to Portugal and Anglo-Portugal. St. John's College, Oxford / Universidade Nova de Lisboa. 2014.

Costa e Silva, A. A enxada e a lança: A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2002.

Creissels, D. Bantu languages: Typology and variation. Em: The Oxford Guide to the Bantu Languages. 2019.

Degraff, M. Linguists' most dangerous myth: The fallacy of Creole Exceptionalism. Language in Society, 34(4), 533-591. 2005.

Demuth, K. Noun classes and agreement in Sesotho acquisition. In M. Barlow and C.A. Ferguson (eds.), Agreement in natural languages: Approaches, theories and descriptions, pp. 305-321. CSLI: University of Chicago Press. 1988.

Deumert, A. Language Planning and Policy. Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 371–402. 2009.

Di Carlo, P.; Good, J. The vitality and diversity of multilingual repertoires. *Language*, Volume 93, Number 4, pp. 254–262. 2017.

Dias, P. S. J. Arte da lingua de Angola, oferecida [sic] a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, & Senhora dos mesmos Pretos. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Majestade. Disponível em: <https://purl.pt/31521/1/html/index.html#/18-19>. 1967.

Dingemanse, M. et al. Universal Principles in the Repair of Communication Problems. Max Planck Institute for Human Cognitive and Brain Sciences, Alemanha. 2015.

Doke, C. M. The earliest records of Bantu. *Bantu Studies*, 12:1, p. 135-144. DOI 10.1080/02561751.1938.9676074. 1938.

Eberhard, D. M., Gary F.; Fennig, S. & Fennig, C. D. (eds.). *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-third edition. Dallas, Texas: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>. 2020.

Encyclopedia Britannica, Inc. Niger-Congo languages. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/NigerCongo-languages>. Acesso em junho, 2021.

Evans, N. Did language evolve in multilingual settings?. *Biology & Philosophy*. 32. 10.1007/s10539-018-9609-3. 2018.

Fernandes, G. Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Nº 49. Rio de Janeiro. 2015.

Fonseca, M. B. Nzinga Mbandi conquista Matamba: legitimidades e poder feminino na África Central. Século XVII. *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da APUH-SP*. 2014.

Fourshey, C. C.; Gonzales, R. M.; Saidi, C. África Bantu de 3500 a.C. até o presente. Título do original em inglês: *Bantu Africa – 3500 BCE to Present*. Editora Vozes. 2019.

Franchi, C. Predicação. *Revista de estudos da linguagem*, v.11(2), p.17–81.[1997]/2004.

Givón, T. The theme-and-variation approach to syntax. In: *Syntax: a functional-typological introduction* (vol. I). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1984.

Givón, T. Grammatical relations in passive clauses: a diachronic perspective, em W. Abraham e L. Leisiö (eds.) *Passivization and typology. Form and function*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins: 337-350. 2006.

Green, T. *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Penguin Books, Random House, Reino Unido. 2019.

Greenberg, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In J. H. Greenberg (Ed.), *Universals of Language* (pp. 40-70). Cambridge, MA: MIT Press. 1963.

- Greenberg, J. H. Linguistic evidence regarding Bantu origins. *The Journal of African History*, 13(2), 189–216. doi:10.1017/S0021853700011427. 1972.
- Grollemund, R. et al. Bantu Expansion Shows That Habitat Alters the Route and Pace of Human Dispersals. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 112, no. 43 (2015): 13296–13301. 2015.
- Guthrie, M. *Comparative Bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages*. Farnborough: Gregg Press. 1967–1971.
- Heine, B.; Nurse, D. (Eds.). *A Linguistic Geography of Africa*. Cambridge Approaches to Language Contact.. Cambridge: Cambridge University Press. 2008.
- Heywood, L. M. Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures. In Heywood, L. M.(ed.): *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 91–113. 2002.
- Heywood, L. M. O reino de Ndongo e a invasão portuguesa. Em Heywood, L. M., *Jinga de Angola: A rainha guerreira da África*. Título original: *Njinga of Angola: Africa's Warrior Queen*. 1ª ed. Todavia, São Paulo, p. 25–41. 2019.
- Holm, J. *Pidgin and creole languages: Essays in honor of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press. 1987.
- Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE). Disponível em: www.ine.gov.ao. Acesso em: 23 outubro, 2020.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada – Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL. São Carlos: Editora Cubo. 2017.
- Inverno, L. C. C. *Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola: evidence from Dundo (Lunda Norte)*. PhD. Dissertation, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (Portugal). 338p. 2010.
- Kent, R. Palmares: An African State in Brazil. *The Journal of African History*, 6(2), 161–175. 1965.
- Le Page, R. B.; Tabouret-Keller, A. *Acts of identity: Creole-based approaches to language and ethnicity*. University Press, Cambridge. 1985.
- Lima, I. S. *Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”, século XVII*. Rio de Janeiro, Unisinos, p. 109-121. Doi: 10.4013/htu.2017.211.09. 2017.
- Lisboa. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. 1957.

- Lüpke, F. Uncovering Small-Scale Multilingualism. *Critical Multilingualism Studies* 4.2: pp. 35–74. 2016.
- Lüpke, F. Standardization in highly multilingual contexts: the shifting interpretations, limited reach, and great symbolic power of ethnonationalist visions. In Wendy Ayres-Bennett, John Bellamy (Eds.): *The Cambridge handbook of standard languages*. Cambridge: Cambridge University Press. 2020.
- Lüpke, F.; Biagui, A. C.; Biai, L.; Diatta, J.; Mané, A. N.; Pereira, G. et al. LILIEMA: Language-independent literacies for inclusive education in multilingual areas. Em *Language and Development Series of the British Council*. 2018.
- Makoni, S.; Meinhof, U. H. Introducing applied linguistics in Africa. *AILA Review* 16: 1–12. 2003.
- Makoni, S.; Pennycook, A. *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon, GBR: Multilingual Matters. 2006.
- Makoni, S.; Severo, C. Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica. *Coleção Linguística*. v.5. Florianópolis: Insular. 2015.
- Marten, L. Information structure and agreement: Subjects and subject agreement in Swahili and Herero. *Lingua*, 121(5), 787–804. doi:10.1016/j.lingua.2010.11.005. 2011.
- Marten, L. e van der Wal, J. A typology of Bantu subject inversion, em *Linguistic Variation*, 14: 318–368. 2014.
- Mayembe, N. *Reforma Educativa em Angola: A monodocência no Ensino Primário em Cabinda*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.
- Mbembe, A. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Tradução de Fábio Ribeiro – Petrópolis, RJ.: Vozes. 2019.
- Meijer, G. e Birmingham, D. Angola from Past to Present. Em *From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process*, ed. Guus Meijer (Conciliation Resources). 2004.
- Meijer, G. e Muysken, P. On the beginnings of pidgin and creole studies: Schuchardt and Hesseling. In A. Valdman (ed), *Pidgin and creole linguistics*. Bloomington: Indiana Univ. Press. 1977.
- Miller, J. Poder político e parentesco: Os antigos estados Mbundu em Angola. Tradução. De Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional. Título original: *Kings and Kinsmen: early Mbundu States in Angola*. Oxford: Claredon Press, [1976]. 1995.
- Miller, J. Central Africa During the Era of the Slave Trade, c. 1490s–1850s. Em Heywood, L. M.(ed.): *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.
- Milroy, J., Milroy, L. Linguistic change, social network and speaker innovation. *Journal of Linguistics*, 21(2), 339–384. 1985.

Mingas, A. A Multiplicidade Linguística: A Língua Portuguesa em Angola. Actas do XX Encontro Nacional da APL. Universidade Agostinho Neto-ISCED. Luanda. 2004.

Morimoto, Y. Agreement properties and word order in comparative Bantu. ZAS Working Papers in Linguistics 43, 161–187. 2006.

Mufwene, S. S. Views on Englishes: A talk with Braj B. Kachru, Salikoko Mufwene, Rajendra Singh, Loreto Todd and Peter Trudgill. Links and Letters 5:225–241. 1998.

Mufwene, S. S. The Ecology of Language Evolution. Cambridge Approaches to Language Contact. Cambridge University Press, Cambridge. 2001.

Mufwene, S. S. Population Movements and Contacts in Language Evolution. Journal of Language Contact, p. 63–92. 2007.

Mufwene, S. S. Language Evolution: contact, competition and change. Continuum International Publishing Group, 2008. 2008.

Mufwene, S. S. What African Linguistics Can Contribute to Evolutionary Linguistics. Selected Proceedings of the 43rd Annual Conference on African Linguistics, ed. Olanike Ola Orié and Karen W. Sanders, 52–67. Somerville, MA: Cascadia Proceedings Project. 2013a.

Mufwene, S. S. The Ecology of Language: Some Evolutionary Perspectives. In: Da fonologia à ecolinguística: Ensaios em homenagem a Hildo Honório do Couto. Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, Davi Borges de Albuquerque e Gilberto Paulino de Araújo (orgs.). Brasília: Thesaurus. 2013b.

Mufwene, S. S. Language ecology, language evolution, and the actuation question. In: Language Contact and Change: Grammatical Structure encounters the fluidity of language, ed. by Tor Afarli & Brit Maelhum (orgs.). Amsterdam: John Benjamins. 2014.

Mufwene, S. S.; Vigoroux, C. B. Individuals, populations, and timespace Perspectives on the ecology of language revisited. Em Language Ecology 1:1, 75–102. John Benjamins Publishing Company. 2017.

Mufwene, S. S.; Coupé, C.; Pellegrino, F. Complexity in Language: A Multifaceted Phenomenon. In Title: Complexity in language: developmental and evolutionary perspectives / [edited by] Salikoko S. Mufwene, François Pellegrino, Christophe Coupé. 2017.

Mufwene, S. S. Creoles and pidgins – Why the latter are not the ancestors of the former. In: Evangelia Adamou & Yaron Matras (eds.), The Routledge handbook of language contact, 300–324. 2020.

Nações Unidas. Angola. Disponível em: <https://www.un.org/geospatial/content/angola>. 2008.

Nascimento, M. B. O conceito de quilombo e a resistência e a resistência cultural negra. Em: Afrodiáspora: revista do mundo negro. Nº 6–7. Ipeafro, pp. 41–49. 1985.

- Negrão, E. V.; Viotti, E. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: José Luiz Fiorin e Margarida M. T. Petter (eds.), *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo, Contexto:179–203. 2008.
- Negrão, E. V.; Viotti, E. A estrutura sintática das sentenças absolutas no português brasileiro, em *Linguística*, 23: 37–58. 2010.
- Negrão, E. V.; Viotti, E. Epistemological aspects of the study of the participation of African languages in Brazilian Portuguese, em Margarida M. T. Petter e Martina Vanhove (eds.), *Portugais et langues africaines. Études afro-brésilienne*. Paris, Karthala: 13–44. 2011.
- Negrão, E. V.; Viotti, E. Em busca de uma História Linguística. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 309–342. 2012.
- Negrão, E. V.; Viotti, E. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano, em *Linguística*, 30: 289–330. 2014a.
- Negrão, E. V.; Viotti, E. Brazilian Portuguese as a transatlantic language: agents of linguistic contact, em *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 3: 135–154. 2014b.
- Negrão, E. V.; Viotti, E. Abordando a emergência das peculiaridades do sujeito do português brasileiro a partir das margens da ciência linguística. Em, *Cuadernos de laALFAL* No 12 (2): 174–198. 2020.
- Neto, M. C. Maria do Huambo: Uma vida de “indígena”. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926–1961). Versão em português de “Race in the Law and in Everyday Life: Living under the ‘Native Statute’ (Estatuto dos Indígenas) in Central Angola, 1926–1961”. São Paulo, n. 35, p. 119–127. 2015.
- Nurse, D.; Philippson, G., et al. (Eds.). *The Bantu Languages*. Routledge Language Family Series. London: Routledge. 2003.
- Nzau, D.; Sardinha, M. G. Multilinguismo e direitos linguísticos: o direito à diversidade linguística (O caso de Angola). Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. 2009.
- Oliveira, H. T. Língua portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p. 234–269. 2018.
- Oliveira, S. S. E. *Diccionario Da Lingua Nbandu Ou Ngolense*. Loanda: Imprensa do govêrno. 1862.
- Petter, M. T. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; ROSA RIBEIRO, Fernando (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp. 2008.
- Petter, M. T.; Negrão, E. V. e Viotti, E. The Africa-Brazil continuum: the case of passive and impersonal constructions. Em Laura Álvarez Lopez, Perpétua Gonçalves e Juanito Avelar (eds.), *The*

Portuguese language continuum in Africa and Brazil. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins: 211–235. 2018.

Plaza, S.; Salas, A.; Calafell, F.; Corte-Real, F.; Bertranpetit, J.; Carracedo, A.; Comas, D. Insights into the western Bantu dispersal: mtDNA lineage analysis in Angola. *Human Genetics*, 115(5). doi:10.1007/s00439-004-1164-0. 2004.

Portugal. Decreto nº 16.473. Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colónias portuguesas de África. 6 de Fevereiro de 1929.

Rodney, W. *How Europe Underdeveloped Africa*. Bogle-L'Ouverture Publications, Londres. 1973.

Schadeberg, T. C. A sketch of Umbundu. In.: *Grammatische Analysen afrikanischer Sprachen*. Koln: Koppe. 1990.

Schleicher, A. Die ersten Spaltungen des indogermanischen Urvolkes. In: FRIEDRICH, Nicolai; MENDELSSOHN, Moses. (Org.) *Allgemeine Monatsschrift für Wissenschaft und Literatur*. Braunschweig: Schwetschke Verlag, 1853.

Schuchardt, H. Beiträge zur Kenntnis des kreolischen romanisch I. Allgemeineres über das Negerportugiesische. *Zeitschrift für romanische philologie*, vol, 12, pp. 242–54. Traduzido por 'On creole Portuguese'. In: *The ethnography of variation: selected writings on pidgins and creoles*, ed. by T. L. Markey, pp. 59-72. Ann Arbor: Karoma. 1888.

Schuchardt, H. *The Language of the Saramacca Negroes in Surinam*. *Pidgin and Creole Languages*. Selected Essays by Hugo Schuchardt. 1914c.

Severo, C. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. Em: Severo, C.; Siteo, B.; Pedro, J. *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* Lisboa: Escolar Editora. 2014.

Skutnabb-Kangas, T.; Phillipson, R. Linguistic human rights, past and present. Em: *Language Rights* (Volume 1). Routledge. 10.1515/9783110866391.71. 2017.

Paixão de Sousa, M. C. *Schuchardt Contra Os Neogramaticos. Schuchardt Contra Os Neogramáticos*. Organização, Introdução, Tradução e Notas De Maria Clara Paixão De Sousa. Campinas: RG Editora, 2010.

Tabouret-Keller, A. Language and Identity. In: *The Handbook of Sociolinguistics*. Florian Coulmas (eds.). 1998.

Taylor-Leech, K. E.; Benson, C. Language planning and development aid: the (in)visibility of language in development aid discourse. *Current Issues in Language Planning*. 2017.

The Map Archive. Africa after the Berlin Conference. Disponível em <https://www.themaparchive.com/product/africa-after-the-berlin-conference-1885/>. Acesso em outubro, 2020.

Thomason, S.; Kaufman, T. Language contact, creolization, and genetic linguistics. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 5(1). 1998.

Thornton, J. The Origins and Early History of the Kingdom of Kongo, c. 1350-1550. *The International Journal of African Historical Studies*, 34(1), 89–120. 2001.

Trudgill, P. *Dialects in Contact*, Oxford: Blackwell. 1986.

UNESCO. Including the excluded: Promoting multilingual education. Bangkok: UNESCO. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002462/246278E.pdf>>. 2016.

Vansina, J. Western Bantu Expansion. *The Journal of African History*, 25(2), 129-145. doi:10.1017/S0021853700022829. 1984.

Vansina, J. Foreword. In L. M. Heywood (Ed.), *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora* (pp. xi–xiii). Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2002.

Vansina, J. *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa before 1600*. University of Virginia Press. 2004.

Vansina, J. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*, 896 p.. Editado por Djibril Tamsir Niane. Brasília, UNESCO. 2010.

van der Wal, J. Bantu Syntax. In *Oxford Handbooks Online*. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199935345.013.50. 2015.

Verhaeghe, C.; Clist, B.; Fontaine, C.; Karklins, K.; Bostoen, K.; de Clercq W. KongoKing research project – interdisciplinary research on the Kongo kingdom. In: *Shell and glass beads from the tombs of Kindoki, Mbanza Nsundi, Lower Congo*. *Beads: Journal of the Society of Bead Researchers* 26: 23–34. 2014.

Wei, L. The ‘why’ and ‘how’ questions in the analysis of conversational code-switching. In. *Code-Switching in Conversation: Language, Interaction and Identity*. Auer, P. (Org.). 1984.

Weinreich, U. *Languages in Contact*, The Hague: Mouton. 1953.

Zau, F. *Educação em Angola: Novos Trilhos Para o Desenvolvimento*. Luanda, Movilivros. 2009.

ANEXO A

Abaixo, segue a lista de todos os vídeos da TPA que compuseram o *corpus*.

Vídeos	Título	Link
4	100 Limites “Só risadas”	https://www.youtube.com/watch?v=_Vuo0aKhZBU
5	108 casos de violência doméstica no Bengo nos últimos 10 meses	https://www.youtube.com/watch?v=JOY2__3wcEs
8	Afogamentos, Rio Cuele com mais registo de casos no Cuando Cubango	https://www.youtube.com/watch?v=LTCBcflEWic
9	Andebol Masculino – Filipe Cruz troca Angola pela RDC	https://www.youtube.com/watch?v=EoGATi1tqc8
10	Angola 44 anos – MPLA promove acto de massas para saudar o dia da Independência Nacional	https://www.youtube.com/watch?v=SGilNamQKLA
16	Apagão Deixa 10 províncias às escuras	https://www.youtube.com/watch?v=XYZ8FDCPsso
18	Aquicultura industrial ou artesanal	https://www.youtube.com/watch?v=KRNKVnoG670
19	Assaltos – Tira sossego no Bairro da Juventude em Caxito, Bengo	https://www.youtube.com/watch?v=3gwA3STCcSo
20	Atentado à saúde – Mulher detida por vender carne de caça deteriorada em Saurimo, Lunda-Sul	https://www.youtube.com/watch?v=jvxLEmibwaM
21	Aumento de afogamentos preocupa SPB em Malanje	https://www.youtube.com/watch?v=1n20VF2F214
22	Banana de Cabinda – Cerca de 40 toneladas são vendidas por ano no vizinho Congo Brazzaville	https://www.youtube.com/watch?v=fFdeV0JIVuQ
23	BI da Dipanda – Emitidos perto de 1.500 bilhetes em Cabinda	https://www.youtube.com/watch?v=OD2TYlhRnY
24	Bié – Motorizadas de três rodas aumentam risco nas estradas	https://www.youtube.com/watch?v=54HRqXF0nN4
25	Bié – Transportes públicos não cumprem horários e rotas estabelecidas	https://www.youtube.com/watch?v=e2ZihMZ7WZA
27	Cadeia de Luzia, Lunda-Sul – Secretária de Estado para os Direitos Humanos constata as condições	https://www.youtube.com/watch?v=Epn7fRUu-14
28	Café Arábica – Programa de revitalização lançado no Mungo, Huambo	https://www.youtube.com/watch?v=aUxqYITOARc
31	Central da Quileva Incêndio deixa Benguela às escuras	https://www.youtube.com/watch?v=vvA0UwHDhok
32	Central Híbrida do Bocoio – Placas solares geram 5 quilowatts	https://www.youtube.com/watch?v=pNSwf53FDAg
33	China Admite mais financiamentos para Angola	https://www.youtube.com/watch?v=BYvRj7CXpK8
35	Chuva no Cuanza Norte – 90 Residências inundadas em Cambambe	https://www.youtube.com/watch?v=K9DoW34Sz44
36	Combate ao VIH SIDA “Marcha solidária junta milhares de pessoas em Luanda”	https://www.youtube.com/watch?v=Ijyv9BtHW10
37	Comida feita na rua	https://www.youtube.com/watch?v=f6kq4L1AnQY
41	Criminalidade – Aumento de actos praticados que envolvem crianças no Cuanza-Norte	https://www.youtube.com/watch?v=HJ8LuyYEI8o

42	Criminalidade – Desmantelamento de 4	https://www.youtube.com/watch?v=4gc-DNyWgiw
43	supostos grupos de marginais no Moxico	
43	Criminalidade em Luanda “Situação está	https://www.youtube.com/watch?v=jQQ36256wCQ
47	controlada”, garante Presidente do MPLA	
47	Desentendimento entre vizinho resulta	https://www.youtube.com/watch?v=bVrCmRSKxVs
47	em 1 morto e 8 feridos e 8 residências	
47	destruídas em Benguela	
48	DESTAQUES DO JORNAL DA TARDE	https://www.youtube.com/watch?v=ftCfBoOFE0c
48	18 11 2019	
49	DESTAQUES DO JORNAL DA TARDE	https://www.youtube.com/watch?v=GHmzsdE1c_0
49	20 11 2019	
50	Detido homem acusado de extorção no	https://www.youtube.com/watch?v=86iwSNpqCjQ
50	Cuanza Sul	
54	EN 250 – Retomadas obras no troço	https://www.youtube.com/watch?v=pFqoVes7qWo
54	Cuito-Camacupa, Bié	
59	Habitação no Zaire – Obras para	
59	construção de 200 apartamentos em	https://www.youtube.com/watch?v=jNwniD1J2CQ
59	Mbanza Kongo	
64	INADEC – Inspectores constata	https://www.youtube.com/watch?v=gPEj8hON6Bk
64	irregularidades nas unidades fabris e	
64	estabelecimentos comerciais	
66	Indústria Petrolífera - Soyo tem o maior	https://www.youtube.com/watch?v=8PdEG2UOVOc
66	parque industrial no Zaire	
68	IURD Pastores Angolanos acusam	
68	Brasileiros de diversos crimes na gestão	https://www.youtube.com/watch?v=RPPBzc0yFoQ
68	da igreja	
69	IVA – Agentes comerciais em Menongue,	https://www.youtube.com/watch?v=Zh_363Oj4Sg
69	Cuando Cubango, capacitados	
76	Kota Nataniel e Kota Augusta “Kotas que	https://www.youtube.com/watch?v=_jOwk-wLkAo
76	Bailam”	
77	Luena, Moxico – Requalificação satisfaz	https://www.youtube.com/watch?v=avxLSVuYmZ0
77	moradores	
90	Nascer livre para brilhar – 56 Bebés	https://www.youtube.com/watch?v=Vi4WIsEERMw
90	livres do VIH no Sumbe, Cuanza-Sul	
96	O regresso do Dólar a Angola	https://www.youtube.com/watch?v=48QoQIBaMQM
97	OGE 2020 Deputados defendem maior	https://www.youtube.com/watch?v=h2MjppwXJqc
97	atenção à educação e saúde	
101	Pescas – Sector quer pôr ordem na	https://www.youtube.com/watch?v=Lf8uN-ubn_s
101	actividade dos armadores artesanais	
102	Pessoas expostas Politicamente Titulares	https://www.youtube.com/watch?v=QWBGeuH3LfU
102	de cargos públicos e parentes sujeitos a	
102	diligências re	
103	PIIM – Aberto concurso para execução de	https://www.youtube.com/watch?v=bbrDAfv_uma
103	projectos na Lunda Norte	
104	Polícia assassinado 3 suspeitos detidos	https://www.youtube.com/watch?v=T_xJ1Rg11OY
104	pelo SIC	
106	Presidente da República Visita amanhã	https://www.youtube.com/watch?v=EA6kRKqJHyI
106	Cuanza Sul	
107	Prevenção rodoviária – Mototaxistas	https://www.youtube.com/watch?v=0IEJVP91cBY
107	sensibilizados no Uíge	
112	Reformas económicas Indicadores de	
112	melhorias, afirma secretário de estado da	https://www.youtube.com/watch?v=P2IJ36Z1Uj0
112	economia	
114	Reserva Federal e FBI vão ajudar Angola	https://www.youtube.com/watch?v=FCcCP8H1T_w
114	“Repatriamento de Capitais”	
117	Seca na Huíla - Furo de água abastece	https://www.youtube.com/watch?v=G6BeFmStYI

118	população de Tyinuamphinda na Chibia SIC – Rede de falsificadores de documentos desmantelada na Lunda Norte	https://www.youtube.com/watch?v=Nff2TSxxZyM
121	Violência no Género defendida cultura de denúncia na Lunda Norte	https://www.youtube.com/watch?v=idceZTcT854
122	Vítimas de conflitos políticos "Comissão para Reconciliação vai emitir certidões de óbito"	https://www.youtube.com/watch?v=9FGT-dzYw24
123	Vítimas nas estradas País regista mais de 1800 mortos em 10 meses	https://www.youtube.com/watch?v=BVke0awNF-Y
124	Aldeia Crianças S O S beneficia de material escolar	https://www.youtube.com/watch?v=j_tKOhpuoKW
125	4 de Fevereiro: Marca o início das comemorações dos 45 anos de Angola	https://www.youtube.com/watch?v=VaruVH3p2Qo
128	Mulheres engraxadoras	https://www.youtube.com/watch?v=qI0Hqu_3rLg
129	Combate à pobreza – Administração do Kilamba Kiayi forma mais de 170 jovens	https://www.youtube.com/watch?v=em_B4XP7RhA
130	Desminagem; Destruidos mais de 100 engenhos no Cuanza Norte	https://www.youtube.com/watch?v=0PHJRH-LtS4
131	Pessoas com deficiência pedem maior inclusão	https://www.youtube.com/watch?v=0X-YC8FcgTU
132	Murije e Chilunge, Luanda Sul; mau estado da ponte sobre o rio Luia corta a circulação rodoviária	https://www.youtube.com/watch?v=XIct95It39k
133	Campanha gratuita de registo de nascimento vai beneficiar 3 mil pessoas na comuna do Tabi	https://www.youtube.com/watch?v=d6vjarucYpk
134	Governo – Realoja famílias que vivem em estaleiro de chineses no Sequele	https://www.youtube.com/watch?v=-VCPsWbKpFg
135	Luanda Leaks: Isabel dos Santos desalojou centenas de moradores da Corimba	https://www.youtube.com/watch?v=hVfv_GhU5nQ
136	Jovem de 30 anos morto a tiro por supostos marginais, Uíge	https://www.youtube.com/watch?v=Hr_rIMFfXnQ
137	Moradores da imediações do Kilamba, já consomem água tratada	https://www.youtube.com/watch?v=eAKWBmVHpkw
138	Abate de árvores põe em risco reserva florestal do Tomboco no Zaire	https://www.youtube.com/watch?v=AXMrMD75VsY
139	Destaques do Telejornal 12 02 2020	https://www.youtube.com/watch?v=Fmhw8DfNP7s
154	Ataque de jacaré volta fazer vítima no Cuangar, Cuando Cubango	https://www.youtube.com/watch?v=J9w5w2dMvO0
155	CFB – Passageiros pernoitam nas estações para adquirir bilhetes	https://www.youtube.com/watch?v=j8-h6X-a1IM
156	Camacupa – Ringoma-Umpulo, Bié – Circulação volta à normalidade.	https://www.youtube.com/watch?v=qz8gfQhT7yU
157	Tentativa de suborno - Detida no Moxico cidadã que procurou aliciar polícias com 14 mil kwanzas	https://www.youtube.com/watch?v=T7xfl6ZyZFI
158	Transbordo do rio Cuquema – Mais de 150 hectares de arroz submersos em Camacupa, Bié.	https://www.youtube.com/watch?v=9cBxTecG0I0
159	Cidadão de 32 anos colhido pelo comboio no LUena, Moxico	https://www.youtube.com/watch?v=V-0qcOh4ntQ
160	Centro ortopédico de Negage com falta de técnicos	https://www.youtube.com/watch?v=vdrI-eQkf90

161	Pedonais da Deolinda Rodrigues em mau estado de conservação	https://www.youtube.com/watch?v=Ae7nfZqt9Xo
162	Pessoas vulneráveis – Ministério da Acção Social diz não à discriminação	https://www.youtube.com/watch?v=sJgp6P0T840
163	Administração do Lubango rescinde contrato com mais de 100 trabalhadores eventuais	https://www.youtube.com/watch?v=_5P9KFNjBOE
164	Inundações no Rio Kwanza – Mais de mil famílias afectadas	https://www.youtube.com/watch?v=RDQaAzs5PeY
165	Transportes Públicos Novos autocarros melhoram mobilidade urbana no Sumbe, Cuanza Sul	https://www.youtube.com/watch?v=eLjHv-GdFwI
188	Oficinas e fábricas de bloco com dias contados na cidade do Lubango	https://www.youtube.com/watch?v=W-Tdg9u4DUE
189	230 toneladas entregues a 28 mil pessoas nos Gambos, Huila	https://www.youtube.com/watch?v=3OVSq2NmeC8
198	Reino de Ombala Ya Naluheque, já teve 19 reis no Cunene	https://www.youtube.com/watch?v=qp1F6Us0EEY
201	EN 250 no Bié: Troço Cuito-Catabola-Camacupa-Cuimba com obras atrasadas	https://www.youtube.com/watch?v=LAjFIS90JXA
202	Catabola com novas residências, Bié	https://www.youtube.com/watch?v=W9bmowzvqcA
204	Arroz – Aumento de produção em Catabola, Bié	https://youtu.be/KXH3qQF6OfY
207	Chuva em Luanda Ponte das madres desaba em Cacuaco	https://www.youtube.com/watch?v=97EyZO8F32I
208	TPA 1 Telejornal – 1 de Agosto, 2017	https://www.youtube.com/watch?v=Lelq8OjFycg&t=1519s
209	Arroz - Camacupa, Bié, prevê colher cerca de 3 mil toneladas	https://www.youtube.com/watch?v=Aj6fOIntVVg
216	Saurimo, Lunda-Sul: Resultados positivos do novo modelo de limpeza	https://www.youtube.com/watch?v=pTLj0A3iHhQ
217	Crescimento das cidades População de Saurimo, Lunda Sul, quer padrões sustentáveis	https://www.youtube.com/watch?v=fnM0WpzAhRA
219	Museu do Dundo – Guardião do acervo Lunda Cokwe	https://www.youtube.com/watch?v=uZjQh_YCW3k
220	Ngoma – Batuque da orquestra na tradição cokwe	https://www.youtube.com/watch?v=pmi5TtmpgkY
221	Empreendedorismo na agricultura – Jovem produz feijão em 86 hectares para colher no próximo mês	https://www.youtube.com/watch?v=mRcxOkqnKpA
227	Chinguar Começa a produzir sementes de milho e batata rena	https://www.youtube.com/watch?v=jD2qM8wB2gs
228	Agricultores de Malanje – Produção de fruta, feijão, tomate e batata-rena em alta	https://www.youtube.com/watch?v=wo7Earrtbpc
229	Produção de mel – Escassez de abelhas encare o produto no Moxico	https://www.youtube.com/watch?v=BzeoMNk8pp0
233	Insólito – Cidadão viaja de Luanda para Huíla e Namibe com uma cobra no interior do carro	https://www.youtube.com/watch?v=yOLdiGzBMDU
235	Mercado do Trinta tornou-se o destino de compras de diversos produtos em Luanda	https://www.youtube.com/watch?v=fexERulehoI